



Jornal Oficial do Município de Descalvado

Órgão criado pela Lei Municipal nº 1.291, de 29 de Dezembro de 1992

Descalvado, 30 de Agosto de 2014

Ano XXII - Número: 412

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.839, DE 05 DE AGOSTO DE 2014

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO, CRIAÇÃO E REDENOMINAÇÃO DE CARGO PÚBLICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO QUADRO GERAL DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO, ALTERA AS LEIS Nºs 3.277/10 E 3.278/10, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito em exercício do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica extinto no Quadro Geral de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Descalvado os empregos de Provimento em Comissão de “*Chefe da Seção dos Direitos das Pessoas com Deficiência*” e de “*Assessor de Relações Institucionais e Ações Estratégicas*”.

Art. 2º - Fica criado no Quadro Geral de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Descalvado um cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo da Seção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Ref. 5 - A/R.

Art. 3º - Fica inserido o emprego criado no artigo 2º desta Lei, no Anexo I, que dispõe sobre o Quadro Pessoal – Parte Permanente – Empregos em Comissão, de que trata a Lei nº 3.278, de 28 de abril de 2.010.

Art. 4º - Fica criado no Quadro Geral de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Descalvado o emprego de Provimento em Comissão de Diretor de Gabinete, inserido no Anexo II, que dispõe sobre o Quadro Pessoal – Parte Permanente – Empregos em Comissão, de que trata a Lei nº 3.278, de 28 de abril de 2.010, Ref. 9 – A/R.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 05 de Agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 05 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

TABELA I

REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE E ROL DE ATRIBUIÇÕES

Denominação do Cargo ou Emprego: Diretor de Gabinete

Requisitos de Admissibilidade: Livre Provimento em Comissão

Instrução: Educação Básica Nível II

Rol de Atribuições:

- Auxiliar o Prefeito:

- I- no apoio às atividades das Secretaria, Autarquias e demais órgãos da Administração Municipal que dependam da análise do Prefeito Municipal;
- II - prestar assistência direta ao Prefeito Municipal;
 - a) na elaboração da agenda de atividades, marcando e controlando audiências e cerimônias;
 - b) no recebimento, expedição e controle da correspondência do Chefe do Executivo;
 - c) na preparação do expediente diário a ser assinado ou despachado pelo Prefeito;
- III- Coordenar e orientar os trabalhos da Ouvidoria, da Assessoria de Comunicação Social, Gerência de Projetos, Convênios e Contratos;
- IV- Acompanhar a tramitação dos Projetos na Câmara Municipal;
- V- Acompanhar os assuntos de interesse do município e as relações institucionais;
- VI- Desenvolver outras tarefas e atos outorgados pelo Prefeito Municipal;
- VII- Acompanhar as soluções e proposituras enviadas pela Câmara Municipal;
- VIII- Controlar os prazos legais e minutar respostas a questionamentos oriundos da Câmara Municipal;
- IX- Preparar audiências públicas de esclarecimento de atos do Poder Executivo, quando solicitadas pela Câmara Municipal;
- X- Praticar outros atos correlatos em que se faça necessária a sua atuação;
- XI- Ampliar o relacionamento entre o Poder Executivo e os Vereadores;
- XII- Executar tarefas correlatas a critério do Prefeito Municipal;
- XIII- No cumprimento do programa de metas estabelecido no Plano Plurianual do Governo para a área de gestão, nos temas intersetoriais e na articulação governo-sociedade;
- XIV- Na formulação democrática e implantação da Política Municipal de Governo;
- XV- Dirigir o processo de elaboração, aprimoramento e implantação de planos, programas, projetos e legislação voltados ao Governo, priorizando:
 - a) a modernização administrativa e o governo eletrônico;
 - b) a definição e consolidação de metodologia para fomento à ação intersetorial e à articulação permanente governo-sociedade, no âmbito de toda organização da Prefeitura.
- XVI- Dirigir o processo de:
 - a) formação e o apoio ao funcionamento das Câmaras e, projetos intersetoriais;
 - b) consolidação da rede de colaboração governo-sociedade e da atuação nas administrações regionais, no âmbito da Prefeitura;
 - c) gestão de programas de Tecnologia e Informação no âmbito interno à Prefeitura;
 - d) executar outras tarefas correlatas a critério do Prefeito Municipal.
- XVII- Assessorar as Secretarias Municipais naquilo que lhe for de competência.
- XVIII- Responder pelo expediente encaminhado pelos Secretários Municipais ao Prefeito do Município ou a ele dirigido.
- XIX- Executar outras tarefas correlatas a critério do respectivo Secretário.
 - a) A critério e por autorização expressa do Secretário Municipal, o Diretor de

Gabinete estará autorizado a assinar e encaminhar expediente a outras unidades da Prefeitura, instituições públicas ou privadas, na ausência do titular da pasta;

b) O disposto neste item se aplica, onde couber, as demais Secretarias, Ouvidoria e Procuradoria Geral.

XX- Auxiliar o Secretário na melhoria da qualidade e produtividade dos serviços da Secretaria.

XXI- Representar os Secretários Municipais em eventos e reuniões conforme delegação específica.

TABELA I

REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE E ROL DE ATRIBUIÇÕES

Denominação do Emprego: Assessor Administrativo -Seção dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Instrução: Ensino Fundamental Completo

Descrição sumária das atividades: Assessora a unidade organizacional e desenvolve os planos de ação para atendimento às pessoas com deficiência.

Rol de Atribuições:

- Assessorar na organização dos compromissos da Seção, dispondo horários de reuniões, visitas, solenidades, específica os dados pertinentes e faz as necessárias anotações, facilitando o cumprimento das obrigações assumidas;
- Operar e executar o Plano de Acessibilidade do Município, bem como o plano de ação para atendimento, auxílio e capacitação das pessoas com deficiência;
- Prestar auxílio na adequação dos veículos da frota municipal e transportes coletivos, bem como auxiliar no desenvolvimento de plano de orientação, adequação e sinalização de trânsito voltado à pessoa portadora de deficiência;
- Auxiliar na promoção do Censo Municipal, apurando e acompanhando o número de pessoas portadora de deficiência física, mental, visual e auditiva;
- Promover o atendimento de emergência junto à rede municipal de Saúde, com atendimento médico, tratamento e fornecimento de remédios bem como o acesso aos estudos e estabelecimentos de ensino a toda e qualquer pessoa com deficiência;
- Executar plano habitacional de interesse social, priorizando famílias que possuem portadores de deficiência;
- Executar plano de ação para promoção e desenvolvimento do esporte e lazer bem como acessibilidade dos deficientes ao acervo cultural do Município, portais ou sites eletrônicos;
- Promove a divulgação do direito de atendimento prioritário das pessoas com deficiência;
- Desenvolve plano de ação em parceria com Estado e União para atendimento das necessidades do portador de deficiência no Município de Descalvado;
- Participar de reuniões, providenciando a pauta, convocando os membros e prestando suporte ao COMUDE- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Executar tarefas correlatas às acima, a critério do Secretário da Pasta.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.840, DE

13 DE AGOSTO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito adicional especial à dotação orçamentária do corrente exercício, na forma a seguir compreendida:

020201 – Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS			
020201.1030102121.007 – Eq. Mat. Perm./Obras/Imóvel - Saúde			
44905100 – Obras e Instalações	95	R\$	203.942,70
Total		R\$	203.942,70

Art. 2º - O crédito adicional especial constante do artigo 1º correrá por conta do superávit financeiro do exercício de 2013, no valor de R\$ 203.942,70 (duzentos e três mil, novecentos e quarenta e dois reais e setenta centavos), repassados pelo Ministério da Saúde.

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 13 de Agosto de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 13 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.841, DE

13 DE AGOSTO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de créditos adicionais suplementares às dotações orçamentárias do corrente exercício, na forma a seguir compreendida:

020201 – Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS			
020201.1030102121.007 – Eq. Mat. Perm./Obras/Imóvel - Saúde			
44905100 – Obras e Instalações	42	05	R\$ 490.000,00
44905200 – Equipamentos e Material Permanente	46	02	R\$ 140.000,00

Art. 2º - Os créditos adicionais suplementares constantes acima correrão por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), onde R\$ 490.000,00 refere-se ao repasse do Ministério da Saúde e R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) é proveniente de Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Aldo Demarqui.

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 13 de Agosto de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 13 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.842, DE 13 DE AGOSTO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito adicional especial à dotação orçamentária do corrente exercício, na forma a seguir compreendida:

0201 – Executivo Municipal

020109 – Gabinete do Prefeito – Atividade Delegada

020109.06.181.02882.510 – Manut. Atividade Delegada

33903600 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

01	R\$ 96.000,00
Total	R\$ 96.000,00

Art. 2º - O crédito adicional especial constante do artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

021701 – Guarda Civil Municipal

021701.0618102372.052 – Manut. Atividade – Guarda Civil Municipal

31911100 – Vencimentos e Vantagens Fixas

01	R\$ 96.000,00
Total	R\$ 96.000,00

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 13 de Agosto de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 13 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.843, DE 19 DE AGOSTO DE 2.014

AUTORIA: VEREADOR SEBASTIÃO JOSÉ RICCI

INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO A “FESTA DE SANTO EXPEDITO”, A SER COMEMORADA, ANUALMENTE, NA COMUNIDADE SANTA CRUZ DAS ALMAS, NA IGREJA DE SANTO EXPEDITO, EM 19 DE ABRIL.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do Município a “Festa de Santo Expedito”, a ser comemorada, anualmente, na Comunidade Santa Cruz das almas, na Igreja de Santo Expedito, em 19 de abril.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 19 de Agosto de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 19 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.844, DE 19 DE AGOSTO DE 2.014

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR ACORDO COM O BANCO SANTANDER DO BRASIL S/A, PARA CONCESSÃO DE OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO COM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar Acordo com o Banco Santander Brasil Sociedade Anônima, inscrito no CNPJ/MF sob nº 90.400.888/0001-42, objetivando concessão de operações de empréstimo com consignação em folha de pagamento de servidores públicos municipais.

Parágrafo único – A parcela mensal de dedução não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) da remuneração do servidor.

Art. 2º - A concessão de empréstimo com base nos termos do acordo de que trata esta Lei somente poderá ser realizada aos integrantes do quadro do funcionalismo público municipal que exerçam função há mais de 03 (três) anos, excluídos os:

I – agentes políticos;

II – contratados temporariamente;

III – servidores que estejam em gozo de licença de afastamento do serviço público, por qualquer natureza;

IV – que não possuam efetividade e estabilidade.

Art. 3º - Fica vedado ao Município Empregador, em qualquer situação:

I – prestar garantia do pagamento de parcelas, vincendas ou vencidas, originárias do empréstimo concedido ao servidor, e inclusive quando ocorrer:

a) Insuficiência salarial;

b) Suspensão ou interrupção do contrato de trabalho por qualquer razão;

c) Rescisão contratual, exceto as retenções previstas no Anexo I da minuta do Acordo;

II – autorizar a liberação de empréstimo individual, caso o mesmo servidor tenha se utilizado dos benefícios de empréstimos com desconto em folha de pagamento, junto à outra Instituição Financeira conveniada com o Município.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 19 de Agosto de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 19 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.845, DE **29 DE AGOSTO DE 2.014**

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito adicional especial à dotação orçamentária do corrente exercício, na forma a seguir compreendida:

020706- Divisão de Educação		
020706.1236102211.027- Eq. Mat. Perm./Obras/Imóvel- Ensino Fundamental	05	R\$ 758.750,00
44905200- Equipamentos e Material Permanente		
Total		R\$ 758.750,00

Art. 2º - O crédito adicional especial constante acima correrá por conta do excesso de arrecadação ao Recurso Vinculado no

valor de R\$ 758.750,00 (setecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais), a ser transferido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Programa Caminho da Escola 2.014.

Art. 3º- Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3. 724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3. 735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 29 de Agosto de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 29 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.846, DE **29 DE AGOSTO DE 2.014**

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL DESTINADOS À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I **DAS DIRETRIZES GERAIS**

Artigo 1º - Ficam estabelecidas, para a elaboração do Orçamento Público dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, relativo ao exercício de 2015, as Diretrizes Gerais de que trata este Capítulo, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, Estadual, e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal LC-101, seus anexos e adendos, na Lei Orgânica do Município e nas Portarias editadas pelo Governo Federal aplicáveis à espécie.

Artigo 2º - A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração do orçamento-programa para o próximo exercício deverá obedecer à disposição constante dos anexos V e VI que fazem parte integrante desta Lei.

Artigo 3º - As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da respectiva área administrativa, conforme descrito no Anexo IV do PPA 2014/2017, em anexo.

Artigo 4º - A proposta orçamentária, que não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária e conterà “reserva de contingência”, identificada pelo código 99999999, constituída, exclusivamente, com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no máximo, 0,5% (meio por cento) da Receita Corrente Líquida.

§ 1º - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa de impacto orçamentário e financeiro, ressalvado as despesas consideradas irrelevantes, que não ultrapassem a 0,5% (meio por cento), da receita corrente líquida prevista (orçada), nos termos do artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º - A execução orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada, observarão as normas estabelecidas pela Portaria nº 339, de 29 de agosto de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional, ou disposições outras que entrarem em vigência até sua promulgação.

§ 3º - O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, seus fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações Públicas, será mantido pelo Poder Público Municipal.

§ 4º - O orçamento da seguridade social relativo aos Poderes Executivo e Legislativo municipal observará o disposto no inciso III, parágrafo 3º, do artigo 209 da Lei Orgânica do Município.

Artigo 5º - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta orçamentária até o dia 30 de agosto, de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000, para ser anexada à proposta deste Executivo.

Artigo 6º - O processo de elaboração do projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2015, contará com ampla participação popular, devendo o Poder Executivo Municipal promover audiência pública, que será divulgada e realizada em data estabelecida e sob os critérios por ele fixados.

Artigo 7º - A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

I - prioridade de investimentos nas áreas sociais;

II - austeridade na gestão dos recursos públicos;

III - equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como execução orçamentária;

IV - discriminação da despesa, quanto à sua natureza, e far-se-á no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e fonte de recurso, nos termos do artigo 6º da Portaria Interministerial nº 163 de 04/05/2001.

CAPÍTULO II DAS METAS FISCAIS

Artigo 8º - As movimentações do quadro de Pessoal e alterações salariais, de que trata o artigo 169, § 1º da CF, somente ocorrerão

se atendidos os requisitos e limites da LRF, tanto pelos órgãos, entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações.

Artigo 9º - A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas superar a previsão da receita, para o correspondente exercício ressalvadas as previsões legais.

Artigo 10 - As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês e a tendência de crescimento econômico nacional, tudo nas conformidades dos Demonstrativos de Metas e Riscos Fiscais, constantes desta Lei.

§ 1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à administração, quando verificar necessidade, proceder a:

I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

III - expansão do número de contribuintes;

IV - atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º - As taxas, tarifas e preços públicos do exercício da política administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a atender as respectivas despesas.

§ 3º - Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente de acordo com os índices do INPC/IBGE.

§ 4º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, respeitada para essa programação o desembolso, por inteiro, dos Duodécimos do Poder Legislativo, na totalidade de seu orçamento, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceituado da LRF.

§ 5º - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na inobservância do parágrafo anterior.

Artigo 11 - O Poder Executivo é autorizado, desde já, a:

I - realizar operações de créditos por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente excluídas das aberturas dotações do Legislativo;

III - contingenciar parte das dotações, exceto as do Poder Legislativo, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Parágrafo Único - Não onerarão o limite contido no inciso II, os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal, inativos e pensionistas, dívida pública, débitos constantes de precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados.

Artigo 12 – Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a sua programação poderá ser executada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação.

Parágrafo único - Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá de:

I - estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

II - publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações;

III – emitir ao final de cada quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;

IV – divulgar os Planos, Programas, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamentos, Prestações de Contas, Pareceres do TCE-SP e, demais atos de interesse comum, inclusive na Internet, e que ficarão a disposição da comunidade;

V – efetuar o desembolso dos recursos financeiros consignados à Câmara Municipal, até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimo.

CAPÍTULO III DO ORÇAMENTO GERAL

Artigo 13 - O Orçamento Geral abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, e as Entidades da Administração Direta e Indireta, e será elaborado de conformidade com a Portaria nº 42, do Ministério do Orçamento e Gestão, e demais Portarias editadas pelo Governo Federal.

Artigo 14 - As despesas com pessoal e encargos dos poderes: Executivo e Legislativo, não poderão ter acréscimo real em relação aos créditos correspondentes, e os aumentos para o próximo exercício ficarão condicionados à existência de recursos, expressa autorização legislativa, às disposições consignadas no artigo 169 da Constituição Federal, e no artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não podendo exceder o limite de 54% ao Executivo, e 6% ao Legislativo, da Receita Corrente Líquida.

Artigo 15 - Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente aos programas constantes no ANEXO TCE-SP V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício, e no ANEXO TCE-SP VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental, que fazem parte integrante desta Lei, podendo, na medida das necessidades, serem elencados novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas do governo.

Parágrafo único - Para cumprimento do disposto no art. 4º da LRF, integram esta Lei os Anexos de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

Artigo 16 - As despesas com pessoal, poderão ser acrescidas a título de revisão salarial prevista na Constitucional Federal, se esta for inferior aos limites definidos na forma do artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo as despesas com terceiros, e não poderão exceder o percentual da Receita Corrente Líquida, nos termos do artigo 72 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único – Outros acréscimos nas despesas com pessoal além do já definido no caput deste artigo deverão ser acompanhadas do memorial de cálculo da estimativa de impacto nas receitas correntes líquidas para os próximos 12 meses.

Art. 17. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, auxílios e contribuições nos termos do art. 16 da Lei 4320, de 1964, não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do valor total do orçamento atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, meio ambiente e trabalho, e que preencham as seguintes condições:

I - Comprovação de situação de regularidade

a) Documentação relativa a habilitação Jurídica

1. Estatuto Social da entidade, devidamente registrado em cartório competente;

2. Ata de Assembléia Geral de Eleição e Posse da Diretoria em exercício devidamente registrado em cartório competente;

3. Documento de identificação e CPF do representante legal da Entidade e do responsável pela gestão do projeto

4. Comprovante atualizado de endereço residencial do representante legal da entidade e endereço residencial do gestor do projeto; e

5. Comprovante do exercício pleno da propriedade, mediante Certidão de Registro no Cartório de Imóveis, quando o convênio tiver por objeto execução de obras ou benfeitorias no mesmo imóvel.

b) Documentação relativa a regularidade fiscal

1. Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

2. Apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal - SRF e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN do Ministério da Fazenda, podendo ser aceita a Certidão Positiva com efeito de Negativa;

3. Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - fornecida pelo INSS, podendo ser aceita a Certidão Positiva com efeito de Negativa;

4. Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou declaração assinada pelo presidente da entidade de que esta não possui inscrição estadual nem débitos pendentes junto a Fazenda Estadual;

5. Certidão de Tributos Municipais - Mobiliários e Imobiliários - fornecida pela Prefeitura Municipal; e

6. Apresentação de Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, nos termos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

7. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Ministério do Trabalho.

c) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício e do anterior devidamente assinados por contador registrado no CRC, pelo Presidente e pelo Tesoureiro; e

2. Certidão expedida pelo CRC/SP, comprovando a habilitação profissional do responsável pelos balanços e demonstrações contábeis.

II - Comprovação de qualificação técnica:

a) Registro ou inscrição da entidade no órgão ou Conselho Municipal competente;

b) Certificação governamental de utilidade pública e/ou de entidade beneficente de assistência social;

c) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente, indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico disponíveis para a realização do objeto do convênio, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

d) Capacitação técnico-profissional: comprovação da entidade proponente de que possui em seu quadro de pessoal, profissional devidamente competente que irá atuar como responsável técnico pela execução do projeto ou atividades;

e) manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do governo concedente; e

f) Atendimento dos requisitos previstos em lei especial ou normativa emitidas pela secretaria concedente, quando for o caso.

III - Declarações:

a) Declaração expressa do proponente de que não está em falta com relação às prestações de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da administração pública mediante convênios, acordos, ajustes, subvenções sociais, contribuições, auxílios ou similares;

b) Declaração, no caso de entidade privada, de que ela não tem como dirigente:

1. membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, de qualquer esfera de governo, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta ou colateral até o 2º grau; e

2. servidor público vinculado ao órgão ou entidade concedente, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta ou colateral até o 2º grau.

c) Declaração de que os contratados com os recursos municipais não são integrantes do quadro de servidores públicos municipais, nem membros da diretoria, ainda que para serviços de consultoria ou assistência técnica; e

d) Declaração de que dispõe de capacidade técnica necessária a implantação e funcionamento do projeto.

Art. 18. Os documentos necessários às comprovações a que se referem os Incisos I e II poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

Art. 19. As certidões a que se refere o Inciso I alínea “b” deverão ser apresentadas dentro dos respectivos prazos de validade.

Art. 20. A destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, dependerá de:

I - previsão orçamentária;

II - identificação do beneficiário e do valor a ser transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;

III - execução na modalidade de aplicação 50 - entidade privada sem fins lucrativos;

IV - justificativa, elaborada pelo órgão concedente, para firmar o convênio, contendo dentre outros o critério de escolha do convênio e as atividades a serem executadas;

V - plano de trabalho devidamente aprovado pelo secretário responsável contendo os cronogramas de execução, aplicação e desembolso, bem como cotações de preços realizadas para compor o custo do projeto;

VI - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação ou norma interna;

VII - publicação, se for o caso, dos atos e normas expedidos por secretaria responsável, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VIII - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos 3 (três) anos, por meio de inscrição no CNPJ e declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária assinada pelo presidente responsável, sob as penas da lei, ambos emitidos na data da proposição do convênio ou instrumento congênere;

IX - declaração de funcionamento regular, emitida por duas autoridades de outro nível de governo;

X - declaração das condições de funcionamento satisfatórias emitida pelos órgãos competentes da área técnica responsável;

XI - manifestação prévia e expressa do setor técnico, controle interno e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria;

XII - escrituração contábil regular da conveniada; e

XIII - aplicação nas atividades-fim, de pelo menos 80% da receita total do beneficiário.

Parágrafo único- O disposto no inciso VIII deste artigo não se aplica aos recursos alocados para programas ou ações de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, que para tanto, deverão ter sido fundadas e organizadas em ano anterior ao de elaboração da Lei de Orçamento.

Art. 21. A demonstração da situação de regularidade, deverá ser feita, quando da assinatura do convênio ou instrumento congênere e, também, quando da liberação das parcelas do cronograma de desembolso financeiro.

Parágrafo único - O concedente comunicará ao conveniente qualquer situação de não regularidade relativa à prestação de contas de convênios ou outras pendências de ordem técnica ou legal que motivem a suspensão ou o impedimento de liberação de recursos a título de subvenção, auxílios ou contribuições para fins de regularização.

Art. 22 - Os empenhos da despesa, referentes a transferências, serão feitos, obrigatoriamente, em nome da entidade conveniente.

Art. 23 - Toda movimentação de recursos, por parte de convenientes, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I - Os repasses serão efetuados através de instituição financeira oficial;

II - A entidade beneficiada deverá movimentar os recursos em conta bancária específica aberta para cada convênio ou instrumento congênere e os pagamentos deverão ser efetuados através de cheque nominal, ordem bancária, transferência eletrônica ou qualquer outro meio em que fique identificado o beneficiário final da despesa;

III - Os recursos recebidos pelo conveniente, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação de curto prazo ou operação de mercado lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês. Auferidas tais receitas, estas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade; e

IV - As despesas com tarifas bancárias, multas, juros e outras, correrão por conta da instituição conveniente.

Parágrafo único - Ato do dirigente máximo do órgão ou entidade concedente poderá autorizar, mediante justificativa e critérios, o pagamento em espécie a fornecedores e prestadores de serviços, por meio de fundo fixo de caixa, desde que identificados no recibo ou nota fiscal pertinente o beneficiário final.

Artigo 24 - O município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, e os limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 29/2000, nas ações e serviços de saúde.

Artigo 25 - A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo, até o dia 30 de setembro, compor-se-á de:

I - mensagem;

II - projeto de lei orçamentária;

III - tabelas explicativas das receitas e despesas dos três últimos exercícios.

Parágrafo único - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não devolver o referido Projeto de Lei para sanção ao Poder Executivo.

Artigo 26 - Integrarão a Lei Orçamentária Anual:

I - sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

II - sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;

III - sumário da receita por fontes, e respectiva legislação;

IV - quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

Artigo 27 - O Poder Executivo enviará, até o dia 30 de setembro, o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que o apreciará e deliberará até o final da Sessão Legislativa Ordinária deste

exercício, devolvendo-o, a seguir, para sanção e promulgação.

Artigo 28 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária de recursos do Município para custeio de despesas de competência de outras esferas de governo, salvo as autorizadas em Lei e Convênio.

Artigo 29 - Caso os valores previstos nos presentes anexos apresentem-se defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a despesa autorizada.

Artigo 30 - O Poder Executivo fica autorizado a firmar convênios com outras esferas de Governo, a qualquer nível, para desenvolver programas nas áreas de Educação, Cultura, Turismo, Saúde, Assistência Social, e outras de interesse do Município, de acordo com legislação vigente.

Artigo 31 - O poder executivo fica autorizado a conceder benefícios fiscais, visando o fomento e o desenvolvimento econômico do município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população, mediante Lei aprovada pelo Poder Legislativo, desde que os benefícios não venham a comprometer a efetivação das receitas previstas no orçamento a que se refere esta Lei, porém não exigidas as medidas de compensação de receitas, já que as mesmas não afetem as metas de resultados fiscais, já estabelecidos nesta LDO, para o exercício de 2015.

Artigo 32 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 29 dias do mês de agosto de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 29 de agosto de 2014.

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.157, DE **05 DE AGOSTO DE 2014**

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 4º, DO DECRETO 4.153, DE 28 DE JULHO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE INTERVENÇÃO JUNTO À IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE DESCALVADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando solicitação do Secretário de Saúde,

DECRETA:

Artigo 1º - O artigo 4º, do Decreto nº 4.153, de 28 de Julho de 2014, que dispõe sobre a Intervenção junto à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado passa a vigorar com a seguinte redação :

“**Artigo 4º** - Para auxiliar nos trabalhos da Intervenção, ficam nomeados o Sr. Leandro Francisco Gomes Cardoso, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG/SSP nº 42.389.487-0, inscrito no CPF sob nº 339.423.148-43, e Sr. Luiz Francisco Lefcadio Alvares, brasileiro, casado, servidor público, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.407.394, ambos residentes e domiciliados nesta cidade de Descalvado, Estado de São Paulo”;

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, em 05 de Agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Gabinete do Prefeito, em 05 de Agosto de 2.014.

DR. SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.158, DE 05 DE AGOSTO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso IV da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional suplementar à seguinte dotação:

020302	Div. Sup. Proj. Obras Públicas			
020302.1545102252.022	Manut. Ativ. Sup. Proj. Obras Públicas			
33903600	OUTROS SERV TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	211	01	R\$ 10.000,00
	TOTAL			R\$ 10.000,00

Art. 2º - O crédito adicional constante do artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

020302	Div. Sup. Proj. Obras Públicas			
020302.1545102252.022	Manut. Ativ. - Sup. Proj. Obras Públicas			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	210	01	R\$ 10.000,00
	TOTAL			R\$ 10.000,00

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 05 dias do mês de Agosto de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 05 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.159, DE 08 DE AGOSTO DE 2.014

“DISPÕE SOBRE A LEGITIMIDADE DO INTERVENTOR MUNICIPAL NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE DESCALVADO PARA ADMINISTRAR AS CONTAS BANCÁRIAS.”

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito Municipal de Descalvado, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Decreto nº 4.153, de 28 de Julho de 2014, formalizou a Intervenção Municipal na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado, de forma que a administração dessa entidade passou a ser gerida por um interventor, o Dr. Edmilson Norberto Barbato, nomeado no próprio Decreto;

Considerando que o Decreto foi específico ao afirmar em seu artigo 1º, que o Município requisitou a ocupação temporária em seu prédio, bens e serviços correspondentes prestados e existentes, necessários ao seu funcionamento;

Considerando a necessidade de se legitimar a intervenção perante as agências bancárias nas quais a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado possui contas correntes,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizado o Interventor Municipal na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado, Dr. Edmilson Norberto Barbato, portador da Cédula de Identidade RG/SSPSP nº 15.569.253, domiciliado na cidade e comarca de Leme, Estado de São Paulo, na Av. José Antunes de Lisboa, nº 565, Jardim do Bosque, a gerir todas as contas bancárias, inclusive aplicações financeiras existentes em nome da instituição.

Parágrafo Único: Entende-se por gestão das contas bancárias o poder para obter acesso a extratos de todo o período da existência da conta bancária, bem como realizar saques, transferências e todos os demais atos de administração, inclusive realizar o encerramento das contas.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HENRIQUE FERNANDO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 08 de Agosto de 2.014.

DR. SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

**DECRETO Nº 4.160, DE
08 DE AGOSTO DE 2.014**

“DISPÕE SOBRE A LEGITIMIDADE DO INTERVENTOR MUNICIPAL NA ASSOCIAÇÃO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE DESCALVADO PARA ADMINISTRAR AS CONTAS BANCÁRIAS.”

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito Municipal de Descalvado, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Decreto nº 4.155, de 31 de Julho de 2014, formalizou a Intervenção Municipal na Associação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado, de forma que a administração dessa entidade passou a ser gerida por um interventor, o Sr. Leandro Francisco Gomes Cardoso, nomeado no próprio Decreto;

Considerando que o Decreto foi específico ao afirmar em seu artigo 1º, que o Município requisitou a ocupação temporária em seu prédio, bens e serviços correspondentes prestados e existentes, necessários ao seu funcionamento;

Considerando a necessidade de se legitimar a intervenção perante as agências bancárias nas quais a Associação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado possui contas correntes,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizado o Interventor Municipal na Associação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado, Sr. Leandro Francisco Gomes Cardoso, portador da Cédula de Identidade RG/SSPSP nº 42.389.487-0, domiciliado na cidade e comarca de Descalvado, a gerir todas as contas bancárias, inclusive aplicações financeiras existentes em nome da instituição.

Parágrafo Único: Entende-se por gestão das contas bancárias o poder para obter acesso a extratos de todo o período da existência da conta bancária, bem como realizar saques, transferências e todos os demais atos de administração, inclusive realizar o encerramento das contas.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HENRIQUE FERNANDO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 08 de Agosto de 2.014.

DR. SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

**DECRETO Nº 4.161, DE
11 DE AGOSTO DE 2.014**

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso IV da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional suplementar à seguinte dotação:

020901	Fundo Municipal de Assistência Social			
020901.0824402092.027	Manut. Ativ. – FMAS – Rec. Próprio			
33903900	OUTROS SERV. TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01	387	R\$ 2.000,00
	TOTAL			R\$ 2.000,00

Art. 2º - O crédito adicional constante do artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

020901	Fundo Municipal de Assistência Social			
020901.0824402092.027	Manut. Ativ. – FMAS – Rec. Próprio			
33903600	Outros Serv. Terc. – Pessoa Física	01	386	R\$ 2.000,00
	TOTAL			R\$ 2.000,00

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 11 dias do mês de Agosto de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 11 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

**DECRETO Nº 4.162, DE
11 DE AGOSTO DE 2.014**

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições

legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II, parágrafo único e IV da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, créditos adicionais suplementares às seguintes dotações orçamentárias:

020103 – Gab. do Prefeito - FMDCA

020103.0824302082.003 – Manut. Atividade – FMDCA
33903600 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Física 29 6 R\$ 200,00

020901 – Divisão de Assistência Social – FMAS

020901.0824402092.508 – Manutenção da Atividade – SCFV
33903000 – Material de Consumo 506 5 R\$ 15.450,00

020302 – Div. Sup. Proj. Obras Públicas

020302.1545102252.022 – Manut. Ativ. – Sup. Proj. Obras Públicas
33909300 – Indenizações e Restituições 510 5 R\$ 65.572,40

020302.1545102251.015 – Eq. Mat. Perm./Obras/Imóvel – Serv. Obras
44909302 – Restituições 515 2 R\$ 8.115,75

020501 – Divisão de Finanças

020501.0412302042.025 – Manut. Atividade – Finanças
31901100 – Venc. E Vantagens Fixas – Pessoal Civil 248 1 R\$ 10.000,00

020202 – Div. Prev. Ass. Odontológica – FMS

020202.1030202682.096 – Manut. Ativ. Odontológico Saúde (MAC Vinculado)
33903000 – Material de Consumo 167 5 R\$ 50.000,00

33903900 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica 169 5 R\$ 30.000,00

Total R\$ 179.338,15

Art. 2º - Os créditos adicionais constantes deste Decreto correrão por conta do excesso de arrecadação, no valor de R\$ 15.450,00 e por conta do repasse de recursos vinculados do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como da anulação parcial da seguinte dotação:

020103 – Gab. do Prefeito - FMDCA

020103.0824302082.003 – Manut. Atividade - FMDCA
33903900 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica 28 6 R\$ 200,00

021701 – Guarda Civil Municipal

021701.0618102372.052 – Manut. Atividade – Guarda Civil Municipal
31901300 – Obrigações Patronais 478 1 R\$ 83.688,15

020202 – Div. Prev. Ass. Odontológica – FMS

020202.1030102152.016 – Manut. Ativ. – Odontológico Saúde – R. próprio
33903000 – Material de Consumo 153 1 R\$ 80.000,00

Total R\$ 163.888,15

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 11 dias do mês de Agosto de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 11 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.163, DE
13 DE AGOSTO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.840, de 13 de Agosto de 2.014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional especial à seguinte dotação:

020201 – Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS

020201.1030102121.007 – Eq. Mat. Perm./Obras/Imóvel - Saúde
44905100 – Obras e Instalações 95 R\$ 203.942,70

Total R\$ 203.942,70

Art. 2º - O crédito adicional constante do artigo 1º correrá por conta do superávit financeiro do exercício de 2013, no valor de R\$ 203.942,70 (duzentos e três mil, novecentos e quarenta e dois reais e setenta centavos), repassados pelo Ministério da Saúde.

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 13 dias do mês de Agosto de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 13 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.164, DE
13 DE AGOSTO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.841, de 13 de Agosto de 2.014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, créditos adicionais suplementares às seguintes dotações:

020201 – Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS

020201.1030102121.007 – Eq. Mat. Perm./Obras/Imóvel - Saúde

44905100 – Obras e Instalações

42 05 R\$ 490.000,00

44905200 – Equipamentos e Material Permanente

46 02 R\$ 140.000,00

Art. 2º - Os créditos adicionais suplementares constantes acima correrão por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), onde R\$ 490.000,00 refere-se ao repasse do Ministério da Saúde e R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) é proveniente de Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Aldo Demarqui.

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 13 dias do mês de Agosto de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 13 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.165, DE 13 DE AGOSTO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.842, de 13 de Agosto de 2.014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional especial à seguinte dotação:

0201 – Executivo Municipal

020109 – Gabinete do Prefeito – Atividade Delegada

020109.06.181.02882.510 – Manut. Atividade Delegada

33903600 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

01 R\$ 96.000,00

Total R\$ 96.000,00

Art. 2º - O crédito adicional especial constante do artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

021701 – Guarda Civil Municipal

021701.0618102372.052 – Manut. Atividade – Guarda Civil Municipal

31911100 – Vencimentos e Vantagens Fixas

01 R\$ 96.000,00

Total R\$ 96.000,00

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III

do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 13 dias do mês de Agosto de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 13 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.166, DE 22 DE AGOSTO DE 2.014

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO JUNTO À COMISSÃO MUNICIPAL DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, considerando Ofício ST 095/14 no qual o servidor Nelson Bumussi Júnior declara-se suspeito para apuração dos fatos narrados na Portaria nº 168/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Designar o Sr. Ricardo Pereira Neto em substituição ao Sr. Nelson Bumussi Júnior junto à Comissão Municipal de Sindicância Administrativa, constituída por ato do Decreto nº 4.084, de 20 de Fevereiro de 2.014 para atuação exclusivamente na apuração dos fatos narrados na Portaria nº 168/2014, considerando a suspeição do membro ora substituído.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, mantendo-se inalteradas as demais disposições do Decreto constituinte.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 22 de Agosto de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 22 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**DECRETO N° 4.167**
DE 27 DE AGOSTO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR À DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA, CONFORME AUTORIZAÇÃO CONTIDA NO ARTIGO 6°, INCISO II, DA LEI MUNICIPAL N° 3.763, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a autorização legislativa prevista no artigo 6°, Inciso II, da Lei Municipal n° 3.763, de 21 de novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1° - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional suplementar da seguinte dotação do orçamento do exercício de 2014:

020706	Divisão de Educação – Outros			
020706.1236402802.102	Manutenção do Ensino Superior			
33904800	Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Física	01	335	10.000,00
020501	Divisão de Finanças			
020501.0412302042.025	Manut. Da Atividade – Finanças			
33903000	Material de Consumo	01	250	4.000,00
	TOTAL			14.000,00

Artigo 2° - O crédito adicional constante deste decreto correrá por conta da anulação das seguintes dotações:

020706	Divisão de Educação – Outros			
020706.1236302792.099	Manutenção dos Cursos Profissionalizantes			
33903900	OUTROS SERV. TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	01	332	14.000,00
	TOTAL			14.000,00

Artigo 3° - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2014/2017 aprovado pela Lei n° 3.724 de 28/08/2013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentária aprovada pela Lei n° 3.725 de 28/08/2013 os programas contidos nesta Lei.

Artigo 4° - Este Decreto entrará em vigor na de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, em 27 de agosto de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Gabinete do Prefeito, m 27 agosto de 2014

DR. SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**DECRETO N° 4.168 DE**
27 DE AGOSTO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR À DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA, CONFORME AUTORIZAÇÃO CONTIDA NO ARTIGO 6°, INCISO II, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL N° 3.763, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a autorização legislativa prevista no artigo 6°, Inciso II, Parágrafo Unico da Lei Municipal n° 3.763, de 21 de novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1° - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional suplementar da seguinte dotação do orçamento do exercício de 2014:

020709	Divisão de Educação – Fundeb			
020709.12.361.02391.041	Equip. Mat. Perm./Obras/Imóvel-Fundeb 40%			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	02	352	5.000,00
	TOTAL			5.000,00

Artigo 2° - O crédito adicional constante deste decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação:

020709	Divisão de Educação – Fundeb			
020709.12.361.02391.041	Equip. Mat. Perm./Obras/Imóvel-Fundeb 40%			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	02	351	5.000,00
	TOTAL			5.000,00

Artigo 3° - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2014/2017 aprovado pela Lei n° 3.724 de 28/08/2013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentária aprovada pela Lei n° 3.725 de 28/08/2013 os programas contidos nesta Lei.

Artigo 4° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, em 27 de agosto de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Gabinete do Prefeito, m 27 agost de 2014

DR. SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**DECRETO N° 4.169, DE**
29 DE AGOSTO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6°, inciso II da Lei Municipal n° 3.763, de 21 de novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1° - Ficam abertos, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, créditos adicionais suplementares as seguintes dotações orçamentárias:

020501	Divisão de Finanças			
020501.0412302042.025	Manut. Atividade - Finanças			
31901100	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01	248	45.000,00
020201	Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS			
020201.1030202632.091	Manut. Ativ. MAC (Federal)			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	05	103	40.000,00
33903900	OUTROS SERV.TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	05	106	140.000,00

33903600	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	05	105	19.000,00
020201.1030202632.090	Manut.Ativ. MAC-Estado (Quali+)			
33903900	OUTROS SERV. TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	02	98	115.000,00
020201.1030202632.098	Manut.Ativ. - Ass. Med. Saúde			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	52	2.800,00
020202	Div. Prev. Ass. Odontológica - FMS			
020202.1030202682.095	Manut.Ativ. Odontologico Saude (MAC R.Proprios)			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	164	1.000,00
020101	Gabinete do Prefeito			
020101.0412202032.001	Manut. Atividade – Gabinete			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	16	1.000,00
021001	Divisão de Esporte e Lazer			
021001.2781202332.049	Manut. Atividade – Esportes			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	417	500,00
020708	Divisão de Cultura			
020708.1339202232.048	Manut. Ativ. – Cultura			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	345	3.500,00
021101	Diretoria de Administração			
021101.0412202022.026	Manut.Atividade - Administração			
33903600	OUTROS SERV.DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	435	28.000,00
020201	Divisão Prev.Ass.Med.Saúde - FMS			
020201.1030102121.007	Eq.Mat.Perm./obras/Imóvel - Saúde			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	01	45	120.646,18
	TOTAL			516.446,18

Art. 2º - Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações:

020201	Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS			
020201.1030302642.092	Manut. Ativ. Assistência Farmaceutica (Municipal)			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	01	117	80.000,00
020201.1030202632.009	Manut.Ativ. - Ass. Med. Saúde			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01	88	15.000,00
020201.1030202632.091	Manut.Ativ. MAC (Federal)			
33904800	Outros auxílios financeiros a pessoa física	05	107	19.000,00
020201.1030102122.010	Manut.Ativ. - Ass.Med.Saúde - Vinculado			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	05	62	200.000,00
020301	Div. Fisc. de Trans. Exec. Serviços Públicos			
020301.1545202282.019	Manut. dos Serviços - Limp. Pública			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01	188	90.000,00
020801	Divisão de Agricultura			
020801.2060102312.051	Manut. Atividade – Agropecuária			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01	369	44.000,00
020302	Div. Sup. Proj. Obras Públicas			
020302.1545102252.022	Manut.Ativ. - Sup.Proj.Obras Públicas			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01	212	60.000,00
021001	Divisão de Esporte e Lazer			
021001.2781202332.049	Manut. Atividade – Esportes			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01	418	8.446,18
	TOTAL			516.446,18

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 29 dias do mês de Agosto de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 29 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4170, DE
29 DE AGOSTO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3845, de 29 de agosto de 2.014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Setor do Serviço de Contabilidade e Finanças do Poder Executivo, crédito adicional especial à dotação orçamentária do corrente exercício, na forma a seguir compreendida:

020706- Divisão de Educação

020706.1236102211.027- Eq. Mat. Perm./Obras/Imóvel- Ensino Fundamental

44905200 - Equipamentos e Material Permanente	05	R\$ 758.750,00
Total		R\$ 758.750,00

Art. 2º - A abertura do crédito adicional especial constante do artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação ao Re curso Vinculado no valor de R\$ 758.750,00 (setecentos e cinquenta e oito mil, setecentos.e cinquenta reais), a ser transferido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Programa Caminho da Escola 2.014.

Art. 3º- Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 13.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 29 de Agosto de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 29 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 178/2.014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA FORMA QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 8º, § único, inc. I da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2.010, considerando que a Lei Municipal nº 3.839, de 05 de agosto de 2.014 extinguiu o cargo de Assessor de Relações Institucionais e Ações Estratégicas e criou o cargo de Diretor de Gabinete;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para o cargo de livre provimento em comissão de Diretor de Gabinete, de referência salarial 9-A/R, o Sr. **Mário Luiz Zambelli**, portador da CTPS nº 27.043 série 00100ª, revogando-se a nomeação contida na Portaria nº 75/14, de 12 de Fevereiro de 2.014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 06 dias do mês de Agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 06 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 179/2.014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA FORMA QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para o cargo de livre provimento em comissão, para o cargo de Assessor Administrativo da Seção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o Sr. EDNAN DONIZETI BRAMBILLA, portador da CTPS nº 80.128, Série 00069 .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 07 dias de agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 180/2014

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA “COMISSÃO ORGANIZADORA DA FEIRA LEGAL”

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 9º, da Lei Municipal 3.356, de 19 de outubro de 2.010 que dispõe sobre a criação do “Projeto Feira Legal” e atendendo solicitação do SEAPA, através do Ofício 119 /14;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para compor a “Comissão Organizadora da Feira Legal” de que trata a Lei Municipal nº 3.356, de 19 de outubro de 2.010 as seguintes pessoas:

- I** - Maria Cristina Castiglioni;
- II** - Fábio Bianco Generoso;
- III** - Marcio Roberto Xavier.

Art. 2º - Delegar competência aos integrantes da Comissão constituída por esta Portaria para requisitarem serviços de fiscaliza-

ção e auxílio na condução dos trabalhos afetos ao “Programa Feira Legal” junto às demais Secretarias deste Poder Executivo.

Art. 3º - Fixar o prazo de 02 (dois) anos para o mandato desta Comissão, permitida a recondução.

Art. 4º - Consignar que embora não sejam remuneradas as funções dos membros da Comissão, suas atividades são consideradas de relevante serviço público.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 08 dias do mês de agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 08 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 181/2.014

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 46 da Lei nº 3.276, de 28 de Abril de 2.010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora **Tatiane Pachiega Belarmino Olivieri**, portadora da CTPS nº 10864, série 00268ª, licença por motivo de doença de seu descendente, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 13 de Agosto de 2.014, nos termos do artigo 46 da Lei nº 3.276, de 28 de Abril de 2.010, atendidas as disposições aplicáveis à espécie.

Art. 2º - A Licença de que trata o artigo anterior, nos termos do artigo 46, § 3º e inciso III é concedida sem remuneração a partir do sétimo ao vigésimo quarto mês.

Art. 3º - Decorrido o prazo da licença concedida, deverá a servidora reassumir suas funções junto à Secretaria de Educação e Cultura imediatamente no dia posterior ao término do benefício.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 11 de Agosto de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 11 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 182/2014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES, NA FORMA QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, atendendo solicitação da Seção de Recursos Humanos e em conformidade com os artigos 49 e seguintes da Lei nº 3276, de 28 de abril de 2.010;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio em descanso a Servidores deste Poder Executivo na forma que especifica:

I – José Ramalho Gabrielli Júnior, portador da CTPS nº 25116/570ª por 20 (vinte) dias, a contar de 31 de julho do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2.008 à 31 de março de 2.013;

II – Orlando Aparecido Albieri, portador da CTPS nº 56495/00290ª, por 10 (dez) dias, a contar do dia 01 de agosto do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 18 de março de 2.007 à 17 de março de 2.012;

III – Rosângela de Oliveira Pereira, portadora da CTPS nº 88927/626ª, por 15 (quinze) dias, a contar de 22 de julho do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 16 de julho de 2.008 à 15 de julho de 2.013;

IV – José Carlos Torte, portador da CTPS nº 28589/626ª, por 30 (trinta) dias, a contar de 01 de agosto do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2.008 à 31 de março de 2.013;

V – Antonio Luiz Bertoleti, portador da CTPS nº 27341/350ª, por 30 (trinta) dias, a contar de 11 de agosto do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2.008 à 31 de março de 2.013;

VI – Carmem Lúcia Rischini, portadora da CTPS nº 25082/570ª, por 15 (quinze) dias, a contar de 07 de julho do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 04 de março de 2.007 à 03 de março de 2.012;

VII – Eliana Aparecida Fregonezi, portadora da CTPS nº 6793/199ª, por 09 (nove) dias, nos períodos de 14 à 18 e 28 à 31 de julho do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 03 de julho de 2.006 à 02 de julho de 2.011;

VIII – Maria Eunice Paludetti Valentim, portadora da CTPS nº 64959/626ª, por 20 (vinte) dias, a contar de 23 de junho do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 03 de julho de 2.006 à 02 de julho de 2.011;

IX – Rosana Maria Morganti Laisner, portadora da CTPS nº 10317/626ª, por 15 (quinze) dias, a contar de 01 de julho do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2.008 à 31 de março de 2.013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos à data do efetivo gozo do benefício.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 11 de Agosto de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 11 de Agosto de 2.014

DR. SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA N.º 183/2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DO SERVIDOR EMERSON PINTO DE ASSIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010, que dispõe sobre o Ordenamento do Serviço Público, Disciplina o Regime Jurídico, os Direitos e Deveres dos Servidores; considerando que o servidor Emerson Pinto de Assis faz uso de bebidas alcoólicas que o impedem de exercer suas atividades regularmente; considerando que o aludido servidor constantemente se ausentando local de trabalho logo no início do expediente; considerando que o uso de bebida alcoólica e medicamento o impossibilita de exercer suas atividades ocupacionais, tornando-o inconveniente, atrapalhando e impossibilitado de desempenhar suas funções em razão de risco a sua incolumidade física e a de seus colegas de trabalho, conforme Ofício nº 287/14, do Secretário de Esportes, Lazer e Turismo do Município, dando conta que o servidor apresenta conduta profissional inadequada causando consequências negativas à Municipalidade e servidores,

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a imediata instauração e trâmite de Processo Administrativo Disciplinar, pela Comissão Municipal constituída pelo Decreto 4.132, de 02 de junho de 2.014, para apurar os fatos constantes do Procedimento nº 007/13, da Procuradoria Geral do Município, quais sejam: que há ocorrências do comportamento inadequado do servidor Emerson Pinto de Assis. portador da CTPS nº 62.632. Série nº 00100, relativamente ao uso constante de álcool bem como de medicamento que o impossibilita de realizar suas ocupações habituais; ausências imotivadas do serviço; mal desempenho de suas atividades colocando em risco sua integridade física e de colegas, infringindo, com isso, o disposto nos artigos 482, letras “b”. “f” e “i” da Consolidação das Leis do Trabalho e artigo 84 incisos I, IX, XV e XVII, da Lei Municipal 3.276/2010.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Processo Disciplinar deverá:

I. assegurar o direito à mais ampla defesa e livre contraditório a ser exercido pelo servidor;

II. observar as prescrições contidas nos Capítulos que compõem o Título V- Do Regime Disciplinar - de que trata a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010;

III. colher depoimentos, provas e emitir parecer conclusivo sobre os fatos que norteiam o Processo Administrativo Disciplinar e se o caso inclusive opinando pela improcedência, procedência do Processo e aplicação de eventual penalidade.

Artigo 3º - Fixar o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão processante, contados da data da citação do servidor.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 15 dias do mês de Agosto de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 15 de agosto de 2.014

DR. SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 184/2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DO SERVIDOR ELY MENDES, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010, que dispõe sobre o Ordenamento do Serviço Público, Disciplinar o Regime Jurídico, os Direitos e Deveres dos Servidores; considerando que o servidor ELY MENDES não registra o ponto de trabalho no local onde desempenha suas tarefas; considerando que o servidor se ausenta do local de trabalho sem comunicação ao superior imediato; considerando a ausência de comprometimento de desempenho de suas funções como lavador /borracheiro, conforme Ofício nº 071/2014, do Secretário de Administração do Município, além de não exercer suas atividades desde o dia 31 de março de 2.014, conforme Ofício 470/14, da Chefe da Seção de Recursos Humanos e anotar incorretamente a jornada de trabalho,

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a imediata instauração e trâmite de Processo Administrativo Disciplinar, pela Comissão Municipal constituída pelo Decreto 4.132, de 02 de junho de 2.014, para apurar os fatos constantes do Procedimento nº 112/14, da Procuradoria Geral do Município, quais sejam: que o servidor ELY MENDES, matrícula 1576, não registra o ponto de trabalho no local onde desempenha suas tarefas; se ausenta do local de trabalho sem comunicação ao superior

imediato; que o servidor não exerce as suas atividades desde o dia 31 de março de 2.014 bem como anota incorretamente sua jornada de trabalho no ponto eletrônico, contrariando, com isso, o disposto nos artigos 482, letras “h”, “i” e “k”, da Consolidação das Leis do Trabalho e artigo 84, incisos I, IX e XV da Lei Municipal nº 3.276/2010.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Processo Disciplinar deverá:

I. assegurar o direito à mais ampla defesa e livre contraditório a ser exercido pelo servidor;

II. observar as prescrições contidas nos Capítulos que compõem o Título V- Do Regime Disciplinar - de que trata a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010;

III. colher depoimentos, provas e emitir parecer conclusivo sobre os fatos que norteiam o Processo Administrativo Disciplinar, e, se o caso, inclusive opinando pela improcedência, procedência do Processo e aplicação de eventual penalidade.

Artigo 3º - Fixar o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão processante, contados da data da citação do servidor.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 15 dias do mês de agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 15 de agosto de 2.014

DR. SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 185/2.014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, neste Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando solicitação da Seção de Recursos Humanos, em conformidade com os artigos 49 e seguintes da Lei nº 3.276, de 28 de Abril de 2.010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio em descanso aos servidores desta Administração Pública, a seguir relacionados e na forma especificada:

I – Cláudio Donizete Torte, portador da CTPS nº 009926, série 626ª, de 30 (trinta) dias, usufruídos a contar de 1º de setem-

bro do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 29/10/2007 à 28/10/2012;

II – Sueila Olinda Assunção, portadora da CTPS nº 19496, série 00268ª, de 15 (quinze) dias, usufruídos a partir de 13 de agosto do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 10/11/2008 à 09/11/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 19 de Agosto de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 19 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 186/2.014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, neste Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando solicitação da Seção de Recursos Humanos, em conformidade com os artigos 49 e seguintes da Lei nº 3.276, de 28 de Abril de 2.010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio em pecúnia aos servidores desta Administração Pública, a seguir relacionados e na forma especificada:

I – Adriana Amaral Idem, portadora da CTPS nº 33722, série 069ª, de 90 (noventa) dias, referente ao período aquisitivo de 04/03/2007 à 03/03/2012;

II – Marianita Motta Salomão Barbosa Adorno, portadora da CTPS nº 94791, série 626ª, de 90 (noventa) dias, referente ao período aquisitivo de 11/03/2007 à 10/03/2012;

III – Michelli Fabiana Longo, portadora da CTPS nº 45417, série 00199ª, de 73 (setenta e três) dias, referente ao período aquisitivo de 29/10/2007 à 28/10/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 19 de Agosto de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 19 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 187/2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DO SERVIDOR ANDERSON MARCELLO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010, que dispõe sobre o Ordenamento do Serviço Público, Disciplina o Regime Jurídico, os Direitos e Deveres dos Servidores; considerando que o servidor ANDERSON MARCELLO não está exercendo as atividades de seu rol de atribuições; considerando a existência de diversas reclamações relativamente a limpeza e higiene dos veículos; considerando o aumento de veículos (ônibus) quebrados em razão da ausência de manutenção por não terem sido lavados e engraxados adequadamente, conforme Ofício nº 021/2013, do Chefe da Seção de Frota, causando ônus para a Municipalidade,

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a imediata instauração e trâmite de Processo Administrativo Disciplinar, pela Comissão Municipal constituída pelo Decreto 4.132, de 02 de junho de 2.014, para apurar os fatos constantes do Procedimento nº 274/13, da Procuradoria Geral do Município, quais sejam: que o servidor ANDERSON MARCELLO, portador da CTPS nº 34.104, Série 00239, não está exercendo as atividades de seu rol de atribuições; que existe diversas reclamações relativamente a limpeza e higiene dos veículos; que acresceu o número de ônibus quebrados em razão da ausência de manutenção por não terem sido lavados e engraxados adequadamente, causando ônus para a Municipalidade, contrariando, com isso, o disposto nos artigos 482, alínea “h”, da Consolidação das Leis do Trabalho e artigo 94, inciso, IV, da Lei Municipal no 3.276/2010.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Processo Disciplinar deverá:

I. assegurar o direito à mais ampla defesa e livre contraditório a ser exercido pelo servidor;

II. observar as prescrições contidas nos Capítulos que compõem o Título V- Do Regime Disciplinar - de que trata a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010;

III. colher depoimentos, provas e emitir parecer conclusivo sobre os fatos que norteiam o Processo Administrativo Disciplinar, e, se o caso, inclusive opinando pela improcedência, procedência do Processo e aplicação de eventual penalidade.

Artigo 3º - Fixar o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão processante, contados da data da citação do servidor.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 20 dias do mês de agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 20 de agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 188/2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DO SERVIDOR FÁBIO COLUSSI, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 3.276 de 28 de abril de 2.010 que dispõe sobre o Ordenamento do Serviço Público Disciplina o Regime Jurídico os Direitos e Deveres do Servidores; considerando que o servidor FÁBIO COLUSSI vem praticando conduta inadequada na SEEC como ameaças aos motoristas que conduzem as “vans”, obrigando-os a parar em bares para que ele possa consumir bebidas alcoólicas; considerando que o servidor fica constantemente exaltado, agredindo verbalmente seus colegas; considerando que o servidor, por diversas vezes, ameaça seus superiores hierárquicos; considerando que em data de 21 de agosto de 2.014 o servidor proferiu palavras de baixo calão aos colegas e superiores ameaçando-os, levando a intervenção da polícia militar, conforme contido no Ofício 722/2014, da Secretaria de Educação e Cultura do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a imediata instauração e trâmite de Processo Administrativo Disciplinar, pela Comissão Municipal constituída pelo Decreto 4.132, de 02 de junho de 2.014, para apurar os fatos constantes do Ofício SEEC nº 722/2014, quais sejam, que o servidor Fábio Colussi, portador da CTPS nº 64002, Série 00069, em data de 20 de agosto de 2.014, praticou atitudes inadequadas, como extravio exagerado de pão e leite para consumo próprio; que faz a distribuição de leite e pão da merenda para as creches municipais, conduzido por “Vans”, dirigidas por motoristas, os quais são ameaçadas a parar em bares para o servidor consumir bebidas alcoólicas; que com constância agride verbalmente colegas e superiores hierárquicos; que em data de 21 de agosto de 2.014 o servidor, com aparência de embriagues, proferiu palavras de baixo calão aos colegas e superiores hierárquicos, necessitando do auxílio policial para a sua contenção, infringindo, assim, o disposto no artigos 482, letras “f” e “h” da Consolidação das Leis do Trabalho e artigo 83, incisos IV, VI da Lei Municipal nº 3.276/2010.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Processo Disciplinar deverá:

I. assegurar o direito à mais ampla defesa e livre contraditório a ser exercido pelo servidor;

II. observar as prescrições contidas nos Capítulos que compõem o Título V- Do Regime Disciplinar- de que trata a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010;

III. colher depoimentos, provas e emitir parecer conclusivo sobre os fatos que norteiam o Processo Administrativo Disciplinar, e, se o caso, inclusive opinando pela improcedência, procedência do Processo e aplicação de eventual penalidade.

Artigo 3º - Determinar a suspensão preventiva do servidor público FÁBIO COLUSSI, pelo período de trinta dias (30), a contar do dia 25 de agosto de 2.014, sem prejuízo de sua remuneração, motivada pelo seu comportamento inadequado, embriagues permanente e o risco a integridade física de seus superiores hierárquicos e demais servidores da repartição que presta suas funções.

Artigo 4º - Fixar o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão processante, contados da data da citação do servidor.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 22 dias do mês de agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 22 de agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 189 /2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DO SERVIDOR ANTÔNIO APARECIDO RISCHINI, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010, que dispõe sobre o Ordenamento do Serviço Público, Disciplina o Regime Jurídico, os Direitos e Deveres do Servidores; considerando requerimento subscrito pelo Secretário de Administração, que recebeu explanação do Secretário de Saúde do Município, que o servidor efetivo ANTÔNIO APARECIDO RISCHINI contador da Prefeitura Municipal de Descalvado, desempenhou durante todo o exercício de 2.013 e o primeiro semestre de 2.014, os serviços de contador da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado; considerando que esta última é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que recebe subvenção mensal da Municipalidade de Descalvado; considerando que o servidor, em contraprestação aos serviços prestadas para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, recebia a importância mensal de R\$ 1.717,00 (um mil setecentos e dezessete reais); considerando que o recebimento de proventos em duplicidade do mesmo ente público empregador configura infração ao disposto no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal; considerando que o servidor, no exercício de 2.013, ocupou os cargos de Secretário e Diretor de Finanças, investido no poder de administrar o repasse de subvenção municipal para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, onde recebia salários; considerando que o servidor foi condenado

em processo de Ação Civil Pública nº 160.01.2004.003419, à pena de proibição de contratação com o poder público ou receber incentivos fiscais ou creditícios; considerando que o artigo 14, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Descalvado e o artigo 111-A, da Constituição do Estado de São Paulo proíbem expressamente o município de contratar, no âmbito da Administração Pública, com pessoas que se enquadram nas condições de inelegibilidade; considerando a caracterização de enriquecimento ilícito do servidor; considerando ato de improbidade do servidor ao determinar o inadimplemento de encargos sociais da folha de pagamento dos servidores públicos do município; considerando que no exercício de 2013, durante vários meses, o servidor, como Secretário de Finanças, determinou ao Departamento de Recursos Humanos da Municipalidade que procedesse com a compensação dos encargos de INSS; considerando que o servidor levou o Departamento de Recursos Humanos ao cometimento de crime de falsidade de declaração, pois que perante a Receita Federal era justificado o inadimplemento dos encargos sociais sob argumentação falsa de questionamento da matéria; considerando que os fatos praticados pelo servidor se enquadram como falta de probidade, de comportamento ético, moralidade, eficiência, a constituir ato de improbidade administrativa contra os princípios da Administração Pública, conforme documentos anexos,

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a imediata instauração e trâmite de Processo Administrativo Disciplinar, pela Comissão Municipal constituída pelo Decreto 4.132, de 02 de junho de 2.014, para apurar os fatos constantes do requerimento datado de 22 de agosto de 2.014, endereçado ao Prefeito Municipal e subscrito pelo Secretário de Administração, no qual relata, conforme documentos recebidos do Secretário de Saúde do Município, que o servidor ANTÔNIO APARECIDO RISCHINI, contador da Prefeitura Municipal de Descalvado, desempenhou durante todo o exercício de 2.013 e o primeiro semestre de 2.014, os serviços de contador da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado; que esta última é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que recebe subvenção mensal da Municipalidade de Descalvado; que o servidor, em contraprestação aos serviços prestados para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, recebia a importância mensal de R\$ 1.717,00 (um mil setecentos e dezessete reais); que o recebimento de proventos em duplicidade do mesmo ente público empregador configura infração ao disposto no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal; que o servidor, no exercício de 2.013, ocupou os cargos de Secretário e Diretor de Finanças, investido no poder de administrar o repasse de subvenção municipal para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, onde recebia salários; que o servidor foi condenado em processo de Ação Civil Pública nº 160.01.2004.003419, à pena de proibição de contratação com o poder público ou receber incentivos fiscais ou creditícios; que o artigo 14, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Descalvado e o artigo 111-A, da Constituição do Estado de São Paulo proíbem expressamente o município de contratar, no âmbito da Administração Pública, com pessoas que se enquadram nas condições de inelegibilidade; a caracterização da ocorrência de enriquecimento ilícito do servidor; a caracterização de ato de improbidade do servidor ao determinar o inadimplemento de encargos sociais da folha de pagamento dos servidores públicos do município; que no exercício de 2013, durante vários meses, o servidor, como Secretário de Finanças, determinou ao Departamento de Recursos Humanos da Municipalidade que procedesse com a compensação dos encargos de INSS; que o servidor levou o Departamento de Recursos Humanos ao cometimento de crime de falsidade de declaração, pois que perante a Receita Federal era justificado o inadimplemento dos encargos sociais sob argumentação falsa

de questionamento da matéria; que os fatos praticados pelo servidor se enquadram como falta de probidade, de comportamento ético, moralidade, eficiência, a constituir ato de improbidade administrativa contra os princípios da Administração Pública, infringindo, assim, o disposto no artigo 482, letras “a”, “b” e “d”, da Consolidação das Leis do Trabalho; artigo 83, incisos III, XVI; artigo 84, inciso XI, XVII da Lei Municipal nº 3.276/2010; artigo 9º, incisos I, VIII e IX, da Lei 8.429, de 02 de junho de 1.992, artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal e artigo 299 do Código Penal.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Processo Disciplinar deverá:

I. assegurar o direito à mais ampla defesa e livre contraditório a ser exercido pelo servidor;

II. observar as prescrições contidas nos Capítulos que compõem o Título V- Do Regime Disciplinar - de que trata a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010;

III. colher depoimentos, provas e emitir parecer conclusivo sobre os fatos que norteiam o Processo Administrativo Disciplinar, e, se o caso, inclusive opinando pela improcedência, procedência do Processo e aplicação de eventual penalidade.

Artigo 3º - Determinar a suspensão preventiva do servidor público Antônio Aparecido Rischini, pelo período de trinta dias (30), a contar do dia 26 de agosto de 2.014, sem prejuízo de sua remuneração, para efetivar e assegurar que a averiguação não tenha resultado inútil ou inócuo bem como evitar a interferência na obtenção da prova colhida.

Artigo 4º - Fixar o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão processante, contados da data da citação do servidor.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 25 dias do mês de agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 25 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 190/2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DA SERVIDORA MARTA REGINA MARQUES ROSA, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 3.276, de 28 de abril de

2.010, que dispõe sobre o Ordenamento do Serviço Público, Disciplina o Regime Jurídico, os Direitos e Deveres dos Servidores; considerando Ofício da Secretária de Educação e Cultura nº 717/2014, noticiando que a professora Marta Regina Marques Rosa, Professor de Educação Básica I, contratada em 24 de fevereiro de 2014, não tem respeitado a legislação, principalmente no que se refere aos padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem; que não proporciona ambiente favorável à aprendizagem, além de garantir aos alunos permanência e continuidade; que não assume integralmente as responsabilidades e deveres recorrentes e seus direitos e de suas funções; que não zela pela aprendizagem dos alunos e não estabelece estratégias de recuperação para os alunos com baixo rendimento; que não executa os serviços que lhe compete desempenhar, com zelo e presteza; que não se empenha em prol do desenvolvimento do aluno, utilizando processos que acompanhe o progresso científico da educação; que não respeita o aluno como sujeito do processo educativo e compromete-se com a eficácia de seu aprendizado; que não mantém os princípios psicopedagógicos, considerando a realidade sócio econômica da clientela da escola ao executar as Diretrizes da Política Educacional Municipal na escola; que não utiliza de materiais, procedimentos didáticos e instrumentos de avaliação do processo de aprendizagem,

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a imediata instauração e trâmite de Processo Administrativo Disciplinar, pela Comissão Municipal constituída pelo Decreto 4.132, de 02 de junho de 2.014, para apurar os fatos constantes do Ofício SEEC nº 717/2014, da Secretária de Educação e Cultura, que a professora Marta Regina Marques Rosa, Professor de Educação Básica I, contratada em 24 de fevereiro de 2014, não tem respeitado a legislação, principalmente no que se refere aos padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem; que não proporciona ambiente favorável à aprendizagem, além de garantir aos alunos permanência e continuidade; que não assume integralmente as responsabilidades e deveres recorrentes e seus direitos e de suas funções; que não zela pela aprendizagem dos alunos e não estabelece estratégias de recuperação para os alunos com baixo rendimento; que não executa os serviços que lhe compete desempenhar, com zelo e presteza; que não se empenha em prol do desenvolvimento do aluno, utilizando processos que acompanhe o progresso científico da educação; que não respeita o aluno como sujeito do processo educativo e compromete-se com a eficácia de seu aprendizado; que não mantém os princípios psicopedagógicos, considerando a realidade sócio econômica da clientela da escola ao executar as Diretrizes da Política Educacional Municipal na escola; que não utiliza de materiais, procedimentos didáticos e instrumentos de avaliação do processo de aprendizagem, infringindo, assim, o disposto no artigo 482, letras “b”, “e” e “h”, da Consolidação das Leis do Trabalho; artigo 83, incisos III, XVI; artigo 84, inciso XV da Lei Municipal nº 3.276/2010; artigo 4º, inciso IX da Lei 9.394/96; artigo 21, inciso I, artigo 55, incisos II e IV e artigo 37, incisos III, IX e XII, da Lei Municipal 3.206/2014.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Processo Disciplinar deverá:

I. assegurar o direito à mais ampla defesa e livre contraditório a ser exercido pelo servidor;

II. observar as prescrições contidas nos Capítulos que com-

põem o Título V- Do Regime Disciplinar- de que trata a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010;

III. colher depoimentos, provas e emitir parecer conclusivo sobre os fatos que norteiam o Processo Administrativo Disciplinar, e, se o caso, inclusive opinando pela improcedência, procedência do Processo e aplicação de eventual penalidade.

Artigo 3º - Determinar a suspensão preventiva da professora Marta Regina Marques Rosa, pelo período de trinta dias (30), a contar do dia 26 de agosto de 2.014, sem prejuízo de sua remuneração, para efetivar e assegurar que a averiguação não tenha resultado inútil ou inócuo bem como evitar a interferência na obtenção da prova colhida.

Artigo 4º - Fixar o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão processante, contados da data da citação da servidora.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 25 dias do mês de agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 25 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 191/2.014****CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA POR MOTIVO DE DOENÇA EM, PESSOA DA FAMÍLIA**

O Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 46 e seguintes da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2.010,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder à servidora APARECIDA DA GRACA COLUCCI MICOSI, portadora da CTPS nº 80521, série 00069, licença por motivo de doença de seu cônjuge, por **sessenta (60) dias**, a partir de **26 de agosto de 2.014**, nos termos do artigo 46 e seguintes da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2.010, atendidas as disposições contidas nesta.

Artigo 2º-A concessão da licença prevista nesta Portaria, fica condicionada aos seguintes fatores:

I - vigência de até 24 (vinte e quatro) meses, desde que comprovada trimestralmente a necessidade de sua assistência pessoal e permanente, que se fará mediante atestado médico, a ser apresentado junto à Divisão de Recursos Humanos;

II - remuneração integral no primeiro mês, e os demais, com descontos de: .

a) um terço (1/3), quando exceder o primeiro mês e prolongar-se até o terceiro.

b) dois terços (2/3), quando exceder três e prolongar-se até o sexto mês.

§ 1º - Do sétimo ao vigésimo quarto mês de gozo dos benefícios desta licença não haverá remuneração pelo Empregador.

§ 2º - A servidora, para continuar a usufruir dos benefícios de Plano de Saúde e Cesta Básica, deverá depositar em favor da Prefeitura os valores que lhe pertencer, sob pena de suspensão desses benefícios até o término da licença.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 26 de agosto do corrente ano.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 26 de agosto de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Gabinete do Prefeito, em 26 de agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E
HOMOLOGAÇÃO**

PROCESSO Nº. 050/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/14

Objeto: Registro de Preços, para eventuais aquisições parceladas de medicamentos (injetáveis, comprimidos, cápsulas, envelopes) e insulinas.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica ADJUDICADA e HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe pelo Prefeito, conforme segue: lote nº 36, no valor total de R\$ 43.992,00(quarenta e três mil, novecentos e noventa e dois reais), para a empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

Descalvado, 07 de agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E
HOMOLOGAÇÃO**

PROCESSO Nº. 066/14

CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/14 (Fase Municipal)

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (hortifrúts) da Agricultura Familiar e/ou do Empreendedor Familiar Rural, conforme Lei Federal nº 11.047/09 e Resolução nº 38/2009, nº 025/2012 e nº 026/2013 Ministério da Educação.

Fica, a Chamada Pública em epígrafe, ADJUDICADA e HOMOLOGADA, conforme seguem: itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 no valor total de R\$ 41.305,00 (quarenta e um mil, trezentos e cinco reais), para a AFADE – Associação da Agricultura Familiar de Descalvado e itens 7 e 8 no valor total de R\$1.892,00 (um mil, oitocentos e noventa e dois reais), para o produtor Sr. Nilson Antonio Assoni.

Descalvado, 05 de agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E
HOMOLOGAÇÃO**

PROCESSO Nº. 067/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/14

Objeto: Registro de Preços, para eventuais locações parceladas de tendas com coberturas piramidais, banheiros químicos, palcos e equipamentos de som, para a Prefeitura Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica ADJUDICADA e HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe pelo Prefeito, conforme seguem: lotes nº 03 e 04 no valor total de R\$ 273.587,45(duzentos e setenta e três mil, quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), para a empresa Márcio Francisco do Nascimento & Cia Ltda. – ME.

Descalvado, 25 de agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****PROCESSO Nº. 067/14****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/14**

Objeto: Registro de Preços, para eventuais locações parceladas de tendas com coberturas piramidais, banheiros químicos, palcos e equipamentos de som, para a Prefeitura Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujos objetos, já foram adjudicados em ata pelo Pregoeiro, conforme seguem: lotes nº 06 e 08 no valor total de R\$ 220.385,56 (duzentos e vinte mil, trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), para a empresa Correa & Correa Locações e Eventos Ltda. ME e lotes 01, 02, 07 e 09 no valor total de R\$ 184.493,46 (cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e seis centavos), para a empresa Márcio Francisco do Nascimento & Cia Ltda. – ME.

Descalvado, 18 de agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO**
ESTADO DE SÃO PAULO**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****PROCESSO Nº. 068/14****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/14**

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (hortifrutis), para atender ao Serviço Municipal de Alimentação Escolar.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujos objetos, já foram adjudicados em ata pelo Pregoeiro, conforme seguem: lotes nº 01, 02, 03, 16 e 17 no valor total de R\$ 17.471,50 (dezesete mil, quatrocentos e setenta e um reais e cinquenta centavos), para a empresa Ademir José Mazaro – ME; lotes nº 05, 06, 07, 09, 10, 12, 14 e 15 no valor total de R\$ 10.164,00 (dez mil, cento e sessenta e quatro reais), para a empresa Daniel Delgado Riposati ME; lote 13 no valor total de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais), para a empresa Mapa Comercial e Distribuidora Ltda. e lotes 04 e 08 no valor total de R\$ 14.837,50 (quatorze mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), para a empresa Modolocampi Agrícola Ltda.

Descalvado, 22 de agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO**
ESTADO DE SÃO PAULO**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**
HOMOLOGAÇÃO**PROCESSO Nº. 068/14****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/14**

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (hortifrutis), para atender ao Serviço Municipal de Alimentação Escolar.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica ADJUDICADA e HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe pelo Prefeito, conforme seguem: lotes nº 11 e 18 no valor total de R\$ 7.995,00 (sete mil, novecentos e noventa e cinco reais), para a empresa Nivaldo Grippa – Eireli – ME.

Descalvado, 28 de agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO**
ESTADO DE SÃO PAULO**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****PROCESSO Nº. 073/14****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 043/14**

Objeto: Aquisição de uniformes (agasalhos, bermudas e camisetas), para os projetos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura do Município de Descalvado, São Paulo.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujos objetos, já foram adjudicados em ata pelo Pregoeiro, conforme seguem: lotes nº 01, 02 e 03 no valor total de R\$ 11.340,00 (onze mil, trezentos e quarenta reais), para a empresa Center Sport Confecções Ltda. ME.

Descalvado, 29 de agosto de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO

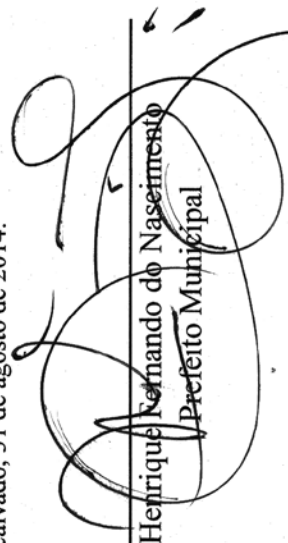
ESTADO DE SÃO PAULO

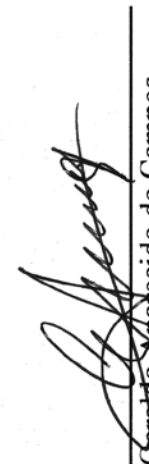
CEP 13.690-000

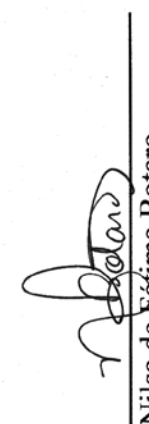
CUMPRIMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - 2014 - 4º BIMESTRE (art.9º da LRF)

ESPECIFICAÇÃO	ATÉ BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA		
	META	REALIZADA	DIFERENÇA	META	REALIZADA	DIFERENÇA	META	REALIZADA	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES									
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.236.500,00	5.758.988,06	(477.511,94)	1.689.875,00	1.520.977,63	(168.897,37)	7.926.375,00	7.279.965,69	(646.409,31)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	18.352,00	26.535,31	8.183,31	6.116,00	4.720,48	(1.395,52)	24.468,00	31.255,79	6.787,79
RECEITA PATRIMONIAL	139.754,00	320.620,85	180.866,85	46.582,00	100.763,61	54.181,61	186.336,00	421.384,46	235.048,46
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	1.182.254,00	1.203.989,10	21.735,10	394.082,00	471.127,07	77.045,07	1.576.336,00	1.675.116,17	98.780,17
TRANF. CORRENTES	40.275.375,00	37.778.340,75	(2.497.034,25)	12.890.075,00	12.029.443,95	(860.631,05)	53.165.450,00	49.807.784,70	(3.357.665,30)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.470.600,00	1.291.664,88	(3.178.935,12)	1.490.200,00	677.997,66	(812.202,34)	5.960.800,00	1.969.662,54	(3.991.137,46)
CONTAS REDUTORAS	(5.531.700,00)	(5.143.665,10)	388.034,90	(1.843.900,00)	(1.578.202,15)	265.697,85	(7.375.600,00)	(6.721.867,25)	653.732,75
RECEITA DE CAPITAL									
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. DE CAPITAL	2.295.502,00	541.724,14	(1.753.777,86)	765.166,00	730.824,58	(34.341,42)	3.060.668,00	1.272.548,72	(1.788.119,28)
TOTAIS	49.086.637,00	41.778.197,99	(7.308.439,01)	15.438.196,00	13.957.652,83	(1.480.543,17)	64.524.833,00	55.735.850,82	(8.788.982,18)

Descalvado, 31 de agosto de 2014.


Henrique Fernando do Nascimento
 Prefeito Municipal


Gerardo Agatecido de Campos
 Secretário de Finanças


Nilza de Fátima Botaro
 Diretora de Finanças

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
(Artigo 52, Incisos I e II, alíneas "a" e "b", da LC. 101/00)
- ADMINISTRAÇÃO DIRETA / INDIRETA / FUNDACIONAL -

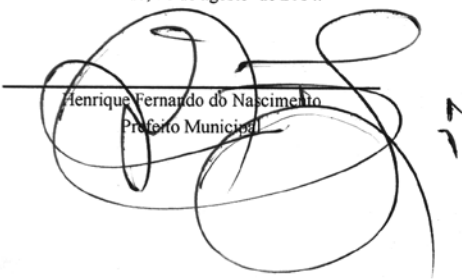
modelo 1

MUNICIPIO DE DESCALVADO
4º BIMESTRE DE 2014

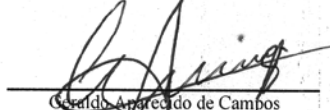
Valores expressos em R\$

RECEITAS	Previsão anual		4º BIMESTRE		Acumulado		
Categoria Econômica/Fontes	Inicial	Atualizada	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	a realizar
Receitas Correntes (A)	91.658.900,00	91.658.900,00	14.673.030,00	13.226.828,25	61.464.165,00	54.463.302,10	37.195.597,90
Tributárias	11.959.500,00	11.959.500,00	1.689.875,00	1.520.977,63	7.926.375,00	7.279.965,69	4.679.534,31
Impostos	10.665.300,00	10.665.300,00	1.507.004,79	1.387.511,40	7.068.620,53	6.534.461,02	4.130.838,98
IPTU	4.977.500,00	4.977.500,00	703.319,77	407.533,86	3.298.928,18	2.579.002,61	2.398.497,39
ISSQN	3.788.000,00	3.788.000,00	535.243,66	629.604,09	2.510.565,53	2.654.442,01	1.133.557,99
ITBI	894.500,00	894.500,00	126.392,67	137.050,67	592.846,06	549.541,80	344.958,20
IRRF	1.005.300,00	1.005.300,00	142.048,69	213.322,78	666.280,76	751.474,60	253.825,40
Taxas	1.294.200,00	1.294.200,00	182.870,21	133.466,23	857.754,47	745.504,67	548.695,33
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	36.700,00	36.700,00	6.116,00	4.720,48	24.468,00	31.255,79	5.444,21
Patrimoniais	279.500,00	279.500,00	46.582,00	100.763,61	186.336,00	421.384,46	-141.884,46
Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços	2.364.500,00	2.364.500,00	394.082,00	471.127,07	1.576.336,00	1.675.116,17	689.383,83
Transferências Correntes	79.140.900,00	79.140.900,00	12.890.075,00	12.029.443,95	53.165.450,00	49.807.784,70	29.333.115,30
(-) Contas Redutoras (ICMS,FPM,IPI Exp)	(11.063.400,00)	(11.063.400,00)	(1.843.900,00)	(1.578.202,15)	(7.375.600,00)	(6.721.867,25)	4.341.532,75
Outras Receitas Correntes	8.941.200,00	8.941.200,00	1.490.200,00	677.997,66	5.960.800,00	1.969.662,54	6.971.537,46
Receitas de Capital (B)	4.591.000,00	4.591.000,00	765.166,00	730.824,58	3.060.668,00	1.272.548,72	3.318.451,28
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.591.000,00	4.591.000,00	765.166,00	730.824,58	3.060.668,00	1.272.548,72	3.318.451,28
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TOTAL (A+B)	96.249.900,00	96.249.900,00	15.438.196,00	13.957.652,83	64.524.833,00	55.735.850,82	40.514.049,18
DESPESAS	Dotação Anual		4º BIMESTRE		Acumulado		
Categoria Econômica/Natureza	Inicial	Atualizada	Empenhado	Liquidado	Empenhado	Liquidado	A empenhar
Despesas Correntes (C)	90.556.400,00	90.944.844,34	9.663.048,19	10.840.281,19	63.958.600,47	52.902.851,66	26.986.243,87
Pessoal/Encargos Sociais	46.107.800,00	45.817.204,85	7.355.018,72	7.365.136,81	28.642.335,31	28.640.616,11	17.174.869,54
Juros/Encargos da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros/Encargos Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	44.448.600,00	45.127.639,49	2.308.029,47	3.475.144,38	35.316.265,16	24.262.235,55	9.811.374,33
Despesas de Capital (D)	5.693.500,00	12.295.113,94	302.301,11	505.375,45	2.625.277,85	1.108.597,10	9.667.634,09
Investimentos	5.481.298,00	12.082.911,94	302.301,11	474.195,26	2.445.277,85	985.756,52	9.637.634,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	210.000,00	210.000,00	0,00	31.180,19	180.000,00	122.840,58	30.000,00
Amortização do Refin. Div. Mobil.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Amortizações	210.000,00	210.000,00	0,00	31.180,19	180.000,00	122.840,58	30.000,00
Outras Despesas de Capital	2.202,00	2.202,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.202,00
Reserva de Contingência (E)	0,00	0,00					
DESPESA TOTAL (C+D)	96.249.900,00	103.239.958,28	9.965.349,30	11.345.656,64	66.583.878,32	54.011.448,76	36.653.877,96
SUPERÁVIT/DÉFICIT (A+B-C-D)	0,00	-6.990.058,28	5.472.846,70	2.611.996,19	-2.059.045,32	1.724.402,06	


Descalvado, 31 de agosto de 2014.



Henrique Fernando do Nascimento
 Prefeito Municipal



Geraldo Aparecido de Campos
 Secretário de Finanças



Nilsa de Fátima Botaro
 Diretora de Finanças

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Artigo 52, Incisos I e II, alíneas "a" e "b", da LC. 101/00)

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PODERES/ÓRGÃOS

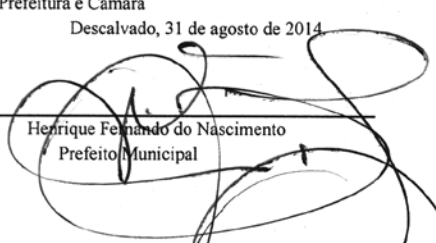
MUNICÍPIO DE DESCALVADO
4º BIMESTRE DE 2014

Valores expressos em R\$

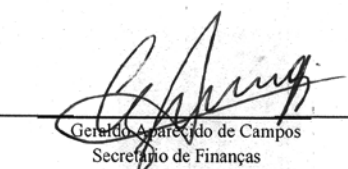
PODERES/ÓRGÃOS	Receitas		Despesas				Resultados	
	Bimestre	Acumulado (1)	Empenhada		Liquidada		Acumulado (3)=(1+2)	% = (3) / Total (1)
			Bimestre	Acumulado (2)	Bimestre	Acumulado		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA*	13.957.652,83	55.735.850,82	9.965.349,30	66.583.878,32	11.345.656,64	54.011.448,76	-10.848.027,50	-19,46%
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Autarquia "X"							0,00	0,00%
Fundação "Y"							0,00	0,00%
Empresa Pública Dependente "Z"							0,00	0,00%
TOTAIS:	13.957.652,83	55.735.850,82	9.965.349,30	66.583.878,32	11.345.656,64	54.011.448,76	-10.848.027,50	-19,46%

*Prefeitura e Câmara

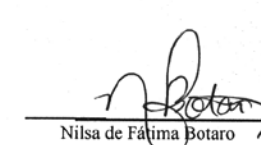
Descalvado, 31 de agosto de 2014.



Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal



Gerardo Aparecido de Campos
Secretário de Finanças



Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Artigo 52, Inciso II, alínea "c" da LC. 101/00)

- ADMINISTRAÇÃO DIRETA / INDIRETA / FUNDACIONAL -

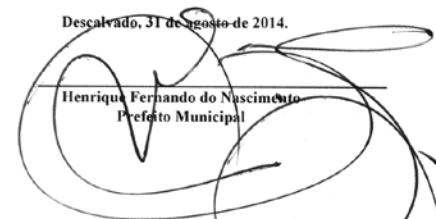
Compactado p/ Publicação - Modelo 2

MUNICÍPIO DE DESCALVADO
4º BIMESTRE DE 2014

Valores expressos em R\$

Cód. Função	Cód. Subf.	DESPESAS Funções/Subfunções	Dotação Anual		4º BIMESTRE		Acumulado		
			Inicial	Atualizada	Empenhado	Liquidado	Empenhado	Liquidado	a empenhar
1	1	LEGISLATIVO	2.029.500,00	2.029.500,00	320.267,44	320.267,44	1.283.776,28	1.283.776,28	745.723,72
1	31	Ação Legislativa	2.029.500,00	2.029.500,00	320.267,44	320.267,44	1.283.776,28	1.283.776,28	745.723,72
4	4	ADMINISTRAÇÃO	7.477.600,00	7.682.845,00	866.558,48	903.687,80	5.144.808,74	4.161.745,03	2.538.036,26
4	122	Administração Geral	4.764.900,00	4.903.045,00	506.831,78	575.082,82	3.357.338,42	2.748.534,67	1.545.706,58
4	123	Administração Financeira	1.800.800,00	1.860.800,00	235.687,11	199.519,91	1.172.339,26	843.574,93	688.460,74
4	125	Normatização e Fiscalização	718.500,00	720.600,00	115.412,27	120.279,67	524.599,10	503.500,70	196.000,90
4	131	Comunicação Social	193.400,00	198.400,00	8.627,32	8.805,40	90.531,96	66.134,73	107.868,04
6	6	SEGURANÇA PÚBLICA	1.168.200,00	523.748,94	0,00	0,00	0,00	0,00	523.748,94
6	181	Policiamento	1.168.200,00	523.748,94	0,00	0,00	0,00	0,00	523.748,94
8	8	ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.529.500,00	3.759.698,40	239.726,97	348.847,29	2.598.943,02	2.203.597,11	1.160.755,38
8	241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	243	Assist. à Criança e ao Adolescente	366.600,00	446.600,00	22.339,41	29.682,01	256.173,32	182.948,42	190.426,68
8	244	Assistência Comunitária	3.162.900,00	3.313.098,40	217.387,56	319.165,28	2.342.769,70	2.020.648,69	970.328,70
10	10	SAÚDE	27.365.298,00	28.600.499,80	2.034.657,17	2.745.600,25	21.958.205,40	18.401.957,82	6.642.294,40
10	301	Atenção Básica	16.448.098,00	16.986.593,64	1.498.166,14	2.176.129,24	11.835.062,32	9.446.246,34	5.151.531,32
10	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.926.200,00	9.702.906,16	385.024,42	444.626,07	8.747.580,49	7.755.283,36	955.325,67
10	303	Suporte Profilático e Terapêutico	1.277.900,00	1.197.900,00	42.533,90	26.791,29	946.449,16	792.758,06	251.450,84
10	304	Vigilância Sanitária	395.500,00	395.500,00	66.766,11	57.935,06	251.413,43	237.220,23	144.086,57
10	305	Vigilância Epidemiológica	317.600,00	317.600,00	42.166,60	40.118,59	177.700,00	170.449,83	139.900,00
11	11	TRABALHO	157.700,00	30.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.720,00
11	334	Fomento ao Trabalho	157.700,00	30.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.720,00
12	12	EDUCAÇÃO	30.275.800,00	35.750.092,27	4.087.696,51	3.945.905,24	19.872.125,72	16.025.490,47	15.877.966,55
12	126	Tecnologia da Informação	31.500,00	31.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.500,00
12	306	Alimentação e Nutrição	2.894.700,00	2.988.523,28	151.998,63	382.334,38	2.571.157,90	1.671.560,41	417.365,38
12	361	Ensino Fundamental	20.109.400,00	22.103.719,25	3.062.524,10	2.669.697,24	13.392.945,15	10.685.277,49	8.710.774,10
12	363	Ensino Profissional	380.200,00	313.200,00	19.718,00	6.566,08	69.801,48	38.021,56	243.398,52
12	364	Ensino Superior	127.100,00	157.100,00	(4.727,50)	22.698,95	130.804,70	98.666,95	26.295,30
12	365	Educação Infantil	6.732.900,00	10.156.049,74	858.183,28	864.608,59	3.707.416,49	3.531.964,06	6.448.633,25
13	13	CULTURA	2.652.300,00	2.910.050,00	366.207,17	151.515,05	1.340.412,46	780.167,67	1.569.637,54
13	392	Difusão Cultural	2.652.300,00	2.910.050,00	366.207,17	151.515,05	1.340.412,46	780.167,67	1.569.637,54
15	15	URBANISMO	11.631.700,00	11.808.357,07	984.551,02	1.472.117,59	7.445.763,62	5.773.681,42	4.362.593,45
15	451	Infra-Estrutura Urbana	7.564.400,00	7.819.057,07	613.585,03	1.037.159,69	4.469.441,18	3.304.865,59	3.349.615,89
15	452	Serviços Urbanos	4.067.300,00	3.989.300,00	370.965,99	434.957,90	2.976.322,44	2.468.815,83	1.012.977,56
18	18	GESTÃO AMBIENTAL	4.116.700,00	4.118.700,00	501.967,68	688.304,36	2.957.126,35	2.424.502,93	1.161.573,65
18	541	Preservação e Conservação Ambiental	71.400,00	71.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.400,00
18	542	Controle Ambiental	441.900,00	423.900,00	74.054,14	76.337,28	279.850,89	275.267,17	144.049,11
18	544	Recursos Hídricos	3.603.400,00	3.623.400,00	427.913,54	611.967,08	2.677.275,46	2.149.235,76	946.124,54
20	20	AGRICULTURA	2.424.500,00	2.392.590,98	232.226,74	259.616,90	1.601.337,27	1.205.165,88	791.253,71
20	601	Promoção da Produção Vegetal	2.210.000,00	2.202.090,98	226.861,16	249.554,67	1.551.373,60	1.167.027,85	650.717,38
20	605	Abastecimento	214.500,00	190.500,00	5.365,58	10.062,23	49.963,67	38.138,03	140.536,33
27	27	DESPORTO E LAZER	1.434.300,00	1.476.353,82	120.296,70	127.687,15	835.673,49	584.616,75	640.680,33
27	812	Desporto Comunitário	1.434.300,00	1.476.353,82	120.296,70	127.687,15	835.673,49	584.616,75	640.680,33
28	28	ENCARGOS ESPECIAIS	1.984.600,00	2.154.600,00	211.193,42	382.107,57	1.545.705,97	1.166.747,40	608.894,03
28	846	Outros Encargos Especiais	1.984.600,00	2.154.600,00	211.193,42	382.107,57	1.545.705,97	1.166.747,40	608.894,03
99	99	Reserva de Contingência	2.202,00	2.202,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.202,00
99	999	Reserva de Contingência	2.202,00	2.202,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.202,00
		TOTAL	96.249.900,00	103.239.958,28	9.965.349,30	11.345.656,64	66.583.878,32	54.011.448,76	36.656.079,96


Descalvado, 31 de agosto de 2014.



Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal



Gerardo Aparecido de Campos
Secretário de Finanças



Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

modelo 3

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
(Artigo 2, inciso IV e 53, inciso I da L.C. 101/00)

MUNICÍPIO DE DESCALVADO
4º BIMESTRE DE 2014

Valores expressos em R\$

RECEITAS CORRENTES	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	MÊS REF.: AGOSTO	Totais:	Apuração Bimestre Anterior	Previsão Atualizada Exercício
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7.284.609,23	8.603.491,15	9.494.521,24	10.902.456,69	9.075.371,73	7.818.191,23	8.923.722,14	7.271.095,83	7.163.337,62	6.128.420,40	7.932.826,38	6.872.204,02	97.560.247,66	97.825.467,64	102.722.300,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Auxílios													0,00	0,00	0,00
Fundações Públicas													0,00	0,00	0,00
Empresas Estaduais Dependentes													0,00	0,00	0,00
Subtotal	7.284.609,23	8.603.491,15	9.494.521,24	10.902.456,69	9.075.371,73	7.818.191,23	8.923.722,14	7.271.095,83	7.163.337,62	6.128.420,40	7.932.826,38	6.872.204,02	97.560.247,66	97.825.467,64	102.722.300,00
(-) DEDUÇÕES															
Receitas Transf. Intrag. Adm. Dir/Ind. Fun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. Serv. Reg. Prop. Previdência	3.244,59	1.872,90	1.682,30	0,00	3.390,03	1.994,53	270,95	1.616,43	3.664,59	2.140,53	2.128,72	231,52	22.237,09	23.050,85	18.700,00
Compensação Financ. entre Reg. Prev.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB	776.585,54	892.514,43	799.154,82	956.392,36	1.111.019,80	971.640,09	788.959,31	773.828,56	826.604,42	671.612,92	837.854,36	740.347,99	10.146.514,60	10.090.020,42	11.063.400,00
Anulação de Restos a Pagar				274.364,09										274.364,09	
Outras															
Subtotal	779.830,13	894.387,33	800.837,12	1.230.756,45	1.114.409,83	973.634,62	789.230,26	775.444,99	830.269,01	673.753,45	839.983,08	740.579,51	10.443.115,78	10.387.435,36	11.082.100,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.504.779,10	7.799.103,82	8.693.684,12	9.671.700,24	7.960.961,90	6.844.556,61	8.134.491,88	6.495.650,84	6.333.068,61	5.454.666,95	7.092.843,30	6.131.624,51	87.117.131,88	87.438.032,28	91.658.900,00

Descalvado, 31 de agosto de 2014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Geraldo Assunção de Campos
Secretário de Finanças

Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

modelo 4

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

(Artigos 53, Inciso II e 50, Inciso IV da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE DESCALVADO

4º BIMESTRE DE 2014

Valores expressos em R\$

I – RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão Anual		Receitas Realizadas		Saldo a Realizar
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	
Contribuições Patronais	18.000,00	18.000,00	2.360,24	15.818,49	2.181,51
Contribuições dos Servidores Ativos	4.900,00	4.900,00	482,92	3.837,93	1.062,07
Contribuições dos Servidores Inativos	13.800,00	13.800,00	1.877,32	11.599,37	2.200,63
Contribuições dos Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras (Aplicação Financeira)	0,00	0,00	2.348,00	8.117,00	-8.117,00
Total	36.700,00	36.700,00	7.068,48	39.372,79	-2.672,79

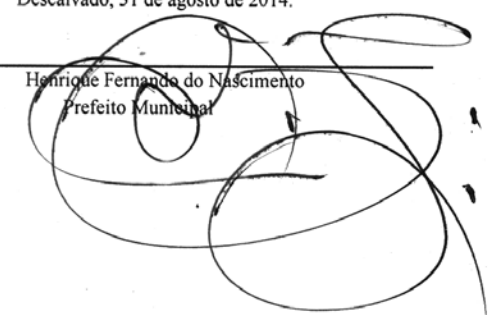
II – DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Anual		Empenhadas		Liquidadas		Saldo a Empenhar
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

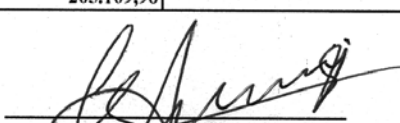
III - RESULTADO	36.700,00	36.700,00	7.068,48	39.372,79	7.068,48	39.372,79	
------------------------	------------------	------------------	-----------------	------------------	-----------------	------------------	--


IV – DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	RS		RS
Receitas	39.372,79	Despesas	0,00
Orçamentárias	39.372,79	Orçamentárias pagas	0,00
Extra-orçamentárias	0,00	Extra-orçamentárias	0,00
		Inscrição Restos a pagar*	0,00
Saldo do exercício anterior	225.737,19	Saldo Atual	265.109,98
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	225.737,19	Bancos Conta Movimento	265.109,98
Aplicações Financeiras	0,00	Aplicações Financeiras	0,00
Total Geral	265.109,98		265.109,98

* Relativo ao último bimestre

Descalvado, 31 de agosto de 2014.


 Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal


 Geraldo Aparecido de Campos
Secretário de Finanças


 Nilza de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO
(Art. 53, Inciso III da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

modelo 5

MUNICÍPIO DE DESCALVADO
4º BIMESTRE DE 2014

RESULTADO PRIMÁRIO

Valores expressos em R\$

RECEITAS FISCAIS	Previsão Atualizada			Realização		Período Exercício Anterior
	Anual	Do Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
Receitas Correntes	91.658.900,00	14.673.030,00	61.464.165,00	13.226.828,25	54.463.302,10	57.859.034,03
Receitas de Capital	4.591.000,00	765.166,00	3.060.668,00	730.824,58	1.272.548,72	3.093.282,26
Subtotal:	96.249.900,00	15.438.196,00	64.524.833,00	13.957.652,83	55.735.850,82	60.952.316,29
(-) Deduções						
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas de aplicações Financeiras	250.700,00	41.785,00	167.140,00	95.770,26	403.152,15	267.472,72
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de alienações de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	250.700,00	41.785,00	167.140,00	95.770,26	403.152,15	267.472,72
I - RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS	95.999.200,00	15.396.411,00	64.357.693,00	13.861.882,57	55.332.698,67	60.684.843,57

DESPESAS FISCAIS	Dotação Atualizada			Despesas Liquidadas		Período Exerc. Ant.
	Anual	Do Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Correntes	90.556.400,00	9.663.048,19	63.958.600,47	10.840.281,19	52.902.851,66	50.310.573,09
(-) Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	90.556.400,00	9.663.048,19	63.958.600,47	10.840.281,19	52.902.851,66	50.310.573,09
Despesas de Capital	5.691.298,00	302.301,11	2.625.277,85	505.375,45	1.108.597,10	2.042.316,46
(-) Deduções	210.000,00	0,00	180.000,00	31.180,19	122.840,58	97.854,13
Amortização de Dívida	210.000,00	0,00	180.000,00	31.180,19	122.840,58	97.854,13
Concessão de Empréstimos						
Aquisição de Título de Capital já Integralizado						
Subtotal	5.481.298,00	302.301,11	2.445.277,85	474.195,26	985.756,52	1.944.462,33
II - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.202,00					
III - DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS	96.037.698,00	9.965.349,30	66.403.878,32	11.314.476,45	53.888.608,18	52.255.035,42
IV - RESULTADO PRIMÁRIO (I - III+II)	-36.296,00	5.431.061,70	-2.046.185,32	2.547.406,12	1.444.090,49	8.429.808,15

RESULTADO NOMINAL	SALDO			RESULTADO NOMINAL	
	Em 31/12 Exerc. Anterior (A)	Bimestre Anterior (B)	Bimestre Atual (C)	No Bimestre (C-B)	Janeiro até o Bimestre (C-A)
I. Dívida Consolidada	0,00	0,00	0,00		
II. Deduções: (*)	2.145.489,51	9.966.233,82	10.776.357,25		
Ativo Disponível	7.402.792,59	10.084.357,21	10.846.842,64		
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00		
(-) Restos a Pagar Processados	5.257.303,08	118.123,39	70.485,39		
III. Dívida Consolidada Líquida (I-II)	0,00	0,00	0,00		
IV. Receita de Privatizações					
V. Passivos Reconhecidos					
Dívida Fiscal Líquida (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(*) Se o saldo for negativo (Restos a Pagar maior que Ativo Disponível + Haveres Financeiros) o sistema lançará o valor zero, pois não deve ser informado o valor negativo.

Justificativas (art. 9º, cc inciso I, §2º, art. 53 da LRF)

Descalvado, 31 de agosto de 2014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Genildo Aparecido de Campos
Secretário de Finanças

Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

modelo 6

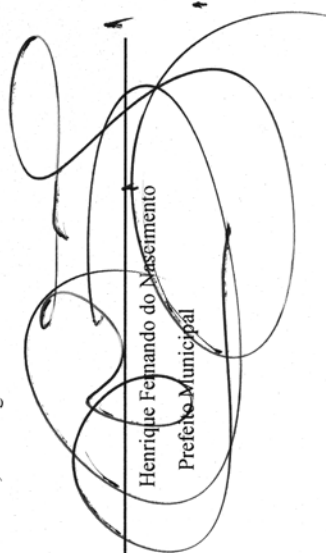
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
(Artigo 53, Inciso V, da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

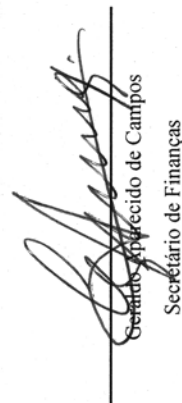
MUNICÍPIO DE DESCALVADO

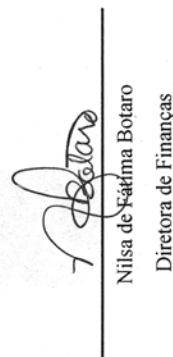
4º BIMESTRE DE 2014

PODER / ÓRGÃO / ENTIDADES	Saldo de Exercícios Anteriores	Inscrições		Baixas			Montante a Pagar	Disponibilidade Financeira
		Processados	Não Processados	Cancelamentos		Pagamentos		
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
PODER LEGISLATIVO								
Câmara Municipal	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	49.731,69
PODER EXECUTIVO	7.275.425,28	0,00	0,00	54.600,00	304.553,55	240.150,29	5.279.887,65	10.797.110,95
Prefeitura Municipal	7.275.425,28	0,00	0,00	54.600,00	304.553,55	240.150,29	5.279.887,65	10.797.110,95
Órgãos/Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Autarquia "X"								
Fundação Pública "Y"								
Empresa Púb. Dependente "Z"								
TOTAL:	7.281.925,28	0,00	0,00	54.600,00	304.553,55	243.150,29	5.282.887,65	10.846.842,64

Descalvado, 31 de agosto de 2014.


Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal


Gerardo Aparecido de Campos
Secretário de Finanças


Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

Modelo 10

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

(Artigos 54 e 55 da LC 101/00)

MUNICÍPIO DE DESCALVADO
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
1º QUADRIMESTRE DE 2014

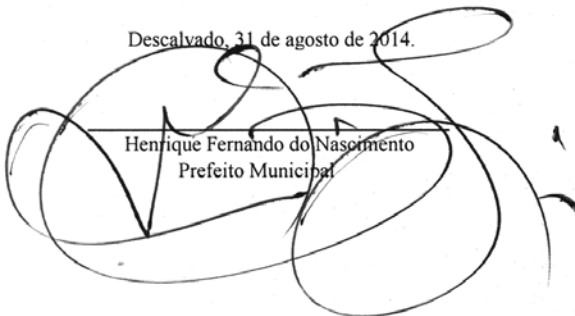
I – COMPARATIVOS:

Valores expressos em R\$

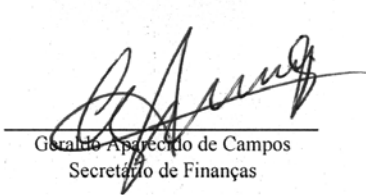
	Exercício Anterior		1º Quadrimestre		2º Quadrimestre		3º Quadrimestre	
Receita Corrente Líquida	90.516.168,04		89.486.153,99		87.117.131,88			
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Despesas Totais com Pessoal	43.812.395,57	48,40	45.229.521,63	50,54	45.539.125,66	52,27		
Limite Prudencial 95% (par.ún.art.22 LRF)	46.434.794,20		45.906.396,99	51,30	44.691.088,65	51,30		
Limite Legal (art. 20 LRF)	48.878.730,74	54,00	48.322.523,15	54,00	47.043.251,22	54,00		
Excesso a Regularizar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesa Líq. Inativos e Pensionistas								
Total da Despesa Líquida	0,00		0,00		0,00		0,00	
Limite Legal (§1º,art.2ºLei Federal 9.717/9)	10.861.940,16	12,00	10.738.338,48	12,00	10.454.055,83	12,00		
Excesso a Regularizar								
Dívida Consolidada Líquida								
Saldo devedor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Limite Legal (arts.3º e 4º Res.nº 40 Senado)	108.619.401,65	120,00	107.383.384,79	120,00	104.540.558,26	120,00	0,00	120,00
Excesso a Regularizar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Concessões de Garantias								
Montante	0,00		0,00		0,00		0,00	
Limite Legal (art. 9º Res.nº 43 Senado)	19.913.556,97	22,00	19.686.953,88	22,00	19.165.769,01	22,00		
Excesso a Regularizar								
Operações de Crédito (exceto ARO)								
Realizadas no período	0,00		0,00		0,00		0,00	
Limite legal (inc. I, art. 7º Res.nº 43 Senad)	14.482.586,89	16,00	14.317.784,64	16,00	13.938.741,10	16,00		
Excesso a regularizar								
Antecipação de Rec. Orçamentárias								
Saldo devedor	0,00		0,00		0,00		0,00	
Limite legal (art. 10 Res.nº 43 Senado)	6.336.131,76	7,00	6.264.030,78	7,00	6.098.199,23	7,00		
Excesso a regularizar								

II – INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS OU A ADOTAR (caso ultrapasse os limites acima):

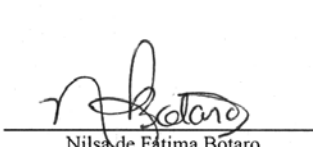
Descalvado, 31 de agosto de 2014.



Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal



Geraldo Aparecido de Campos
Secretário de Finanças



Nilsa de Fatima Bótar
Diretora de Finanças

anexo - modelo 10

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL E PREVIDENCIÁRIAS
(Artigo 22; Artigo 59, § 1º, incisos II e IV e § 2º da Lei Complementar 101/00; §§ 1º e 2º do Artigo 2º da Lei Federal nº 9717/98)

MUNICÍPIO DE DESCALVADO
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
2º QUADRIMESTRE DE 2014

Valores expressos em R\$

DESPESAS COM PESSOAL	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	MÊS DE REF.: AGOSTO	Totais:
Despesas com Pessoal Ativo	2.367.016,79	2.464.633,54	2.502.241,52	6.345.394,99	1.957.704,77	2.347.954,09	2.754.960,57	3.100.180,08	2.856.020,43	2.659.340,97	2.896.579,94	2.593.565,46	34.845.593,15
Mão-de-Obra terceirizada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	699.538,26	683.531,68	695.786,16	1.234.622,30	735.795,07	701.948,24	702.494,76	830.985,85	780.962,05	773.293,01	989.625,77	515.173,46	9.343.756,61
Inativos	27.427,97	27.427,97	27.427,97	41.141,93	31.032,07	30.891,53	28.873,26	33.204,23	29.744,84	32.037,57	29.485,07	29.485,07	368.179,48
Pensionistas	5.953,47	5.953,47	7.398,76	8.930,19	5.953,47	5.953,47	6.842,17	6.913,16	6.399,99	6.399,99	8.218,26	6.399,99	81.315,49
Salário Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras desp. com pessoal (PASEP etc)	25.381,72	134.276,47	18.726,93	222.212,08	84.261,43	72.386,52	82.076,97	71.202,82	67.388,88	58.792,41	79.328,26	13.471,13	929.505,62
Subtotal	3.125.318,21	3.315.823,13	3.251.581,34	7.852.301,49	2.814.746,81	3.159.133,85	3.575.247,73	4.042.486,14	3.740.516,19	3.529.863,95	4.003.237,30	3.158.094,21	45.568.350,35

(-) DEDUÇÕES (§1º do art. 19)

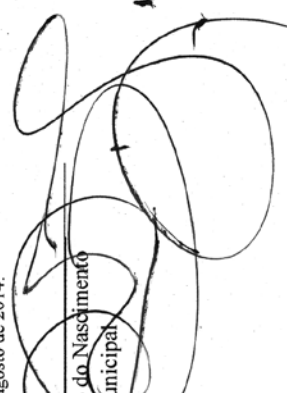
Indenização por demissão (inc. I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos à demissão voluntária (inc. II)	8.725,40	3.118,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.393,68	6.336,79	3.650,63	29.224,69
Decisão Judicial de compet. anterior (inc. IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas (inc. VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	8.725,40	3.118,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.393,68	6.336,79	3.650,63	29.224,69
TOTAL	3.116.592,81	3.312.704,94	3.251.581,34	7.852.301,49	2.814.746,81	3.159.133,85	3.575.247,73	4.042.486,14	3.740.516,19	3.522.470,27	3.996.900,51	3.154.443,58	45.539.125,66

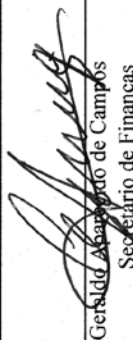
DESPESAS COM PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	MÊS DE REF.: AGOSTO	Totais:
Despesas com Pessoal Inativo													0,00
Despesas com Pensionistas													0,00
Outros benefícios e desp. com Inativos													0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

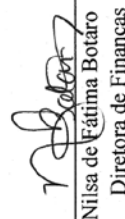
(-) DEDUÇÕES

Contribuições dos Segurados													0,00
TOTAL DESPESAS LÍQUIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descalvado, 31 de agosto de 2014.


Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal


Geraldo Albuquerque de Campos
Secretário de Finanças


Nilisa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo,
dando cumprimento do disposto no artigo n.º 162 da Constituição Federal Brasileira, divulga as Receitas
Arrecadadas e os Recursos Recebidos por esta Prefeitura durante o mês de AGOSTO de 2014.

Código	Especificação da Receita (Fonte Recurso)	Mês	Acumulado
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	6.872.204,02	61.185.169,35
1.1.1.2.02.00.00	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (01 - Tesouro)	194.524,73	2.579.002,61
1.1.1.2.04.31.00	Retido nas fontes - trabalho (01 - Tesouro)	109.850,65	751.474,60
1.1.1.2.08.00.00	Imposto sobre a transmissão inter vivos - bens imóveis e direitos reais sobre imóveis (01 - Tesouro)	46.106,29	549.541,80
1.1.1.3.05.00.00	Imposto sobre serviços de qualquer natureza (01 - Tesouro)	308.138,87	2.654.442,01
1.1.2.1.17.00.00	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária (01 - Tesouro)	4.486,58	44.545,87
1.1.2.1.25.00.00	Taxa de licença p/ funcionam. de estabelec. comerciais, indústrias e prestadoras de servi (01 - Tesouro)	15.636,32	195.079,52
1.1.2.1.26.00.00	Taxa de publicidade comercial (01 - Tesouro)	1.162,18	19.032,57
1.1.2.1.29.00.00	Taxa de licença para execução de obras (01 - Tesouro)	3.053,60	23.890,88
1.1.2.1.31.00.00	Taxa de utilização de área de domínio público (01 - Tesouro)	2.926,53	27.881,99
1.1.2.2.12.00.01	Taxa de Expediente (01 - Tesouro)	5.757,78	53.167,70
1.1.2.2.90.00.00	Taxa de limpeza pública (01 - Tesouro)	135,17	1.177,85
1.1.2.2.99.00.01	Taxa de Conservação e Calçamento (01 - Tesouro)	0,58	14,94
1.1.2.2.99.00.02	Taxa de Coleta de Lixo (01 - Tesouro)	29.590,76	380.713,35
1.2.1.0.29.01.00	Contribuição patronal para o regime próprio de previdência Vinculados)	0,00	3.952,24
1.2.1.0.29.03.00	Contribuição patronal e inativo civil (03 - Vinculados)	743,81	11.866,25
1.2.1.0.29.07.00	Contribuição do servidor ativo para o regime próprio de previdência	0,00	3.837,93
1.2.1.0.29.09.00	Contribuições do servidor inativo para o regime próprio de previdência (03 - Vinculados)	231,52	11.599,37
1.3.1.1.01.00.00	Aluguéis de imóveis urbanos (01 - Tesouro)	1.584,35	12.992,36
1.3.2.5.01.01.00	Receita de remuneração de depósitos bancários de recursos vinculados e royalties (01 - Tesouro)	686,01	3.891,87
1.3.2.5.01.02.00	Receita de remun. de depósitos banc. de recursos vinculados e fundeb (02)	17.075,59	87.863,90
1.3.2.5.01.03.01	Remun. Depósitos Vinculados Fundo da Saúde - Rec.do Tesouro (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	7.837,16	50.281,65
1.3.2.5.01.05.00	Receita de remun. de depósitos bancários de recursos vinculados e manutenção e desenvolvimento (01 - Tesouro)	166,64	3.706,42
1.3.2.5.01.09.00	Receita de remun. de depósitos bancários de recursos vinculados e contribuição de intervenção n (01 - Tesouro)	215,49	1.447,47
1.3.2.5.01.10.01	Remuneração de Depósitos Vinculados - FNAS (Fonte 01 Proprios) (01 - Tesouro)	1.753,94	10.607,72
1.3.2.5.01.99.01	Remuneração de Outros Depósitos Bancários Vinc. COMUCRA (Fonte 06)	905,88	6.396,94
1.3.2.5.01.99.02	Remuneração de Outros Depósitos Bancários Vinculados - (Fonte 01 Tesouro) (01 - Tesouro)	13.752,13	144.431,14
1.3.2.5.02.99.00	Remuneração de outros depósitos de recursos não vinculados (01 - Tesouro)	3.658,42	86.408,04
1.3.2.8.20.00.00	Remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência do servidor em renda variável (01 - Tesouro)	1.267,79	8.117,00
1.3.9.0.00.00.01	Aluguéis de Máquinas e Veículos (01 - Tesouro)	763,55	5.239,95
1.6.0.0.03.01.00	Serviços de transporte rodoviário (01 - Tesouro)	3.018,84	28.305,70
1.6.0.0.13.02.00	Serviços de venda de editais (01 - Tesouro)	720,00	1.770,00
1.6.0.0.17.00.01	Patrulha Agrícola (01 - Tesouro)	5.946,83	51.471,23
1.6.0.0.41.00.01	Serviços e Consumo de Água (01 - Tesouro)	163.977,97	1.029.835,60
1.6.0.0.42.00.01	Serviços de Utilização de Esgotos (01 - Tesouro)	80.090,10	501.217,72
1.6.0.0.46.00.00	Serviços de cemitério (01 - Tesouro)	2.064,06	22.368,38
1.6.0.0.99.00.01	Serviços de Ligação de Água (01 - Tesouro)	2.845,90	22.179,14
1.6.0.0.99.00.02	Serviços de Ligação de Esgoto (01 - Tesouro)	1.788,80	13.496,55
1.6.0.0.99.00.03	Serviços de Análise e Emissão de Licenças Ambientais (01 - Tesouro)	296,35	1.495,05
1.6.0.0.99.00.03	Serviços de Análise e Emissão de Licenças Ambientais (06 - Outras Fontes de Recursos)	606,00	2.976,80
1.7.2.1.01.02.00	Cota-parte fundo de participação dos municípios (01 - Tesouro)	1.337.480,65	11.506.199,81
1.7.2.1.01.05.00	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural (01 - Tesouro)	160,18	30.648,16
1.7.2.1.22.20.00	Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais - cfem (01 - Tesouro)	60.671,81	563.517,51
1.7.2.1.22.30.00	Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção de petróleo - lei nº 7.990/89 (01 - Tesouro)	9.346,68	47.417,61
1.7.2.1.22.70.00	Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep (01 - Tesouro)	22.177,39	151.351,88
1.7.2.1.33.00.01	Pab (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	62.758,00	502.064,00
1.7.2.1.33.00.02	Pacs (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	53.742,00	372.802,00
1.7.2.1.33.00.03	Psf (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	67.735,00	467.015,00
1.7.2.1.33.00.04	Incentivo Bucal (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	16.725,00	111.500,00
1.7.2.1.33.00.05	Vigilância em Saúde (Fonte 05 - Transferências e Convênios Federais Vinculados)	17.454,04	97.835,21
1.7.2.1.33.00.06	Assistência Farmacêutica Básica (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	15.870,16	71.415,72
1.7.2.1.33.00.07	Pacto pela Saúde (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	118.353,77	885.160,84
1.7.2.1.33.00.08	Qualisus (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	3.495,47
1.7.2.1.34.00.02	Piso Básico Transição - Creche e Assef/Idoso (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	8.400,00	58.800,00
1.7.2.1.34.00.03	Piso de Transição Média Complexidade (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	2.250,00	13.500,00
1.7.2.1.34.00.04	Piso de Alta Complexidade (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	17.920,00	25.220,00
1.7.2.1.34.00.05	Piso Variável de Média Complexidade (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	2.250,00
1.7.2.1.34.00.06	Bolsa Família (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	1.973,34	18.266,11
1.7.2.1.34.00.09	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	69.450,00
1.7.2.1.35.01.00	Transferências do salário-educação (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	1.278.201,65
1.7.2.1.35.04.00	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar e p (05 - Transferências e Convênios)	2.044,67	10.223,35
1.7.2.1.35.99.01	Merenda PNAEM - Médio (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	5.760,00	40.200,00
1.7.2.1.35.99.02	Merenda PNAE - Eja (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	4.314,00
1.7.2.1.35.99.03	Merenda PNAEC - Creche (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	11.820,00	81.880,00
1.7.2.1.35.99.04	Merenda PNAEP - Pré Escola (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	8.180,00	68.730,00

1.7.2.1.35.99.05	Merenda PNAEF-Fundamental (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	19.146,00	121.276,00
1.7.2.1.35.99.06	Manutenção da Educação - Creche (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	107.137,06
1.7.2.1.36.00.00	Transferência financeira do ICMS e desoneração L.C. nº 87/96 (01 - Tesouro)	11.921,17	83.448,19
1.7.2.1.99.00.03	FEX Auxílio Financeiro para Fomento Exportações (01 - Tesouro)	0,00	20.985,62
1.7.2.2.01.01.00	Cota-parte do ICMS (01 - Tesouro)	2.229.857,78	18.314.627,31
1.7.2.2.01.02.00	Cota-parte do IPVA (01 - Tesouro)	103.934,13	3.526.845,93
1.7.2.2.01.04.00	Cota-parte do IPI sobre exportação (01 - Tesouro)	18.384,80	148.983,19
1.7.2.2.01.13.00	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico (01 - Tesouro)	0,00	6.042,66
1.7.2.2.01.99.01	Multas de Trânsito (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	3.751,73	38.651,87
1.7.2.2.33.00.01	Qualisus - Estado (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	209.246,25	393.690,13
1.7.2.4.01.00.00	Transferência de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valoriza (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	1.090.678,97	9.957.090,60
1.7.3.0.00.00.01	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente COMUCRA (06 - Outras Fontes de Recursos)	0,00	36.633,60
1.7.6.2.02.00.01	Merenda Escolar - Estado (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	27.975,00	83.925,00
1.7.6.2.02.00.02	Transporte de Alunos - Educação Básica (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	62.388,30	311.941,70
1.7.6.2.99.00.01	Proteção Social Básica (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	7.678,45	60.024,00
1.7.6.2.99.00.02	Proteção Social Especial (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	5.735,75	45.886,00
1.7.6.2.99.00.03	Municipalização da Agricultura - SEIAA (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	0,00	20.000,00
1.7.6.2.99.00.08	Fehidro Avaliação Antigo Lixão (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	0,00	49.137,52
1.9.1.1.38.00.00	Multas e juros de mora do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU (01 - Tesouro)	5.042,22	20.624,49
1.9.1.1.40.00.00	Multas e juros de mora do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS (01 - Tesouro)	1.137,74	14.162,24
1.9.1.1.99.01.01	Multas e Juros de Mora das Taxas (01 - Tesouro)	5.778,23	55.723,88
1.9.1.3.11.00.00	Multas e juros de mora da dívida ativa do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (01 - Tesouro)	19.244,58	175.032,41
1.9.1.3.13.00.00	Multas e juros de mora da dívida ativa do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS (01 - Tesouro)	4.259,43	36.793,49
1.9.1.3.98.00.03	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa-Contr.Melhoria Rec.Ipês (01 - Tesouro)	511,24	2.810,94
1.9.1.3.98.00.04	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa não Tributária (01 - Tesouro)	3.922,29	20.825,64
1.9.1.3.99.00.01	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Taxas (01 - Tesouro)	59.956,66	353.079,18
1.9.1.9.10.00.00	Multas previstas na legislação sanitária (01 - Tesouro)	0,00	551,53
1.9.1.9.50.00.00	Multas por auto de infração (01 - Tesouro)	751,70	5.544,00
1.9.2.2.99.00.00	Outras restituições (01 - Tesouro)	626,71	12.236,18
1.9.3.1.11.00.00	Receita da dívida ativa do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU (01 - Tesouro)	28.467,71	310.348,61
1.9.3.1.13.00.00	Receita da dívida ativa do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS (01 - Tesouro)	2.037,47	22.734,29
1.9.3.1.35.00.00	Receita da dívida ativa da taxa de fiscalização e vigilância sanitária (01 - Tesouro)	68,04	4.827,37
1.9.3.1.98.00.01	Receita da Dívida Ativa da Contribuição de Melhoria (01 - Tesouro)	60,39	722,28
1.9.3.1.98.00.03	Receita da Dívida Ativa - PCM Recanto dos Ipês (01 - Tesouro)	920,36	5.489,23
1.9.3.1.99.01.01	Receita da Dívida Ativa das Taxas (01 - Tesouro)	7.815,71	68.790,33
1.9.3.2.99.01.00	Receita da dívida ativa não-tributária de outras receitas e principal (01 - Tesouro)	66.545,27	494.875,11
1.9.9.0.99.00.01	Eventuais (01 - Tesouro)	170,08	364.491,34
2.4.7.1.99.00.00	Outras transferências de convênios da união (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	313.188,79	986.388,43
2.4.7.2.99.00.03	Outras Transferências de Convênios com o Estado (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	50.998,06	286.160,29
9.7.2.1.01.02.00	Dedução da Receita p/ Formação do Fundeb - FPM (01 - Tesouro)	-267.496,10	-2.300.956,59
9.7.2.1.01.05.00	Dedução da Receita p/ Formação do Fundeb - ITR (01 - Tesouro)	-32,03	-6.129,56
9.7.2.1.36.00.00	Dedução da Receita p/ Formação do Fundeb ICMS DES LC 87/96 (01 - Tesouro)	-2.384,23	-16.689,61
9.7.2.2.01.01.00	Dedução da Receita para Formação do Fundeb - ICMS (01 - Tesouro)	-445.971,54	-3.662.925,29
9.7.2.2.01.02.00	Dedução da Receita para Formação do Fundeb - IPVA (01 - Tesouro)	-20.786,83	-705.369,24
9.7.2.2.01.04.00	Dedução da Receita para Formação do Fundeb - IPI EXPORTAÇÃO (01 - Tesouro)	-3.677,06	-29.796,96
Total		6.496.043,08	55.735.850,82

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ministério da Previdência Social - MPS

Secretaria da Receita Previdenciária - SRP

SISTEMA DE ENVIO DE OBRA - SisobraNet (v1.1.0.1)

RECIBO DE ENTREGA E RELAÇÃO DE ALVARÁS E HABITE-SE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

46.732.442/0001-23

SECRETARIA PLAN. DESENV. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Cód.Município: 21138

Certificamos que, em cumprimento ao Artigo 50 da Lei 812/91 com redação dada pela Lei nº 9.476/97 regulamentada pelo Decreto 3.048/99 em seu art 226, §§ 1º e 2º, o órgão descrito acima enviou através do Sistema Sisobra a relação de obras cadastradas, discriminadas abaixo:

Endereço da Obra / Nome do Responsável	CNPJ/CPF	ALVARÁ		HABITE-SE	
		Número	Área	Número	Área
RUA JOSE DO NASCIMENTO N. 301 SEBASTIAO DE ANDRADE DA SILVA	704.053.286-72	008/2007	66,69		
RUA ANTONIO CIRELLI, L. 04, N. 330 ALBERTO D. VICTORELLO E ANA MARIA A. VICTORELLO	123.304.058-80	177/2010	268,25	162/2014	268,25

**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Ministério da Previdência Social - MPS

Secretaria da Receita Previdenciária - SRP

SISTEMA DE ENVIO DE OBRA - SisobraNet (v1.1.0.1)

RECIBO DE ENTREGA E RELAÇÃO DE ALVARÁS E HABITE-SE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

46.732.442/0001-23

SECRETARIA PLAN. DESENV. OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Cód.Município: 21138

Certificamos que, em cumprimento ao Artigo 50 da Lei 8212/91 com redação dada pela Lei nº 9.476/97 regulamentada pelo Decreto 3.048/99 em seu art 226, §§ 1º e 2º, o órgão descrito acima enviou através do Sistema Sisobra a relação de obras cadastradas, discriminadas abaixo:

Endereço da Obra / Nome do Responsável	CNPJ/CPF	ALVARÁ		HABITE-SE	
		Número	Área	Número	Área
RUA EUCLIDES R. DE SOUZA Q. A L. 26 SN MAURILIO DOS SANTOS PEREIRA	115.225.518-59	502/2010	56,79		
RUA INDALECIO CALZA N.. 705 EUGENIO MENEZES DOS REIS	139.381.168-03	308/2012	82,15		
RUA ANTONIO SEGATTO, QUADRA D2, LOTE 01, N.. 331 FERNANDA MARIA BATISTA DOMINGUES	172.808.678-71	040/2013	137,75		
RUA ANTONIO COSTA, QUADRA C, LOTE 22 N.. 35 ANDREA SIMONE DANIEL	311.911.328-03	215/2013	65,09	155/2014	65,09
RUA ANTONIO RICCI, LOTE 06, QUADRA D, N.. 182 ANA CAROLINA SIMOES CORSATO	369.170.148-50	339/2013	41,86		
RUA ANTONIO CIRELLI, LOTE 07, N.. 400 CAROLINA PADOVANI PIRES	317.583.018-80	408/2013	65,95	161/2014	65,95
RUA PYLADES E.FACHIN, QUADRA I, LOTE 08, N. 556 LUIZ GUILHERME MONZANI	363.174.318-17	412/2013	40,79		
RUA APOSTOLO CHIARETTO, QUADRA M, LOTE 08, N.. 255 RODRIGO MACHADO DE FARIA	382.861.518-01	430/2013	46,79	160/2014	46,79
RUA JULIO BRAGUIM, QUADRA G, LOTE 06D2, N.. 20 MARESSA COUTO DOS SANTOS	351.219.908-98	463/2013	52,09	154/2014	52,09
RUA ANGELO CERANTOLA, LOTE 8 A, QUADRA B, N.. 322 SIDMAR CURSIOL E PALOMA TRINDADE LOURENCO	390.251.168-09	001/2014	38,20	156/2014	38,20
EST.MUNIC.DESC.-P.FERREIRA, GL B, QUINHÃO 5,ST.LARA S/N VIVER CLINICA TERAPEUTICA	19.644.815/0001-31	098/2014	254,61	158/2014	254,61
RUA PEDRO GASPAR, QUADRA H, LOTE 13, N° 271 ALAN RAFAEL IGNACIO E NATALIA CRISTINA RICCI	390.384.558-28	177/2014	125,77		
RUA BARAO DO DESCALVADO, N.. 174 MARIA APARECIDA PIZELLI BIAZOLI E OUTROS	095.928.098-79	220/2014	96,81	151/2014	96,81
RUA CEL MANOEL LEME, LOTE 12, QUADRA L, N.. 2.380 JOAQUIM F. DA SILVA MOREIRA E ESPOSA	768.283.108-10	240/2014	275,00		
RUA ABILIO FRANCO DE LIMA, PORCAO 18, N° 221 RAFAEL EDUARDO FRANZIN	318.376.108-43	256/2014	80,00		
RUA JOAO B. BRAMBILLA N.. 199 JOSE LUIS PUCCI	035.767.558-45	274/2014	151,08	153/2014	151,08
RUA LUIZ TERCI, QUADRA E, LOTE 35, N.. 60 MARIA CRISTINA MONTEIRO NUNES	027.762.878-44	283/2014	65,09	152/2014	65,09
RUA GUERINO RAVAZI, QUADRA D, LOTE 11-B, N.. 41 EDVALDO TESSARIM	297.518.628-25	282/2014	60,70	157/2014	60,70
RUA ANTONIO SEGATO, LOTE 17, QUADRA B, N.. 70 VINICIUS RAFAEL DE ALMEIDA	369.551.148-67	286/2014	54,18		
RUA RIVADAVIA L. BRAMBILLA, L. 22, Q. 09 N.. 156 LEONARDO SOARES ZAFFALON	380.899.028-71	304/2014	199,63		
RUA PEDRO FRANZIN, N° 30 ARIANE MUNIZ GUANDALINI	361.859.668-59	306/2014	55,45	159/2014	55,45
RUA GERALDO TRABASSO, QUADRA D, LOTE 10, N° 120 CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA	343.473.758-83	305/2014	57,88		
RUA PROF. OLIMPIO CATAO, LOTE 08, AREA E, N° 150 BRUNA PIZELLI	436.370.588-47	309/2014	44,00		
PROL. DA RUA FERNANDO ZAFFALON, QUADRA G, LOTE 24, 415 ANDRESA FERREIRA ESTEVES	315.892.178-29	307/2014	127,26		
RUA JOSE ZANATTA, QUADRA H, LOTE 10, N° 303 ADALBERTO DA COSTA JESUINO	295.289.588-00	308/2014	38,13		
RUA PEDRO GASPAR, QUADRA H, LOTE 13, N° 271 ALAN RAFAEL IGNACIO E NATALIA CRISTINA RICCI	390.384.558-28	311/2014	125,77		
RUA ABILIO FRANCO DE LIMA, LOTE 18, N° 221 RAFAEL EDUARDO FRANZIN	318.376.108-43	312/2014	84,12	163/2014	84,12
RUA AMERICO CRIPPA, QUADRA L1, LOTE 37, N° 110 EDINALDO DE JESUS LINS E BENEDITA RAMOS	053.771.054-00	310/2014	65,58		
RUA PADRE JOSE GASPAR N.. 12 RICARDO DONIZETI LOPES	304.833.578-12	313/2014	66,74		
RUA NICOLAU ANTONIO LOBO N.. 567 VANIA ELIZA JUDICA LOPES	861.928.418-53	314/2014	196,42		
RUA EUCLIDES R. DE SOUZA, Q C, L 00-1 N.. 132 FABIO B. GUERRA ZELIOLI E MARIA CRISTINA C. ZELIOLI	277.791.928-30	315/2014	39,72		
RUA SEBASTIAO ROBERTO TRALDI N.. 201 CRISTIANE ADAO	286.087.528-08	319/2014	117,14		
RUA DR.ALVARO P. DE SOUZA CASATI N.. 145 EDUARDO OTAVIO CUEL	281.815.198-84	318/2014	93,44		

**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Ministério da Previdência Social - MPS

Secretaria da Receita Previdenciária - SRP

SISTEMA DE ENVIO DE OBRA - SisobraNet (v1.1.0.1)

RECIBO DE ENTREGA E RELAÇÃO DE ALVARÁS E HABITE-SE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

46.732.442/0001-23

SECRETARIA PLAN. DESENV. OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Cód.Município: 21138

Certificamos que, em cumprimento ao Artigo 50 da Lei 8212/91 com redação dada pela Lei nº 9.476/97 regulamentada pelo Decreto 3.048/99 em seu art 226, §§ 1º e 2º, o órgão descrito acima enviou através do Sistema Sisobra a relação de obras cadastradas, discriminadas abaixo:

Endereço da Obra / Nome do Responsável	CNPJ/CPF	ALVARÁ		HABITE-SE	
		Número	Área	Número	Área
RUA APARECIDO HENCKLEIN, Q. G2, L. 09 N.. 160 ERICA REGINA ARBIERI	334.663.898-79	316/2014	40,88		
RUA JOSE DO NASCIMENTO N.. 340 OSMARINA MONTEIRO IGNACIO	027.755.558-29	317/2014	170,89		
RUA ANTONIO CIRELLI, TERRENO 10 N.. 430 CELIO EDVALDO BERTOLUCCI	256.538.718-00	320/2014	187,58		
RUA JOAO LASTORIA, QUADRA U, LOTE 21 N.. 360 NADJA RODRIGUES DE LIMA	400.592.128-02	321/2014	35,86		
RUA FERNANDO ZAFFALON, Q. G, L. 21, N.. 445 ANTONIO MARCOS DE PAULA	274.959.468-57	322/2014	116,52		
RUA EUCLIDES R. DE SOUZA, Q. A, L. 26, N.. 241 MAURILIO DOS SANTOS PEREIRA	115.225.518-59	323/2014	78,80		
RUA 01, LOTE 01C, QUADRA A, N.. 81 PAULO CESAR PERIPATO GUERRA	319.141.998-55	325/2014	146,72		
RUA CEL. ARTHUR WHITACKER N.. 1.111 SCHALCH E PRATTA LTDA.	04.836.411/0001-72	326/2014	734,44		
AV ANTONIO GARBUIO, QUADRA O, LOTE 20, N.. 237 SEBASTIAO DONIZETTI MORENO	027.856.628-65	327/2014	68,95		
RUA MARIO J. FILLA, LOTE 09, QUADRA A, N.. 860 NATALIA CRISTINA MAGNO	168.044.208-29	329/2014	111,23		
RUA DR. ANTONIO LUIZ FABIANO N.. 448 CARLOS ALBERTO PRATTA E ESPOSA	027.757.288-63	330/2014	140,36		
RUA IZOLDINO L.MONZANI, Q N, L 16, N.. 241 RAFAEL RICCI	222.990.918-58	328/2014	39,77		
RUA MARIO PINESE N. 632 GLAUCE MIRIAN BIAGIO	294.046.838-92	331/2014	147,33		
RUA JOSE DO NASCIMENTO, LOTE 06, QUADRA 05, N.. 291 SEBASTIAO DE ANDRADE DA SILVA	704.053.286-72	332/2014	146,19		
RUA LUIZ BARBALHO N.. 1.261 EVERTON ROGER CONEJO	247.898.618-30	334/2014	169,82		
RUA DR HUGO PEREIRA DE ABREU N.. 1.300 ALEXANDRE COLOGNESI	861.933.848-04	333/2014	120,36		
RUA ANTONIO RICCI, LOTE 21, QUADRA Q, N.. 510 HIDEO HELIO MITSUGI	082.082.228-01	339/2014	44,06		
AV. OVIDIO R. CAVALHEIRO, L. 21, Q. T, N.. 06 LUCIO PEREIRA DOS SANTOS E ESPOSA	109.907.018-08	338/2014	168,75		
AVENIDA INDEPENDENCIA N.. 1.611 PAULO CESAR DIAS	222.585.638-95	337/2014	212,28		
RUA JOAO LASTORIA, L 18, Q N, N.. 166 JOAO BATISTA ALVES JUNIOR E ESPOSA	001.207.486-14	336/2014	291,47		
RUA INDALECIO CALZA N.. 705 EUGENIO MENEZES DOS REIS	139.381.168-03	341/2014	116,38		
RUA PRESIDENTE KENNEDY, Q. B, L. 09, N.. 1.818 CECILIO ROBERTO FABRICIO	861.950.428-20	340/2014	180,16		
RUA ANTONIO L. MARCOS N.. 229 APARECIDO DONIZETE CICONE	624.429.108-53	344/2014	258,18		
RUA EMILIO BORTOLETTO, Q. U, L. 03, N.. 131 ADILSON MAZARO	047.161.048-85	343/2014	113,15		
RUA ALBINO VICENTE SICCHIROLI N.. 240 WALTER GERALDO PASCHOAL JUNIOR	171.636.328-43	345/2014	57,96		
AV. UNIVERSITARIA, QUADRA I, LOTE 02, N.. 216 SUELI MARIA MACIEL TANDELO	016.201.878-92	347/2014	101,68		
RUA GERALDO TRABASSO L 05, Q F, N.. 341 CLAUDINEI PONCIANO	297.288.718-21	346/2014	64,73		

DESCALVADO, 1 de setembro de 2014

A Relação de Alvarás e Habite-se foi recebida pela SRP, conforme abaixo:

Nome do arquivo:	46732442000123.20140901104540
Origem dos Dados:	SisobraPref v1.0.1.5
Data e Hora da Criação:	01/09/2014 10:45:40
Data e Hora da Transmissão:	01/09/2014 10:47:02
Competência dos Registros:	08/2014
Total de Registros de Obra:	62
Total de Registros no Arquivo:	77

Nº do Recibo: **2784410603**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO
PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – I.P.T.U., CONCE-
DIDAS A APOSENTADOS E PENSIONISTAS RESIDENTES
NO MUNICÍPIO DE DESCALVADO – SÃO PAULO, PARA O
EXERCÍCIO DE 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito
do Município de Descalvado, neste Estado de São Paulo, no uso de
suas atribuições legais,

DEFERE E HOMOLOGA as isenções de pagamento do
Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, incidente sobre os imó-
veis residenciais de propriedade dos contribuintes adiante arrolados,
lançados para pagamento no exercício de 2.014, em conformidade
com o inciso II do artigo 120 da Lei nº 3.390, de 15 de Dezembro de
2.010, que instituiu o Código Tributário do Município, alterada pela
Lei nº 3.402, de 15 de Fevereiro de 2.011; considerando finalmente
que referida homologação se faz com base na prévia análise e parecer
favorável de Assistente Social e do Diretor da Divisão de Arreca-
dação, atendidas as demais disposições legais, passando a incidir o
benefício tributário aos seguintes contribuintes:

I – DOS DEFERIMENTOS

NOME	ENDEREÇO
ACHILES FERNANDO MARQUESINI	RUA DAS MALVAS N.º 50 – PARQUE MORADA DO SOL
ADÃO GOMES	RUA ROQUE FRANCISCO N.º 25 – JARDIM BELA VISTA
ALBERTINA DOS SANTOS	RUA JAYME WHITAKER PENTEADO N.º 140 – SÃO SEBASTIÃO
ALBERTO TRALDI	RUA SIQUEIRA CAMPOS N.º 129 - CENTRO
ALBINO ALCANTARA DOS SANTOS	RUA RIO DE JANEIRO N.º 308 - JARDIM ALBERTINA
ALVIMAR IVO MEDEIROS	AV. DESCALVADO N.º 525 - JD. COLONIAL
ALZIRA REDONDO SCABIO	RUA 28 DE FEVEREIRO N.º 11 – VILA FREITAS
ALZIRA THEODORO GRIPA	RUA SANTA CATARINA N.º 238 - JD. ALBERTINA
ANA LUIZA MARCIAL FERRASSINI	RUA RAFAEL SABONGI N.º 39 - VILA MELKI
ANA TOFOLO DA MATTA	RUA JAYME WHITAKER PENTEADO N.º 189 – SÃO SEBASTIÃO
ANGELO GHIDINI	RUA BEZERRA PAES N.º 1.403
ANGELO MARINELI NETO	RUA RICIERI LANDI N.º 243 – JARDIM BELA VISTA
ANGELO MONTIN	RUA JOSÉ PASCHOAL N.º 04 - SÃO SEBASTIÃO
ANGELO RUY	RUA DR. CANDIDO RODRIGUES N.º 454 – CENTRO
ANNA SCABIO SCHIAVO	RUA TALÉ FABRÍCIO N.º 307 - SANTA CRUZ
ANTONIA CARMOSA WU	RUA DAS HORTÊNSIAS N.º 411 - PQ. MORADA DO SOL
ANTONIA APARECIDA DA SILVA NEVES	RUA SÃO PAULO N.º 456 - JD. ALBERTINA
ANTONIA BELARMINO CRUZ	RUA PAULA CARVALHO N.º 945 - CENTRO
ANTONIO ALAOR BERTOLUCHI	RUA SEBASTIÃO LACERDA N.º 78 - SANTA CRUZ
ANTONIO APARECIDO SILVESTRE	RUA DAS PALMAS N.º 321 – PQ. MORADA DO SOL
ANTONIO BENTO PRATTA	RUA JOÃO XXIII N.º 295 - JARDIM BELÉM
ANTONIO BRINER	RUA GILBERTO LUIZ DE O. ZÓIA N.º 1130 - RECANTO DOS IPÊS
ANTONIO CARLOS QUATROCHI	RUA BRÁSÍLIA N.º 514 – JARDIM ALBERTINA
ANTONIO CARLOS BET	RUA RAFAEL DE MARCO N.º 09 – SANTA CRUZ
ANTONIO CARLOS CICONI	RUA DAS AZALEIAS N.º 875 - PQ. MORADA DO SOL
ANTONIO CARLOS IGNACIO	AV. PIO XII N.º 08 - SÃO SEBASTIÃO
ANTONIO CARLOS JOAQUIM	RUA WALDEMAR JORDÃO N.º 251 - JARDIM PAOLA
ANTONIO CARLOS LOURENÇO	RUA DR. ANTONIO LUIZA FABIANO N.º 453 - JD. COLONIAL
ANTONIO DA SILVA	RUA DAS PAPOULAS N.º 549 – PARQUE MORADA DO SOL
ANTONIO DAELCIO REDONDO	RUA BRÁSÍLIA N.º 569 - JARDIM ALBERTINA
ANTONIO DE SANTI	RUA PEDRO SALOMÃO N.º 07 – SÃO SEBASTIÃO
ANTONIO JOÃO PRATTA	AV. GUERINO OSVALDO N.º 801 – CENTRO
ANTONIO LUIZ GARBUIO	RUA DOS GIRASSÓIS N.º 215 – PQ. MORADA DO SOL
ANTONIO MANSANE	RUA RIO DE JANEIRO N.º 121 - JARDIM ALBERTINA
ANTONIO MARIANO TESSARIN	RUA CEL. MANOEL LEME N.º 1.780 - NOVO JD. BELÉM
ANTONIO PITANGUY	RUA EUCLIDES DA CUNHA N.º 466 - JARDIM BELÉM
ANTONIO ROSA	RUA RIO DE JANEIRO N.º 436 - JARDIM ALBERTINA
ANTONIO SEBASTIÃO FAGIAN	RUA BRÁSILIA N.º 229 – JD. ALBERTINA
ANTONIO SIMPLICIO DE OLIVEIRA	RUA RIVADAVIA LUIZ BRAMBILLA N.º 228 – RECANTO DOS IPÊS
APARECIDA JOANA TREVIZAN SANT'ANA	RUA CONSELHEIRO ANTONIO PRADO N.º 863 - CENTRO
APARECIDA MARIA DE JESUS MARCOS	AV. DAS QUARESMEIRAS N.º 525 – PARQUE MORADA DO SOL
ARLINDO CARLOS SOARES	RUA ANTONIO VILELA N.º 35 - SANTA CRUZ
ARLINDO MARINI	RUA SANTA CATARINA N.º 181 - JD. ALBERTINA
ARLINDO ROQUE	RUA DR. ANASTÁCIO VIANNA N.º 802 - CENTRO
ARMANDO CUENCA	RUA SERGIEU N.º 115 - PORTAL DOS COQUEIROS
ARMANDO TESSARIM	RUA NICOLAU ANTONIO LOBO N.º 54 - JARDIM BELÉM
ARTHUR BARIOTTI	RUA JOSÉ FELIPE ELIAS N.º 210 – JARDIM DO LAGO
ATILIO MORENO	RUA SANTA CATARINA N.º 298 – JARDIM ALBERTINA
AUXILIADORA DE SOUZA CASTILHO	RUA DAS ORQUÍDEAS N.º 320 - PQ. MORADA DO SOL
AUZILDO VITORINO DE SOUZA	AV. DAS QUARESMEIRAS N.º 796 – PARQUE MORADA DO SOL
BELMIRO REDUCINO FILHO	RUA BENVINDO GONÇALVES FRANCO N.º 171 - VILA BRASIL
BENEDICTA MERENCIANO	RUA SÃO PAULO N.º 218 - JD. ALBERTINA
BENEDITA MARIA DA CONCEIÇÃO	RUA WALDEMAR JORDÃO N.º 90 - JD. PAOLA
BENEDITO BENATI	RUA DAS ORQUÍDEAS N.º 461 - PRQ MORADA DO SOL
BENEDITO FRANCISCO DA SILVA	RUA DAS HORTÊNSIAS N.º 311 - PQ. MORADA DO SOL
BENEDITO MOTA	RUA SÃO PAULO N.º 140 - JD. ALBERTINA
BENEDITO PEDRO DA CRUZ FILHO	RUA WASHINGTON LUIZ N.º 117 - SÃO SEBASTIÃO
BENTO ARCARO	RUA OSCAR FERREIRA DE CARVALHO N.º 215
BRASILINA FRANCESCHINI MERENCIANO	RUA DAS PALMAS N.º 855 - PQ. MORADA DO SOL
CACILDA BRANDÃO	RUA PARANÁ N.º 130 – JARDIM ALBERTINA
CACILDA SOARES BRENECKE	RUA PADRE JOSÉ GASPAR N.º 04 - SÃO SEBASTIÃO
CARLOS ROBERTO FROES	RUA PARANÁ N.º 160 - JD. ALBERTINA
CARMELINDA DE FABIO BARBOSA	RUA DAS ORQUÍDEAS N.º 220 – PQ. MORADA DO SOL

CARMEM APARECIDA FELIPE RADAELLI	RUA DAS PETÚNIAS N.º 561 – PQ. MORADA DO SOL
CARMEM LÚCIA MONTEIRO NUNES	RUA ANTONIO LUIZ MARCOS N.º 182 – RECANTO DOS IPÊS
CATARINA JULIANA MACIEL	RUA PE. JEREMIAS JOSÉ NOGUEIRA N.º 356 – SÃO SEBASTIÃO
CÍCERA ALZEMIRA DA SILVA	RUA DAS ORQUÍDEAS N.º 609 – PQ. MORADA DO SOL
CLARICE EMERENCIANO DA SILVA	RUA DAS MALVAS N.º 96 – PARQUE MORADA DO SOL
CLARINDA DE LOURDES APARECIDA RADIONOFF	RUA FELIPE ELIAS N.º 71 – VILA NOSSA SENHORA APARECIDA
CLAUDETE ZAFFANI SANT'ANA	RUA DAS ROSAS N.º 210 - PQ. MORADA DO SOL
CLAUDIO AUGUSTO FERRAZ	RUA JOÃO FERNANDO VILLA N.º 315 - JD. PAOLA
COMERCINDO SALVI	RUA 13 DE MAIO N.º 55 – JARDIM BELÉM
DIRCEU APARECIDO ALVES	RUA DAS ROSAS N.º 290 - PQ. MORADA DO SOL
DIANIRA MARIA DOS SANTOS	RUA JOAQUIM FILLA N.º 35 – JARDIM PAOLA
DOMINGOS FERNANDO FRANZIN	RUA ABDALLA DE ARRUDA N.º 262 – JARDIM BELA VISTA
DONIZETTI MARCELINO	RUA DAS HORTÊNSIAS N.º 320 - PQ. MORADA DO SOL
DOZOLINA COLOGNESI	RUA CEL. RAFAEL TOBIAS N.º 1.910 - JD. BELÉM
DUCELI OLIVEIRA SILVA	RUA JOÃO FERNANDO VILLA N.º 265 - JD. PAOLA
DURVAL MALAGOLINI	RUA JOSÉ CARLOS PULICI N.º 221 – PARQUE MILÊNIO
EDICILIA FERNANDES DE SOUZA	RUA DAS GLICÍNIAS N.º 30 – PARQUE MORADA DO SOL
EDSON VITULIO DOS SANTOS	RUA ROMEU BONITATIBUS N.º 396 - JD. COLONIAL
ELIAS RODRIGUES	RUA 13 DE MAIO N.º 726 – CENTRO
ELIDIO JOSÉ DE OLIVEIRA	RUA XV DE NOVEMBRO N.º 1.779 - VILA SÃO JORGE
ELISENE CAMILO DA CRUZ	RUA DAS HORTÊNSIAS N.º 340 – PQ. MORADA DO SOL
ELVIRA LUCIA VENTURA	AV. BOM JESUS N.º 1.093 - CENTRO
ELZA CARLOS CRUZ	RUA PEDRO GUIDUGLI N.º 582 - RECANTO DOS IPÊS
EMIDIO PERCULIANO ALVES	RUA 13 DE MAIO N.º 298 - JD. BELÉM
ERNESTA BIZATTI BERTANI	RUA XV DE NOVEMBRO N.º 113 - CENTRO
EVA EMERENCIANO	RUA DOS LÍRIOS N.º 1.086
EVANGELINA MENDES	RUA DAS HORTÊNSIAS N.º 598 – PARQUE MORADA DO SOL
FATIMA GOMES DA SILVA	RUA DAS HORTÊNSIAS N.º 241 – PARQUE MORADA DO SOL
FAUSTINO GASPAR	RUA DAS PAPOULAS N.º 241 - PQ. MORADA DO SOL
FELIX PROCOPIO DA SILVA	RUA RIO DE JANEIRO N.º 298 – JD. AL. BERTINA
FRANCISCA COSTA ROMANTINI	RUA CONSELHEIRO ANTONIO PRADO N.º 645 - CENTRO
FRANCISCA DOMINGAS PEREIRA	RUA ESPANHA N.º 84 - PORTAL DOS COQUEIROS
FRANCISCA FERNANDES	RUA JOÃO SANCHES FRANDES N.º 185 – PARQUE VITÓRIA
FRANCISCO CARDOSO	RUA DAS MARGARIDAS N.º 260 – PARQUE MORADA DO SOL
FRANCISCO JOÃO DOS SANTOS	RUA BRÁSÍLIA N.º 533 – JARDIM ALBERTINA
FRANCISCO MENDES	RUA PEDRO PAULO PENATTI N.º 74 – SANTA CRUZ
FRANCISCO PEREIRA	RUA SANTA CATARINA N.º 249 – JD. ALBERTINA
FRANCISCO PETRUCCELLI NETO	RUA WALDEMAR JORDÃO N.º 190 – JARDIM PAOLA
FRANCISCO SCABIO	RUA PARANÁ N.º 193 - JD. ALBERTINA
FRANCISCO SERAFIM TOMAZ	RUA JOÃO GALETTI N.º 50 - SANTA CRUZ DAS ALMAS
FRANCISCO VALERIO SCANCELLA	RUA DAS TULIPAS N.º 280 - PQ. MORADA DO SOL
GENESIO SEBASTIÃO DOLCI	RUA CARLITO MAYESE N.º 27 - VILA OPERÁRIA
GEORGINA DE SOUZA	RUA DAS PAPOULAS N.º 568 – PARQUE MORADA DO SOL
GERALDO FRANCESCHINI	RUA PAULO CAS ATI N.º 409 - JD. BELÉM
GERVASIO MARQUES	RUA PAULA CARVALHO N.º 457 - CENTRO
GILBERTO ROSA VIANNA	RUA JOSÉ RODRIGUES PENTEADO N.º 371 - CENTRO
GUIOMAR DIAS DO PINHO SACLOTE	RUA MILTON TIMOTHEO DO AMARAL N.º 331 - JD. DO LAGO
HELENA FABIO MARCHIN	RUA SANTA CATARINA N.º 328 - JD. ALBERTINA
HELENA MARCIANO COLLA	RUA SANTA CATARINA N.º 218 – JARDIM ALBERTINA
HELENO FERREIRA DA COSTA	RUA JOÃO VENDRAMINI N.º 570 – JARDIM SÃO FRANCISCO
HONORIO PEREIRA DA SILVA	RUA DAS ROSAS N.º 340 - PQ. MORADA DO SOL
IDALINA AGDA ANGELUCI GUEDES	RUA CEL. RAFAEL TOBIAS N.º 1.505 – JARDIM BELÉM
ILDA JEROMINO	AV. INDEPENDÊNCIA N.º 382 - NOVO JD. BELÉM
INDALECIO DIAS DAS NEVES	AV. LAZARO TIMOTHEO DO AMARAL N.º 782 - SANTA CRUZ
INÊS MARIA SILVA BARBOSA	RUA DAS MARGARIDAS N.º 320 – PQ. MORADA DO SOL
IOLANDA DOLORES FERRON MANRUBIA OLIVIO	RUA ANGELO JOÃO RUSCA N.º 87 - JD. DO LAGO
IRACEMA DA SILVA	RUA CONSELHEIRO ANTONIO PRADO N.º 853 - CENTRO
IRENE ROMPA MACIEL	RUA RICIERI LANDI N.º 308 - JD. BELA VISTA
IRINEU LEITE MACHADO	RUA LUIZ ANTONIO CRIPPA N.º 119 – BOSQUE DO TAMANDUA
ITALO JOÃO FELIPE	RUA AMAZONAS N.º 245 - JD. SÃO CRISTOVÃO
JAIME FERREIRA NEVES	AV. DA SAUDE N.º 309 - JD. ALBERTINA
JAIME PEROZINI	RUA PARANÁ N.º 239 - JD. ALBERTINA
JAIR VICENTE DE OLIVEIRA	RUA SYLVIO SICCHIROLI N.º 35 – SÃO SEBASTIÃO
JANDIRA DA ROCHA SANT'ANNA	RUA JOSÉ FELIPE ELIAS N.º 237 – JARDIM DO LAGO
JANDIRA DE MORAIS DA SILVA	RUA DAS ORQUÍDEAS N.º 568 – PARQUE MORADA DO SOL
JARDILINA BAPTISTA SOARES	RUA ALBINO VICENTE SICCHIROLI N.º 470 – PARQUE MILÊNIO
JOANA MARIA DA SILVA FREITAS	RUA ORIVALDO IVO DE MEDEIROS N.º 161 - PQ. MILÊNIO
JOANNA PIRES	AV. DA SAUDE N.º 192 – JARDIM ALBERTINA
JOÃO ALFIERI SODATTE	RUA POMPEU BRAMBILLA N.º 36 - VILA N. SRA. APARECIDA
JOÃO ANTONIO ASSONI	AV. BOM JESUS N.º 1.127 - CENTRO
JOÃO ANTONIO THOMAZINI	RUA DAS MARGARIDAS N.º 330 - PQ. MORADA DO SOL
JOÃO AUGUSTINHO	RUA SÃO PAULO N.º 308 - JD. ALBERTINA
JOÃO BATISTA OTAVIANI	RUA FLORENTINO CEREDA N.º 06 – SÃO SEBASTIÃO
JOÃO BATISTA AMARAL	RUA DAS PALMAS N.º 410 – PQ. MORADA DO SOL
JOÃO BATISTA ARMANDO	RUA BRÁSILIA N.º 436 - JD. ALBERTINA
JOÃO BATISTA DOS REIS	RUA JOSÉ BENTO FERREIRA N.º 130 – SÃO SEBASTIÃO
JOÃO CARLOS DE MORAES	RUA DAS HORTÊNSIAS N.º 261 – PQ. MORADA DO SOL
JOÃO CARLOS IDEM	RUA SÃO PAULO N.º 328 - JD. ALBERTINA
JOÃO CARLOS ZELIOLI	RUA ANTONIO BIANCHI N.º 1.442 - VILA FREITAS
JOÃO DOS SANTOS	RUA DAS MALVAS N.º 130 – PARQUE MORADA DO SOL
JOÃO FELIX DE SOUZA	RUA DAS MALVAS N.º 58 – PARQUE MORADA DO SOL
JOÃO GUINISQUE	RUA LUIZ BARBALHO N.º 1.373 - RECANTO DOS IPÊS
JOÃO MARIA BUENO	RUA DAS ORQUÍDEAS N.º 410 – PARQUE MORADA DO SOL
JOÃO PICIRILLO	RUA ANTONIO CASATI N.º 63 – VILA SÃO JORGE
JOÃO RANGEL	RUA SANTA CATARINA N.º 120 – JD. ALBERTINA
JOÃO SPOSITO FILHO	RUA RAFAEL DE MARCO N.º 111 - SANTA CRUZ
JOÃO THEODORO DE SOUZA	RUA SANTA CATARINA N.º 100 - JARDIM ALBERTINA
JOÃO TREVISAN	RUA DAS HORTÊNSIAS N.º 341 - PQ. MORADA DO SOL
JOAQUIM CUSTODIO LEAL	RUA JOSÉ CARLOS PULICI N.º 210 – PARQUE MILÊNIO
JOAQUIM FRANCISCO DA SILVA	RUA ALBINO VICENTE SICCHIROLI N.º 221 - PQ. MILÊNIO
JOAQUIM HONORATO DOS REIS	RUA DOS LIROS N.º 675 - PQ. MORADA DO SOL
JOAQUIM JOÃO PELLECHIA	RUA DR. ANASTÁCIO VIANNA N.º 1.760 - JD. BELÉM
JOAQUIM RODRIGUES	RUA ORDERIGO GABRIELLI N.º 1.018 - CENTRO
JOAQUIM VITO	RUA ROQUE FRANCISCO N.º 73 – JARDIM BELA VISTA
JOEL DA SILVA LAURINDO	RUA PEDRO ASSONI N.º 15 - JD. PAOLA
JORGE LUIZ MORETTI	RUA DAS HORTÊNSIAS N.º 290 - PQ. MORADA DO SOL
JOSÉ ANTONIO MARTINS	RUA DR. JAYME REGALO PEREIRA N.º 464 – JD. BELÉM
JOSÉ APARECIDO CUSTÓDIO	RUA JOSÉ DO NASCIMENTO N.º 361 - JD. RICARDO CESAR
JOSÉ APARECIDO DONIZETTI BARUTTI	RUA FERNANDO ZAFFALON N.º 136 - JD. BELA VISTA
JOSÉ APARECIDO RADAEL	RUA RIVADAVIA LUIZ BRAMBILLA N.º 305 – RECANTO DOS IPÊS
JOSÉ AUGUSTO GALO	RUA RIO DE JANEIRO N.º 288 - JD. ALBERTINA
JOSÉ AUGUSTO SCAPIM	RUA DR. ANASTACIO VIANNA N.º 1.512 - JD. BELÉM
JOSÉ BARBOSA DOS SANTOS	RUA DAS ROSAS N.º 351 - PQ. MORADA DO SOL
JOSÉ BENEDITO SCABIO	RUA DAS ROSAS N.º 261 - PQ. MORADA DO SOL
JOSÉ BENEDITO MACHADO	RUA PAULO CASATI N.º 521 – JARDIM BELÉM
JOSÉ BERNARDO DOS SANTOS SOBRINHO	RUA PEDRO GUIDUGLI N.º 439 – JARDIM COLONIAL

JOSÉ CAMILLO FILHO	RUA CEL. MANOEL LEME N.º 1.118 - JD. BELÉM
JOSÉ CARLOS ALCAIDE	RUA JOAQUIM FILLA N.º 95 – JARDIM PAOLA
JOSÉ CARLOS ARAÚJO	RUA TALÉ FABRÍCIO N.º 44 - SANTA CRUZ
JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO	RUA RIO DE JANEIRO N.º 150 - JD. ALBERTINA
JOSÉ CARLOS DUTRA	AV. DAS QUARESMEIRAS N.º 891 – PARQUE MORADA DO SOL
JOSÉ CARLOS GODOY	AV. DAS PRIMAVERAS N.º 261 - PQ. MORADA DO SOL
JOSÉ CARLOS PETRUCELLI	RUA DAS TULIPAS N.º 270 – PQ. MORADA DO SOL
JOSÉ DUTRA ROMPA	RUA VERÍSSIMO ARAÚJO N.º 248 - SANTA CRUZ
JOSÉ ELEODORO ROSA	RUA JOSÉ BENTO FERREIRA N.º 90 - SÃO SEBASTIÃO
JOSÉ ERCÍLIO BALLERONE	RUA 28 DE FEVEREIRO N.º 345 - SANTA CRUZ DAS ALMAS
JOSÉ FRANCISCO ZAGO	RUA EUCLIDES DA CUNHA N.º 547 - JARDIM BELÉM
JOSÉ GARCIA CALIXTO	RUA JOSÉ FERREIRA N.º 75 – CENTRO
JOSÉ GENI DE OLIVEIRA	RUA DAS ROSAS N.º 220 - PQ. MORADA DO SOL
JOSÉ GERALDO BERTINI	RUA CEL. ARTHUR WHITAKER N.º 996 - CENTRO
JOSÉ HENRIQUE FERRAZ DE SOUZA	RUA ODAIR BERTOLUCCI N.º 155 – PARQUE VITÓRIA
JOSÉ IDEM	RUA CARLOS MAYESE N.º 231 - JD. BELA VISTA
JOSÉ LOURENÇO MONTEIRO	RUA DAS PETUNIAS N.º 749 – PARQUE MORADA DO SOL
JOSÉ MARIO BIAZOLI	RUA SYLVIO SICCHI IROLLI N.º 45 - SÃO SEBASTIÃO
JOSÉ MILTON COLUCCI	RUA ANTONIO ROMANTINI N.º 27 - VILA VENDRAMINI
JOSÉ MOTTA	RUA PEDRO ALCANTARA CAMARGO N.º 332 - CENTRO
JOSÉ ORLANDO CLARINDO	RUA DAS PAPOULAS N.º 608 – PARQUE MORADA DO SOL
JOSÉ ORLANDO DOS SANTOS	RUA JOSÉ QUIRINO RIBEIRO N.º 300 – JARDIM BELÉM
JOSÉ PAULO	RUA DR. HUGO PEREIRA DE ABREU N.º 1.259 - CENTRO
JOSÉ PAULO ZUCCHI	RUA AGOSTINHO JOSÉ ALVES AMORIM N.º 164 – CENTRO
JOSÉ RICARDO ALBIERI	RUA VICENTE TALARICO N.º 526 - JD. COLONIAL
JOSÉ ROBERTO ASSONI	RUA BEZERRA PAES N.º 116 - CENTRO
JOSÉ RUY	RUA DAS AZALEIAS N.º 924 - PQ. MORADA DO SOL
JOSÉ SEBASTIÃO DIAS	RUA DAS HORTÊNSIAS N.º 250 – PQ. MORADA DO SOL
JOSÉ VANCETO	RUA RIO GRANDE DO SUL N.º 308 - JD. ALBERTINA
JOSÉ VÍCTOR DOS SANTOS	RUA SEBASTIÃO LACERDA N.º 74 - SANTA CRUZ
JULIA M. DA CONCEIÇÃO SILVA DE CARLO	RUA HUMBERTO CARLOS CASATI N.º 189 - SÃO BENEDITO
JULIETA FREITAS BASTOS	RUA NICOLA LAMANO N.º 185 – SANTA CRUZ
JUVENAL MARINI	RUA JOSÉ BONIFÁCIO N.º 47 - CENTRO
LAERCIO JUNQUEIRA	RUA MÁRIO BENEDITO BRINER N.º 403 - JD. RICARDO CESAR
LAURA STOPPA LOPES	RUA SÃO PAULO N.º 151 – JD. ALBERTINA
LAZARA AP. DE FARIA RODRIGUES	RUA ITÁLIA N.º 45 - PORTAL DOS COQUEIROS
LAZARO PITANGUY	RUA SÃO PAULO N.º 193 - JD. ALBERTINA
LAZARO SCABIO	RUA JOSÉ FERREIRA N.º 1.585 - VILA BRASIL
LEONILDO BENEDITO AGUILAR	RUA WALDEMAR JORDÃO N.º 233 - JARDIM PAOLA
LEONILDO CERMINARO	RUA MILTON TIMOTHEO DO AMARAL N.º 271 - JD. DO LAGO
LEONILDO RAYMUNDO	RUA PAULO CASATI N.º 536 - JARDIM BELÉM
LIVERCINDO VICENTE GONÇALVES	RUA RIVADAVIA LUIZ BRAMBILLA N.º 264 – RECANTO DOS IPÊS
LOURDES APARECIDA DA SILVA SANT'ANA	RUA BRÁSILIA N.º 228 - JD. ALBERTINA
LOURIVAL APARECIDO MORALES	RUA DAS ORQUÍDEAS N.º 331 – PARQUE MORADA DO SOL
LUCAS CASALE	RUA ANSELMO DUPAS N.º 230 - JD. BELA VISTA
LUCIANO MORAIS	RUA XV DE NOVEMBRO N.º 182 - CENTRO
LUCILA PALUDETTI SEMPIONATO	RUA DAS PAPOULAS N.º 411 - PQ. MORADA DO SOL
LUIZ ANTONIO ALBIERI	RUA BENVINDO G. FRANCO N.º 320 - JD. COLONIAL
LUIZ DE MORAIS	RUA ALBINO VICENTE SICCHIROLI N.º 91 – PARQUE MILÊNIO
LUIZ DUTRA ROMPA FILHO	RUA EMILIO MUSSOLINI N.º 125 - JD. BELA VISTA
LUIZ FRANCISCO PIZZI	RUA DOS CRAVOS N.º 953 – PARQUE MORADA DO SOL
LUIZ IGNACIO	RUA RIO DE JANEIRO N.º 318 – JARDIM ALBERTINA
LUIZA CAPELLI DE FARIA	RUA EMILIO MUSSOLINI N.º 202 - JD. BELA VISTA
LUIZA GUINTER MAIELLO	RUA CEL. ANTONIO ALVES ARANHA N.º 52 - CENTRO
LUSIA BROUM PIEROBON	RUA NICOLAU ANTONIO LOBO N.º 129 - JD. BELÉM
LUZIA RODRIGUES DE LIMA	RUA BRÁSILIA N.º 705 – JARDIM ALBERTINA
LYDIA SALOMÃO DE MEDEIROS	RUA CEL. ANTONIO ALVES ARANHA N.º 261 - CENTRO
MADALENA FLORIANO DA SILVEIRA	AV. CRUZEIRO DO SUL N.º 1.907 - SANTA CRUZ
MANOEL LUIZ AUGUSTO	RUA CEL. ANTONIO ALVES ARANHA N.º 233 - CENTRO
MANOEL ROBERTO GUINTHER	RUA DAS MALVAS N.º 70 – PARQUE E MORADA DO SOL
MANOEL VENANCIO	RUA DAS VIOLETAS N.º 885 - PQ. MORADA DO SOL
MARCIONILIO ALVES	RUA RIO DE JANEIRO N.º 612 – JARDIM ALBERTINA
MARIA AMELIA CORSI ANTICO	RUA BEZERRA PAES N.º 1.463 - JARDIM BELÉM
MARIA ANTONIA CARLOS FRANCISCO	RUA JOAQUIM FELIPE MEZIARA N.º 149 - JARDIM DO LAGO
MARIA AP. CATALDI CRIPPA	RUA DAS ORQUÍDEAS N.º 350 - PQ. MORADA DO SOL
MARIA APARECIDA CORREA	RUA BRÁSILIA N.º 170 – JARDIM ALBERTINA
MARIA APARECIDA HILASCHI DRESLER	RUA RIO DE JANEIRO N.º 101 – JARDIM ALBERTINA
MARIA APARECIDA IRENE MILIAN	RUA PEDRO SALOMÃO N.º 02 - SÃO SEBASTIÃO
MARIA APARECIDA OCTAVIANI	RUA DAS PAPOULAS N.º 460 - PQ. MORADA DO SOL
MARIA AUREA DE ARAÚJO TESSARIN	RUA JOSÉ FERREIRA N.º 1.520 – VILA SÃO JORGE
MARIA CONSTÂNCIA ZANI VISCARDI	RUA DAS ROSAS N.º 171 – PARQUE MORADA DO SOL
MARIA DAS DORES CANOVA CRUPE	RUA FLORENTINO CEREDA N.º 11 - SÃO SEBASTIÃO
MARIA DE LOURDES CHIARETTO	RUA DR. CARLOS GUIMARÃES N.º 139 – SANTA CRUZ DAS ALMAS
MARIA DE LOURDES DOS SANTOS POLICARPO	RUA WALDOMIRO BUENO N.º 69 - SANTA CRUZ DAS ALMAS
MARIA DE LOURDES GALLO DE SOUZA	RUA RIO DE JANEIRO N.º 562 - JD. ALBERTINA
MARIA DE LOURDES KLAISNER STAR	RUA DAS PETÚNIAS N.º 601 – PARQUE MORADA DO SOL
MARIA DE LOURDES PERIPATO DANIEL	RUA SANTA CATARINA N.º 101 - JD. ALBERTINA
MARIA DE LOURDES REDONDO IGNACIO	RUA BRÁSILIA N.º 527 - JARDIM ALBERTINA
MARIA DO CARMO BRISQUILIARI	RUA SEBASTIÃO ROBERTO TRALDI N.º 211 – PARQUE UNIVERSITÁRIO I
MARIA DUTRA ROMPA TORTE	RUA SANTA CATARINA N.º 239 – JD. ALBERTINA
MARIA ESTELA MOREIRA DO NASCIMENTO PONTES	RUA JOSÉ OSVALDO FRANCESCHINI N.º 270 – PARQUE VITORIA
MARIA FERNANDES DA SILVA	RUA DR. CARLOS GUIMARÃES N.º 125 - VILA MUNICIPAL
MARIA FERNANDES TEIXEIRA	RUA DAS HORTÊNSIAS N.º 588 – PARQUE MORADA DO SOL
MARIA FILOMENA BENINE RAYMUNDO	AV. PIO XII N.º 263 - SÃO SEBASTIÃO
MARIA GRACINDA MARIANO RADAELLI	RUA DAS PAPOULAS N.º 211 - PQ. MORADA DO SOL
MARIA HELENA MACHADO COELHO	RUA ORDERIGO GABRIELLI N.º 924 – CENTRO
MARIA IBANES AROZIO	RUA SALVADOR PRATTA N.º 403 - JD. RICARDO CESAR
MARIA IVONE VENANCIO	RUA ANSELMO DUPAS N.º 121 – JARDIM BELA VISTA
MARIA LEUDA DE JESUS SILVA	RUA JOAQUIM FILLA N.º 85 - JARDIM PAOLA
MARIA LEUZA LUZIA BAZOLLI	RUA 13 MAIO N.º 26 – JARDIM BELÉM
MARIA NATAL SILVA	RUA NICOLA LAMANO N.º 92 – SANTA CRUZ
MARIA PALUDETTI TROVA	RUA JOSÉ RODRIGUES PENTEADO N.º 461 - CENTRO
MARIA PAULA LINARES	RUA RIO DE JANEIRO N.º 466 - JARDIM ALBERTINA
MARIA TEREZA DOS SANTOS PAZOTTO	RUA AGOSTINHO JOSÉ ALVES AMORIM N.º 259 - CENTRO
MARIO DA SILVA	AV. BOM JESUS N.º 1.300 - JARDIM COLONIAL
MARIO DE OLIVEIRA	RUA DAS ORQUÍDEAS N.º 270 - PQ. MORADA DO SOL
MARIO DONIZETTI MARTINS	RUA JOÃO VENDRAMINI N.º 91 - CENTRO
MARIO JAIR TERSSI	RUA FERNANDO ZAFFALON N.º 120 - JD. BELA VISTA
MARIVAL RIVAS	RUA ABDALLA DE ARRUDA N.º 313 - JD. BELA VISTA
MARLENE DOS SANTOS	RUA PARANÁ N.º 131 - JD. ALBERTINA
MIGUEL MORENO	AV. DESCALVADO N.º 951 - RECANTO DOS IPÊS
MIRIAM PIRES FERREIRA	AV. DA SAUDE N.º 218 - JD. ALBERTINA
MONICA GAROFOLO RODRIGUES	RUA ABDALLA DE ARRUDA N.º 323 – JARDIM BELA VISTA
NAIZA MARIA SILVA CELESTINO	RUA RIO DE JANEIRO N.º 53 – JARDIM ALBERTINA
NAZARÉ APARECIDA RODRIGUES CASSIMIRO	RUA LUIZA PINESE BORTOLETTO N.º 490 - BOSQUE DO TAMANDUA

NELSON APARECIDO MARCOLINO	RUA JOÃO SANCHES FRANDES N.º 205 – PARQUE VITÓRIA
NELSON CARVALHO MARIANO	RUA OPRIVALDO IVO DE MEDEIROS N.º 110 - PARQUE MILENIO
NELSON DIPOLDI	RUA FRANCISCO RUIZ N.º 54 - JARDIM ELITE
NELSON MATHIAS	RUA DAS ORQUÍDEAS N.º 619 - PQ. MORADA DO SOL
NEUZA AUGUSTA DE SOUZA	RUA RIO DE JANEIRO N.º 648 – JARDIM ALBERTINA
NOÉ PETRUCELLI	RUA WALDEMAR JORDÃO N.º 170 - JARDIM PAOLA
ODAIR LACERDA	RUA SANTA CATARINA N.º 160 – JARDIM ALBERTINA
ODETE JOSÉ DOS SANTOS	RUA DAS ORQUÍDEAS N.º 251 - PQ. MORADA DO SOL
ODILA DE OLIVEIRA IRENO	RUA DR. CÂNDIDO RODRIGUES N.º 223 - CENTRO
OLINDA DANAGA	RUA JOSÉ FELIPE ELIAS N.º 378 - JD. SÃO FRANCISCO
ORLANDO ANTONIO SANTANA	RUA JOÃO FERNANDO VILLA N.º 59 – SANTA CRUZ
ORLANDO FONSECA	AV. PIO XII N.º 02 – SÃO SEBASTIÃO
OSMAR LACERDA	RUA JOÃO GALETTI N.º 18 - SANTA CRUZ DAS ALMAS
OSVALDO ZANELATO	RUA RICIERI LANDI N.º 253 – JARDIM BELA VISTA
OSWALDO DE OLIVEIRA PAULINO	RUA DAS AZALEIAS N.º 854 - PQ. MORADA DO SOL
OTAVIO DANIELLO	RUA JOÃO XXIII N.º 185 – JARDIM BELÉM
OTAVIO DO NASCIMENTO	RUA JOÃO RAFAEL MARTINS FERNANDES N.º 1.101 - PARQUE MILÊNIO
OTAVIO LOPES	RUA SANTA CATARINA N.º 228 - JARDIM ALBERTINA
PAULO MENDES MARTINS DOS SANTOS	RUA JOSÉ DO NASCIMENTO N.º 315 - JD. RICARDO CESAR
PEDRO ALVES	RUA RIO GRANDE DO SUL N.º 160 – JARDIM ALBERTINA
PEDRO JOSÉ DOS SANTOS	RUA AGOSTINHO JOSÉ ALVES AMORIM N.º 155 - CENTRO
PEDRO LUCIO DE FARIA	RUA JOÃO FERNANDO VILLA N.º 58 - JD. BELA VISTA
PIEDADE DIAS DAS NEVES GABRIEL	RUA TALÉ FABRÍCIO N.º 175 - SANTA CRUZ
PIERINA AP. PATRACON VIEIRA	AV. DAS QUARESMEIRAS N.º 87 3 – PARQUE MORADA DO SOL
QUITÉRIA MARIA DA SILVA	RUA RIO DE JANEIRO N.º 417 – JARDIM ALBERTINA
REGINA APARECIDA TRALDI	RUA PRESIDENTE KENEDY N.º 275 – JARDIM BELÉM
REINALDO LAZARO BOTARO	RUA JOÉ FERREIRA N.º 675 - CENTRO
RENATO ANTOCCHIO	RUA PE. JEREMIAS JOSÉ NOGUEIRA N.º 400 – SÃO SEBASTIÃO
RENATO DE OLIVEIRA	RUA DAS TULIPAS N.º 310 – PARQUE MORADA DO SOL
RITA CORDEIRO SANTANA	RUA ANACLETO POZZI N.º 135 - VILA SÃO JORGE
ROBERTO MACHADO	RUA BRÁSILIA N.º 680 - JD. ALBERTINA
ROMÃO EVARISTO DE ARAUJO	AV. DAS QUARESMEIRAS N.º 844 – PARQUE MORADA DO SOL
ROMILDO FALLACI	RUA ROMEU BONITATIBUS N.º 380 - JD. COLONIAL
ROSA MARIA DOS SANTOS	RUA RIO DE JANEIRO N.º 556 - JD. ALBERTINA
ROSÁ MARIA DA SILVA PRUDENCIANO	RUA SÃO PAULO N.º 648 - JD. ALBERTINA
ROSA MARIA MARQUES SILVA	RUA 28 DE FEVEREIRO N.º 303 - SANTA CRUZ DAS ALMAS
ROSÁLIA MARIA MILIATI DE JESUS	RUA RIO GRANDE DO SUL N.º 218 - JD. ALBERTINA
ROSANA MARIA GUIMARÃES	RUA ANGELO PAGANOTO N.º 22 - VILA MELKI
ROSEMARY APARECIDA BATISTA SEVERINO	RUA BARÃO DO DESCALVADO N.º 09 - CENTRO
ROSILENE BERTOLUCCI	RUA 13 DE MAIO N.º 775 – VILA VENDRAMINI
SANTO ALTON	RUA RIO DE JANEIRO N.º 477 - JD. ALBERTINA
SEBASTIANA AP. ZELIOLI AMARAL	RUA BRÁSILIA N.º 367 - JD. ALBERTINA
SEBASTIANA APARECIDA PANEGHINI	RUA FERNANDO ZAFALON N.º 121 - JD. BELA VISTA
SEBASTIANA CAROLINA RICCI PIVESSO	RUA TOMÉ FERREIRA N.º 126 - CENTRO
SEBASTIANA LEONCIO	RUA DAS MARGARIDAS N.º 270 - PQ. MORADA DO SOL
SEBASTIANA SIMÕES	RUA PEDRO ALCANTARA CAMARGO N.º 106 - CENTRO
SEBASTIÃO ALEXANDRE DONIZETTI DO AMARAL	RUA EMILIO MUSSOLINI N.º 34 – JARDIM BELA VISTA
SEBASTIÃO ANGELUCCI	RUA DR. ANASTÁCIO VIANNA N.º 1.560 - JARDIM BELÉM
SEBASTIÃO APARECIDO FRASSI	RUA ALBINO VICENTE SICCHIROLLI N.º 141 - PARQUE MILÊNIO
SEBASTIÃO ARMANDO CAPELARO	RUA DAS PAPOULAS N.º 220 - PQ. MORADA DO SOL
SEBASTIÃO CAMBI	RUA WASHINGTON LUIZ N.º 94 - SÃO SEBASTIÃO
SEBASTIÃO CÂMILO	RUA WALDEMAR JORDÃO N.º 250 - JARDIM PAOLA
SEBASTIÃO CAROLINO	RUA JOSÉ CARLOS PULICI N.º 121 – PARQUE MILÊNIO
SEBASTIÃO DA MOTTA	RUA JOSÉ BONIFÁCIO N.º 1.057 - CENTRO
SEBASTIÃO FIGUEIREDO BORGES FILHO	RUA DAS ROSAS N.º 320 - PQ. MORADA DO SOL
SEBASTIÃO MARQUES	RUA PEDRO ASSONI N.º 100 - JARDIM PAOLA
SEBASTIÃO MUNIZ DA SILVA	RUA JOSÉ CARLOS PULICI N.º 171 – PARQUE MILÊNIO
SEBASTIÃO PEDRO PIVESSO	RUA PADRE JOSÉ GASPAR N.º 161 – SÃO SEBASTIÃO
SEBASTIÃO RAPHAEL REDONDO	RUA BEZERRA PAES N.º 1.097 - JARDIM BELÉM
SEBASTIÃO ZUCHI	RUA JOSÉ RODRIGUES PENTEADO N.º 241 - CENTRO
SEBASTIÃO EMÍDIO DOS SANTOS	RUA DAS HORTÊNSIAS N.º 471 – PQ. MORADA DO SOL
SERGIO APARECIDO DE OLIVEIRA	RUA DR. VICTORIO AMADEU CASATI N.º 148
SEVERINO BERNARDINO DA SILVA	RUA FELIPE ELIAS N.º 60 - VILA N. SRA. APARECIDA
SEVERINO RODRIGUES DE LIMA	RUA DAS BEGONIAS N.º 777 - PQ. MORADA DO SOL
SILVIO DA MATTA	RUA JOSÉ FERREIRA N.º 426 - CENTRO
TERESINHA HELENA VALENTIM ARAGUSSUKE	RUA D. ANGELINA SPANGHERO N.º 130 - SÃO SEBASTIÃO
TEREZA DA PENHA CRUZ SIMEL	RUA NICOLAU ANTONIO LOBO N.º 126 – CENTRO
TEREZA DE ARRUDA DOS SANTOS	RUA JOÃO FERNANDO VILLA N.º 215 - JARDIM PAOLA
TEREZA MARIANO AMANÇO	RUA SÃO PAULO N.º 180 - JD. ALBERTINA
TEREZINHA APARECIDA SCHIAVO MAZARO	RUA ANTONIO ROMANTINI N.º 412 – JARDIM COLONIAL
TEREZINHA PASCOA TRALDI	RUA BENVINDO GONÇALVES FRANCO N.º 577 – JARDIM COLONIAL
TEREZINHA PEREIRA RABELLO	RUA CEL. MANOEL LEME N.º 163 – CENTRO
THEREZA VICENTINI SCARELLI	AV. LAZARO TIMOTHEO DO AMARAL N.º 542 - SANTA CRUZ
TORU SHIGAKI	RUA DR. ANTONIO LUIZ FABIANO N.º 423 - JD. COLONIAL
URSULINA BELARMINO MACHADO	RUA PE. JEREMIAS JOSÉ NOGUEIRA N.º 204 - SÃO SEBASTIÃO
VALDELIS ALVES DOS SANTOS	RUA BRÁSILIA N.º 161 - JARDIM ALBERTINA
VALDOMIRO FERRAZ	RUA PAULA CARVALHO N.º 98 - CENTRO
VALENTIM DONIZETTI GONÇALVES	RUA TOCANTINS N.º 80 - JD. SÃO CRISTOVÃO
VALENTIM EDUARDO	RUA POMPEU BRAMBILLA N.º 56 - VILA VENDRAMINI
VALENTINA APARECIDA MAZARI DA SILVA	RUA PE. JEREMIAS JOSÉ NOGUEIRA N.º 194 - SÃO SEBASTIÃO
VALENTINA DA PENHA SILVA MARCELINO	RUA VICENTE TALLARICO N.º 570 - JD. COLONIAL
PIRES	
VALTER LUIZ DE MATTOS	RUA DOS GIRASSÓIS N.º 41 – PARQUE MORADA DO SOL
VANIA MARIANA LEITE DOS SANTOS	RUA ALBINO VICENTE SICCHIROLI N.º 461 – PARQUE MILÊNIO
VERA LUCIA BARBOSA DE MORAES	RUA DAS ORQUÍDEAS N.º 470 – PARQUE MORADA DO SOL
VICENTE PEDRO MOREIRA	RUA RIO DE JANEIRO N.º 544 – JARDIM ALBERTINA
VICTA LEITE PRATA	RUA MIGUEL DE FALCO NETO N.º 385 - NOVO SÃO SEBASTIÃO
VICTORIO VAZZOLER	RUA PEDRO SALOMÃO N.º 01 - SÃO SEBASTIÃO
VITALINA MENDONÇA GUETT	RUA RICIERI LANDI N.º 22 - JD. BELA VISTA
WALDOMIRO ONOFRE BANIN	RUA BENVINDO GONÇALVES FRANCO N.º 703 – RECANTO DOS IPÊS
WALTER GERALDO PASCHOAL	RUA DR. CANDIDO RODRIGUES N.º 346 – CENTRO
ZILDA DA SILVA	RUA DOS GIRASSÓIS N.º 78 - PQ. MORADA DO SOL
ZILDA MARIA CALZA DE MORAES	AV. GUERINO OSVALDO N.º 537 – CENTRO

II – DA NOTIFICAÇÃO

Os contribuintes não mencionados no presente edital tiveram seus pedidos indeferidos por ocasião da análise prévia da Assistente Social e da Divisão de Arrecadação, e já foram devidamente notificados para promover o pagamento do valor apurado no carnê de IPTU.

E, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos, expedir-se o presente Edital, determinando à Divisão de Arrecadação que promova as respectivas anotações e respectiva publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, em 18 de Agosto de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 18 dias do mês de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Despachos do Chefe de Seção, de 01-08-2014

=Produção mês julho/2014:

Produção Equipe mês Julho/2014 (complexidade básica)	Total
Comércio de gêneros alimentícios	34
Comércio atacadista de alimentos	03
Serviços de psicologia	01
Atividades de fisioterapia	02
Coleta de água para consumo humano - PROÁGUA	08
Habitação	02
Terreno baldio	80
Atividades Veterinárias	03
Solução alternativa de Abastecimento de Água	01
Veículo transporte de produtos de interesse à saúde	17
Chácara – criação de suínos	01
Orfanatos	02
Inspeção Lei Estadual nº 14.592, de 19 de outubro de 2011 (álcool)	34
Inspeção Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009 (tabaco)	96
Total	284

Produção Equipe mês Julho/2014 (complexidade média)	Total
Indústria de Alimentos	02
Drogaria	01
Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	04
Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	01
Atividade Odontológica	02
Educação Infantil - creches	02
Total	12

Produção Equipe mês Julho/2014 (complexidade alta)	Total
Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	02
Casas de apoio para dependentes químicos	03
RX Odontológico	03
Total	08

Documentos expedidos – mês Julho/2014	Total
Laudos Técnico de Avaliação	01
Auto de Infração	24
Auto de Imposição de Penalidade de Multa	13
Notificação para Recolhimento de Multa	01
Renovação de Licença de Funcionamento	31
Assunção de Responsabilidade Técnica	01
Renovação de Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária	01
Cancelamento de Licença de Funcionamento	01

Procedimentos internos – mês Julho/2014	Total
Atendimento ao usuário - Orientação	166
Atendimento ao usuário - Reclamação	130
Análise de Processos	203

Participação em eventos – mês Julho/2013
Dia 11 – Oficina Toxicovigilância – Capina Química (Ribeirão Preto)
Dia 17 – Reunião CONDEMA

=Auto de Infração expedido:

-Proc.4170/2014 – Nelson Izaías Mariano – Auto de Infração nº 2731 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Orderigo Gabrielli, nº 981, em precárias condições de conserva-

ção. Este Auto será publicado no Jornal Oficial do Município, tendo em vista endereço desconhecido do autuado. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.2948/2014- Jorge Luiz Russi Pizzaria – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000131-1-0 para a atividade de Restaurantes e similares – validade até 31-05-2015.

-Proc.3287/2014- Odair José Colucci ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000152-1-0 para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – validade até 31-05-2015.

=Processos arquivados:

-Proc.2897/2014- Pires & Ferreira Bar Ltda ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas.

-Proc.2963/2014- Rodrigues & Pivesso Lanchonete Ltda ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares.

-Proc.3418/2014- Christophe Alain Divry Eireli ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Restaurantes e similares.

-Proc.3560/2014- Anézio S. Peripato Descalvado ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares.

Despachos do Chefe de Seção, de 04-08-2014

=Termos de Inutilização expedidos:

-Maria Fernanda Penteado Gabrielli ME – Termo de Inutilização nº 0673 – série AE – Inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98), por estarem com os prazos de validade expirados.

-Prefeitura do Município de Descalvado – Termo de Inutilização nº 0674 – série AE – Inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98), por estarem com os prazos de validade expirados.

=Processos arquivados:

-Proc.1489/2012- Prefeitura do Município de Descalvado – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade médica ambulatorial restrita a consultas.

-Proc.1985/2013- Prefeitura do Município de Descalvado – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade médica ambulatorial restrita a consultas.

-Proc.2665/2014- Prefeitura do Município de Descalvado – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade médica ambulatorial restrita a consultas.

-Proc.3292/2014- Costa & Traldi Ltda ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados.

-Proc.3674/2014- Antonio Benedicto da Silva Segatto ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares.

-Proc.3739/2014- Farmácia Descalvado Comércio de Medicamentos Ltda – Tendo em vista deferimento da assunção de responsabilidade técnica de Renê Kuchl Junior, farmacêutico inscrito no CRF/SP sob o nº 75.039 – Atividade de Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas.

Despachos do Chefe de Seção, de 05-08-2014

=Processos arquivados:

-Proc.2581/2014- André Luiz Lima – Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Avenida Universitária, quadra H, lote 10, bairro Parque Universitário.

-Proc.2586/2014- Cristiane Machado Batistella - Tendo em vista ter cessado o lançamento de dejetos de cães em via pública.

-Proc.2849/2014- Adasco Adm. Ass. Cons. Imóveis S/C Ltda - Tendo em vista ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Carlindo B. Kastein, quadra H, lotes 01 e 18, à Rua Emílio Belli, lote 10, à Rua Carlindo B. Kastein, quadra M, lotes 15 e 16 e à Rua Celso A. Assoni, quadra N, lote 01, bairro Novo São Sebastião.

-Proc.2850/2014- Laura Milan Monti - Tendo em vista ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Dr. Álvaro Pedro de S. Casati, quadra N, lote 08 e 10, bairro Novo São Sebastião.

-Proc.3246/2014- Basanraf Organização de Negócios, Invest. e Part. Ltda - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Barão de Descalvado, ao lado do nº 313, bairro Centro.

-Proc.3648/2014- Alice Katsuyama - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Anselmo Cassamasso, quadra K, lote 05, bairro Novo Jardim Belém.

-Proc.3856/2014- Alexandre Fuzaro Neto - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Avenida Pio XII, lote 20, bairro Jardim Cidade Nova I.

-Proc.3879/2014- Sandro Reginaldo Costa - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Mário Pinese, quadra C, lote 01, bairro Resid. Alto do São Miguel.

-Proc.3882/2014- Ronaldo Cezar Spido - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Presidente Kennedy, quadra B, lote 06, bairro Resid. Alto do São Miguel.

-Proc.3883/2014- Ademir Aparecido Dutra Rompa - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Presidente Kennedy, quadra B, lote 07, bairro Resid. Alto do São Miguel.

Despachos do Chefe de Seção, de 06-08-2014

=Termos de Inutilização expedidos:

-Farmácia Descalvado Comércio de Medicamentos Ltda – Termo de Inutilização nº 0675 – série AE – Inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98) com os prazos de validade expirados.

-Farmácia Descalvado Comércio de Medicamentos Ltda – Termo de Inutilização nº 0676 – série AE – Inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98) com os prazos de validade expirados.

-Farmácia Descalvado Comércio de Medicamentos Ltda – Termo de Inutilização nº 0677 – série AE – Inutilização de medicamentos su-

jeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98) com os prazos de validade expirados.

=Processos arquivados:

-Proc.1696/2014- Vanessa Roberta Vieira – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade Odontológica.

-Proc.3391/2014- Expresso Descalvado Ltda – Tendo em vista deferimento da renovação do Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária para a atividade de Transporte rodoviário de cargas.

-Proc.3490/2014- Dirceu Luiz Monzani ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas.

Despachos do Chefe de Seção, de 07-08-2014

=Renovação de Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.3359/2014- Magalhães e Menendes Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000135-1-0 para a atividade de Restaurantes e similares – validade até 31-05-2015.

=Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.6636/2013- José Francisco de Paula 02776347847- Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000241-1-2 para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas – validade até 31-05-2015.

=Processo arquivado:

-Proc.2948/2014- Jorge Luiz Russi Pizzaria – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Restaurantes e similares.

Despachos do Chefe de Seção, de 08-08-2014

=Processo arquivado:

-Proc.3287/2014- Odair José Colucci ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares.

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.3649/2014- Verona & Verona Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-109-000006-1-2 para a atividade de Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria – validade até 31-05-2015.

-Proc.3675/2014- F. Pereira Bar ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000173-1-0 para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas – validade até 31-05-2015.

-Proc.3764/2014- Paiva & Miiller Mercaria Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-471-000006-1-2 para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios – Minimercados – validade até 31-05-2015.

=Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.4058/2014- Maria de Lourdes dos Santos Policarpo13938233869 – Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000249-1-0 para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas – validade até 31-05-2015.

-Proc.4154/2014- Iveli Martins dos Reis 25251255845 – Licença de Funcionamento nº 351370206-960-000152-1-0 para a atividade de Cabeleireiros – validade até 28-02-2015.

Despachos do Chefe de Seção, de 12-08-2014

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.2536/2014- Muller & Sant'Ana Ltda EPP – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-471-000051-1-8 para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados- validade até 31-05-2015.

-Proc.2700/2014- Sebastião Inácio Descalvado ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 3513702076-561-000069-1-2 para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas – validade até 31-05-2015.

-Proc.2880/2014- Lar São Vicente de Paulo – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-871-000003-1-0 para a atividade de Instituições de longa permanência para idosos – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico: Maria José Romão Bertini, Assistente Social inscrita no Conselho Regional sob o nº 4136.

-Proc.4326/2014- Silvia Helena Aparecida de Oliveira Puoli – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-865-000012-1-0 para a atividade de Atividades de psicologia e psicanálise – validade até 31-03-2015.

=Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.2566/2014- Mirian Fernanda Colucci – Licença de Funcionamento nº 351370206-865-000100-1-4 para a atividade de Atividades de psicologia e psicanálise – validade até 31-03-2015.

Despachos do Chefe de Seção, de 13-08-2014

=Alteração de Razão Social deferida:

-Proc.4359/2014- Choperia Celstino & Marini Ltda ME – Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000153-1-8 para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializado em servir bebidas.

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.3074/2014- Orgolabs Laboratórios Ltda EPP – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-109-000008-1-7 para a atividade de Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados – validade até 31-05-2015 - Responsável Técnico: Hélio Martins Serra, químico industrial inscrito no CRQ/SP sob o nº 04413723.

-Proc.4359/2014- Choperia Celstino & Marini Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000153-1-8 para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializado em servir bebidas – validade até 31-05-2015.

=Processo arquivado:

-Proc. 2705/2014 – Choperia Marini & Marini Ltda ME – Tendo em vista alteração de Razão Social.

Despachos do Chefe de Seção, de 14-08-2014

=Processos arquivados:

-Proc.2338/2014- Eder C. Gomes de Oliveira ME – Laudo Técnico de Avaliação para a atividade de Fabricação de Conservas de frutas. Encerrou a atividade no local. Laudo Técnico de Avaliação não analisado e arquivado.

-Maria Fernanda Penteado Gabrielli ME – Tendo em vista inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98), por estarem com os prazos de validade expirados.

-Farmácia Descalvado Comércio de Medicamentos Ltda - Tendo em vista inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98), por estarem com os prazos de validade expirados.

-Prefeitura do Município de Descalvado - Tendo em vista inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98), por estarem com os prazos de validade expirados.

=Alteração de Razão Social deferida:

-Proc.4171/2014- Silpharma Indústria e Comércio de Medicamentos Veterinários Ltda ME – Licença de Funcionamento nº 351370206-205-000001-1-6 para a atividade de Fabricação de desinfestantes domissanitários – Responsável Técnico: Simone da Silva Rossler, farmacêutica inscrita no CRF/SP sob o nº 45.053.

=Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.1908/2014- Churrasco Angelucci Promoção de Festas e Eventos Eireli – ME – Licença de Funcionamento nº 351370206-562-000038-1-6 para a atividade de Serviços de alimentação para eventos e recepções – bufê – validade até 31-05-2015.

Despachos do Chefe de Seção, de 15-08-2014

=Processos arquivados:

-Proc.2536/2014- Muller & Sant'Ana Ltda EPP – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados.

-Proc.2700/2014- Sebastião Inácio Descalvado ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas.

-Proc.4359/2014- Choperia Celestino & Marini Ltda ME – Tendo em vista deferimento da alteração de Razão Social e de renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas.

=Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.4015/2014- Viver Clínica Terapêutica Ltda – EPP – Licença de Funcionamento nº 351370206-872-000035-1-4 para a atividade de Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química – validade até 31-05-2015 – Responsável Técnico: Simone Cristina Octaviano, psicóloga inscrita no CRP/SP sob o nº 98.195 – Responsável Técnico Substituto: Patrícia Vilarta, fisioterapeuta inscrita no CREFI-TO/SP sob o nº 126693F.

Despachos do Chefe de Seção, de 18-08-2014**=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:**

-Proc.2879/2014- Uniprev Laboratórios de Análises, L. B. M. Rep. Ltda EPP – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-864-000026-1-5 para a atividade de Laboratório clínicos – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico: Bruno Ricardo de Souza, biomédico inscrito no CRBM/SP sob o nº 17.398.

-Proc.3142/2014- Centro Ótico Descalvado Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-477-000017-1-6 para a atividade de Comércio varejista de artigos de ótica – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico: Carla Regina Barranco, inscrito no Conselho sob o nº 00888164653.

Despachos do Chefe de Seção, de 19-08-2014**=Alteração de endereço deferida:**

-Proc.4460/2014- José Francisco de Paula 02776347847 – Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000241-1-2 para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas – validade até 31-05-2015 – Endereço: Avenida Dom Pedro II, s/nº - quiosque 07-08, bairro Centro.

=Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.4451/2014- Douglas Daniel da Silva Santos 38494414828 – Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000251-1-9 para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas – validade até 31-05-2015.

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.4461/2014- Estevão Aparecido Horvate 01638107882- Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-472-000070-1-3 para a atividade de Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados – validade até 31-05-2015.

-Proc.4462/2014- Cristiane de Souza Roberto 04052744675 – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000171-1-6 para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas – validade até 31-05-2015.

Despachos do Chefe de Seção, de 20-08-2014**=Processo arquivado:**

-Proc.3746/2014- Ademir José Mazaro ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos.

=Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.4505/2014- Fisioterapia Penteado Gabrielli Ltda – Licença de Funcionamento nº 351370206-865-000102-1-9 para a atividade de Atividades de fisioterapia – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico: Renata Maria Penteado Gabrielli, fisioterapeuta inscrita no CREFITO/SP sob o nº 78.885-F.

Despachos do Chefe de Seção, de 21-08-2014**=Processo arquivado:**

-Proc.3074/2014- Orgolabs Laboratórios Ltda EPP – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados.

=Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.4289/2014- M. Tendas Promoções e Eventos Ltda – ME – Licença de Funcionamento nº 351370206-370-000001-1-6 para a atividade de Atividades relacionadas a esgoto – exceto a gestão de redes – validade até 31-05-2015.

=Renovação de Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.2691/2014- Elza Kazue Yajima da Silva ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-472-000038-1-6 para a atividade de Padaria e confeitaria com predominância de revenda – validade até 31-05-2015.

Despachos do Chefe de Seção, de 22-08-2014**=Licenças de Funcionamento deferidas:**

-Proc.4018/2014- Mirian Polidori ME – Licença de Funcionamento nº 351370206-472-000096-1-0 para a atividade de Comércio varejista de carnes – açougues – validade até 31-05-2015.

-Proc.4288/2014- Rosana Cerantola Vigatto 12330260890- Licença de Funcionamento nº 351370206-562-000040-1-4 para a atividade de Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar – validade até 31-05-2015.

=Renovações de Licenças de Funcionamentos deferidas:

-Proc.3420/2014- Mario Luiz Costa & Cia Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-472-000010-1-5 para a atividade de Comércio varejista de carnes – açougues – validade até 31-05-2015.

-Proc.3827/2014- Renato Gentil Stoppa ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-472-000009-1-4 para a atividade de Comércio varejista de carnes – açougues – validade até 31-05-2015.

Despachos do Chefe de Seção, de 25-08-2014**=Auto de Infração expedido:**

-Proc.4598/2014- Cesar Rodrigues de Freitas – Auto de Infração nº 2732 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Benvindo Gonçalves Franco, nº 335, bairro Jardim Colonial, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.3386/2014- Fábio Bertini Rotisserie Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-562-000008-1-7 para a ati-

vidade de Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar – validade até 31-05-2015.

-Proc.3387/2014- Ricardo Bertini ME - Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-562-000020-1-1 para a atividade de Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar – validade até 31-05-2015.

-Proc.3388/2014- Landinho Comércio de Carnes Ltda EPP – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-472-000018-1-3 para a atividade de Comércio varejista de carnes – açougues – validade até 31-05-2015.

Despachos do Chefe de Seção, de 26-08-2014

=Processos arquivados:

-Proc.2584/2014- Rodrigo Cesar Bertine – Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Nelson Luiz Villa, quadra I, lote 17, bairro Parque Universitário.

-Proc.2585/2014- Renato Leandro Rodrigues - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Guilherme Biazolli, quadra J, lote 12, bairro Parque Universitário.

-Proc.2774/2014- Maria Aparecida do Amaral Andrade - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Manoel Biagi, quadra 03, lote 07, bairro Jardim Ricardo Cesar.

-Proc.2793/2014- João Donizetti Trombini - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Barão de Descalvado, nº 73, bairro Centro.

-Proc.2945/2014- Newton Moraes de Paula - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Odayr Ferraz, quadra B, lote 11, bairro Jardim Cambará.

-Proc.2989/2014- Vera Lúcia Oliveira C. Rigo - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Cel. Manoel Leme, ao lado do nº 1468, bairro Jardim Belém.

-Proc.3875/2014- Evanir Marques de Oliveira - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Washington Luiz, nº 173, bairro São Sebastião.

-Proc.3877/2014- Sandro Luis Carrera - Tendo em vista ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Sebastião Geraldo Romanello, quadra D-2, lotes 02 e 03, bairro Residencial Alto do São Miguel.

-Proc.3881/2014- Maria Aparecida S. Fuzaro - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Mário Pinese, quadra B, lote 09, bairro Residencial Alto do São Miguel.

-Proc.4020/2014- Antonio Timótheo do Amaral - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Cons. Antonio Prado nº 653, bairro Centro.

Despachos do Chefe de Seção, de 27-08-2014

=Processos arquivados:

-Proc.2993/2014- Antonio Carlos de C. Leite – Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Antonio Luiz Fabiano, ao lado do nº 403, bairro Jardim Colonial.

-Proc.3184/2014- José Carlos Mauro S.M. e Outros – Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Carlos Pulici, lote 01-01-052-0156, bairro Vila Franco.

Despachos do Chefe de Seção, de 28-08-2014

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.2440/2014- Edson L. Traldi & Carlos A. Traldi Ltda EPP – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-471-000019-1-0 para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios – minimercados – validade até 31-05-2015.

-Proc.3220/2014- Joice Traldi de Lima 36917024813 – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000165-1-9 para a atividade de Restaurantes e similares – validade até 31-05-2015.

-Proc.4059/2014- Luiz Gonzaga Fortunato da Silva Filho – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-865-000037-1-9 para a atividade de Atividades de fisioterapia – validade até 31-03-2015.

-Proc.4593/2014- Rubens Algarte de Rezende – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000073-1-5 para a atividade de Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares – validade até 31-03-2015.

-Proc.4594/2014- Adrianis Pancini Rezende – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000072-1-8 para a atividade de Atividade médica ambulatorial restrita a consultas – validade até 31-03-2015.

Despachos do Chefe de Seção, de 29-08-2014

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.3902/2014- Bom Dia Distribuidora de Alimentos Ltda – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-471-000054-1-0 para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados – validade até 31-05-2015.

-Proc.4569/2014- Maria Célia Xavier Doces ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-472-000054-1-0 para a atividade de Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes – validade até 31-05-2015.



CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 04/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2014

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO

CONTRATADO: MARCELLO RENATO GERMECK- ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 MICRO COMPUTADOR COMPLETO E SOFTWARE DE LICENÇA DE USO

VALOR: R\$ 2.710,00 (dois mil, setecentos e dez reais).

PRAZO: entrega imediata

DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, em razão de referida aquisição estar abaixo do limite legal.

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: As despesas decorrentes desta aquisição correrão por conta de dotações orçamentárias da Câmara Municipal de Descalvado, do exercício de 2.014, consignadas na Categoria Econômica nº 4.4.90.52.00 (EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE).

Descalvado, 01 de agosto de 2014

Anderson Aparecido Sposito
Presidente da Câmara Municipal de Descalvado



CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 04/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2014

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO

CONTRATADO: S. F. AUDIO VÍDEO E INFORMÁTICA IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 NOTEBOOKS E SOFTWARE DE LICENÇA DE USO

VALOR: R\$ 4.440,00 (quatro mil, quatrocentos e quarenta reais).

PRAZO: entrega imediata

DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, em razão de referida aquisição estar abaixo do limite legal.

CODIGO DO RECURSO E FONTE: As despesas decorrentes desta aquisição correrão por conta de dotações orçamentárias da Câmara Municipal de Descalvado, do exercício de 2.014, consignadas na Categoria Econômica nº 4.4.90.52.00 (EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE).

Descalvado, 01 de agosto de 2014

Anderson Aparecido Sposito
Presidente da Câmara Municipal de Descalvado



CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

ATO DA MESA Nº 10/2014

PRORROGA POR MAIS 90 DIAS O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, CONSTITUÍDA PELO ATO DA MESA Nº 07, DE 22 DE MAIO DE 2014, CONFORME ESPECIFICA

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas, **FAZ SABER:**

Artigo 1º- Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, a partir de 19 de agosto de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito CPI, constituída pelo Ato da Mesa nº 07, de 22 de maio de 2014, com fulcro no Artigo 5º do referido Ato, em atendimento ao Ofício CPI 45/2014, que passa a fazer parte integrante deste Ato.

Artigo 2º - Este Ato da Mesa entra em vigor a partir desta data.

Plenário “Vereador Mário Joaquim Filla”,
em 13 de agosto de 2014.

Anderson Aparecido Sposito
Presidente

Argeu Donizetti Reschini
2º Secretário

Registrado e publicado na Diretoria Geral da Câmara Municipal, em 13/08/2014

Diego Luis Mendonça Lastosa, Diretor Geral



CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS

UNICASTELO

E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO

**EDITAL DE ATRIBUIÇÃO DE
1/2 BOLSAS DE ESTUDOS
2º SEMESTRE DE 2014**

A Comissão Municipal de Avaliação e Julgamento de Concessão de Bolsas de Estudos, criada pelo Art. 3º da Lei Municipal nº 2.547; de 06 de Setembro de 2.005, com o fim específico de avaliar e atribuir Bolsas de Estudos junto aos Cursos Universitários promovidos pela Universidade Camilo Castelo Branco - UNICASTELO, Campus VIII, Descalvado/SP, em decorrência da Concessão de Direito de Uso de Patrimônio Municipal, FAZ SABER a todos quanto virem ou dele conhecimento tiverem que:

1) A Comissão não pauta seus trabalhos sob influência de pedidos e justificativas verbais dos próprios candidatos, seus familiares, amigos ou de políticos. Esta Comissão desenvolve seus trabalhos com extrema impessoalidade, analisa os documentos de forma individual e busca a verdade quando não explicitada nos requerimentos ou documentos, e, dependendo do caso, procura cientificar-se de fatos extra-apresentados à Comissão;

2) Foram apresentados 131 requerimentos de alunos pleiteando o benefício. A Comissão publicou “Edital de conhecimento para impugnação” contendo o nome de todos os requerentes, no Jornal

“Tribuna de Descalvado”, edição de 02 de agosto de 2014. Também, o Edital foi publicado nas dependências da Câmara Municipal de Descalvado e afixado em quadro de aviso da UNICASTELO no dia 29/7/2014, bem como afixado em quadro nas dependências da Prefeitura Municipal local. No entanto, nenhuma impugnação foi apresentada à Comissão no prazo fixado;

3) Os bolsistas do semestre anterior, atendidas às disposições de análise curricular e outras previstas em lei, tiveram mantidas as bolsas concedidas, não se justificando cessar o benefício que o aluno usufrui há semestres, sob pena de prejudicar a continuidade e sua formação universitária, exceção feita aos casos de dependências (DP's) e reprovações, que não justificam usufruírem do benefício em detrimento dos alunos com possibilidade de melhor desempenho e aproveitamento acadêmico;

4) A Comissão usou os seguintes critérios para concessão do benefício de meia bolsa: manutenção dos alunos já bolsistas, excetuando-se os que não se enquadraram nos termos da legislação e deste Edital; comprovação inequívoca de residência; insuficiência financeira (renda salarial); idoneidade das documentações; indeferimento de pedido de aluno cujo familiar seja bolsista e viva sob o mesmo teto ou dependência econômica; tiveram prioridade os requerentes que ainda não possuem formação em nível superior; desempate entre pedidos, priorizando requerentes menos providos de recursos materiais e financeiros, inclusive os da respectiva família que consigo viva ou lhe abrigue; e demais questões expostas pelos próprios postulantes;

5) Foram fatores determinantes para indeferimento prévio do pedido de bolsa de estudo, a saber: insuficiência de documentos comprobatórios de residência há pelo menos 05 (cinco) anos no Município de Descalvado, e identificação do candidato; falta ou incompleta comprovação de renda familiar e respectivo patrimônio; possuir mais de uma dependência; reprovação no semestre anterior ao pedido; beneficiário(a) com bolsas concedidas diretamente pela Universidade, ou obtenção de financiamento promovido por programas Federal, Estadual ou Municipal (Ex.: PROUNI, FIES, Futuro Legal, entre outros);

6) Esta Comissão não faz publicar a relação dos alunos não contemplados para que não haja exposição de suas situações pessoais, familiares e econômicas; contudo, os mesmos poderão tomar conhecimento das razões do indeferimento pessoalmente, junto à Diretoria da Unicastelo, Campus Descalvado.

Segue abaixo a relação dos alunos contemplados com 1/2 bolsa de estudos, para cada curso universitário, válida somente para este segundo semestre de 2014, na forma a saber:

ADMINISTRAÇÃO

Alunos contemplados:

Aline Cristina Tobias
Anésia da Silva Colombo
Beatris Fernanda Radael
Camila Botaro
Carla Roberta Ignácio
Carlos Eduardo Camargo

Caroliny Froes
César Augusto Antonini Perez
Clarissa Francesca Canova
Daniele Cristine Segantim
Isabel Talita Adrighetti
Isis de Almeida
Jaqueline Alves de Oliveira
Jennifer Letícia Gomes Maciel
Juliana Danielle de Lima
Juliana Fioroni Devenezio
Letícia Daniello Botolim
Liliane Romero
Manuela Scabio Palomar
Maria Carolina Simolini
Mariana Rissi Franceschini
Maura Aparecida Araújo
Nathália Cristina Cazarim
Nathalia Spido Dias
Priscila de Freitas Pucci
Sara Elisiane Marchezim
Thais Cristina Sonssin Gonçalves
Thaís Cristina Vancetto
Vanessa Gabriela Mazaro
Sara Jéssica Couto da Silva

AGRONOMIA

Alunos contemplados:

Alan Crister Marini
Carlos Renan Scapim
Ederson Evandro Schiavo
Eliéger Alves Mazari
Fernando José Bianchi Junior
Leandro Roberto Bianchi Bertini
Marcos Henrique Altoé
Marcus Vinicius Vitulio
Murilo Henrique Baldan Magno
Reinaldo do Carmo Junior
Ulysses Sebastião Bruzeghin Borim

DIREITO

Alunos contemplados:

Adryan Mikael da Silva
Amarildo Miguel Martins
Carlos Eduardo Quatrochi
Carina da Silva Honório
Célia Cristina Soares Martimiano
Daiane Michele dos Reis Batista
Eliesler Gonçalves Jaime
Jéssica Roberta Coelho
Maria Fernanda Nascimento Soares
Miguel Angelo Quatrochi

ENFERMAGEM

Aluno contemplado:

Nayara Alves de Oliveira

ENGENHARIA CIVIL

Alunos contemplados:

Cesar Luis Moraes
Clodoaldo Aparecido Coelho
Felipe Moraes Franzin
Gabriela Braghim
Giovani Donizeti de Jesus
Jaqueline Radaelli Palomar
João Roberto Paludetti Junior
Jonne Dennis da Silva Pereira
Julio César Bertini Francisco
Luma Gatti
Plínio Anderson Romanello
Samara Louise Pratta
Severino Ramos de Oliveira Junior
Valdenir dos Santos Lima

MEDICINA VETERINÁRIA**Alunos contemplados:**

Douglas Corrêa dos Santos
João Carlos Tessarin
Lucas Gomes Marcomini
Nicolas Aparecido Azinheiro Mariano
Raiza Gabrielli Penteado
Renato Barroco Neto
Sarah Helena Fregonezi Vaz de Lima

ODONTOLOGIA**Alunos contemplados:**

Dríade Bezerra Cavalcante
Fabiany Carina Marcos
Jéssica Fernanda Neves
Luana de Medeiros Domingues
Luciana de Oliveira Silva
Natalia Michele Fabricio
Rafaela Camila Monzani
Thaís Alexandra Zampoli

PEDAGOGIA**Alunos contemplados:**

Ana Paula Antonio Vieira
Daniela Brambilla da Silva
Elisabete da Rocha de Almeida
Francieli Larissa Silveira
Joice Mara Ferreira da Silva
Maria Carolina Ibanez Rabello
Monique Nayara Trindade de Souza
Paloma Michele de Souza

QUIMICA**Alunos contemplados:**

Ana Paula Borotto
Diana Moreira
Elvira Sebastiana Dias
Fernanda Cristina Alfieri
Francieli Aparecida Fontanini
Vanessa Joice Vanceto

Isto posto, os membros da Comissão Municipal de Avaliação e Julgamento de Concessão de Bolsas de Estudos, face à Concessão de Direito de Uso de Imóvel Público à Universidade Camilo Castelo Branco - Campus Descalvado, por unanimidade, fazem publicar o presente Edital para que produza seus jurídicos e regulares efeitos.

Prefeitura do Município de Descalvado, SP,
aos 07 dias do mês de agosto de 2014 .

Diego Luis Mendonça Lastosa
Presidente

CiImara Luíza Batista
Integrante

Lázaro Antonio Mazaro Junior
Integrante

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

Administração:

Henrique Fernando do Nascimento

Responsável:

Iranir Aparecido Pedroso

Digitação, CTP e Impressão: **Gráfica Tribuna de Descalvado Ltda.**

Rua Orderigo Gabrielli, 763 - Fone (19) 3583-1661
Fone/Fax (19) 3583-2350 - Descalvado/SP